



RELATÓRIO DE MONITORAMENTO 2021

AGENDA DE SUSTENTABILIDADE 2020-2022

MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA

Tarcísio Gomes de Freitas

Ministro

Marcelo Sampaio Cunha Filho

Secretário Executivo

Felipe Queiroz

Secretário-Executivo Adjunto

Larissa Carolina Amorim dos Santos

Subsecretária de Sustentabilidade

Nerylson Lima da Silva

Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração

Fernanda Costa de Oliveira

Subsecretária de Governança e Integridade

Fernando André Coelho Mitkiewicz

Subsecretário de Gestão Estratégica e Inovação

Natália Marcassa de Souza

Secretária de Fomento, Planejamento e Parcerias

Ronei Saggioro Glanzmann

Secretário Nacional de Aviação Civil

Diogo Piloni

Secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários

Marcello da Costa Vieira

Secretário Nacional de Transportes Terrestres

Frederico de Moura Carneiro

Secretário Nacional de Trânsito

ENTIDADES VINCULADAS

Juliano Alcântara Noman

Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil

Eduardo Nery Machado Filho

Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Rafael Vitale Rodrigues

Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres

Antônio Leite dos Santos Filho

Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

Arthur Luis Pinho de Lima

Diretor-Presidente da Empresa de Logística e Planejamento

André Kuhn

Diretor-Presidente da Valec – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

Hélio Paes de Barros Júnior

Presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária

EQUIPE DA SUBSECRETARIA DE SUSTENTABILIDADE (SUST)

Larissa Carolina Amorim dos Santos

Subsecretária de Sustentabilidade

Juliana Ribeiro Rocha Dória

Coordenadora Geral de Licenciamento Ambiental

George Yun

Coordenador Geral de Projetos Especiais

Fani Mamede

Chefe de Serviço de Assessoria

Renata Helena da Silva

Coordenadora de Gestão Territorial

Ricardo Luiz Medeiros Meirelles

Analista de Infraestrutura

Thiago Olante Casagrande

Analista Superior

Camila Lourdes da Silva

Analista Superior

Rosângela Finocketi Pinna

Analista Superior

Henrique Frank dos Santos

Analista Superior

Fernanda Borges

Assistente Administrativa

Joyce dos Anjos

Técnica em secretariado

Diana Nogueira

Técnica em secretariado

Natália de Oliveira Hayne

Estagiária

Iara Rêgo Siqueira

Estagiária

LISTA DE SIGLAS

ACA	Airport Carbon Accreditation
ACI	Airports Council International
Anac	Agência Nacional de Aviação Civil
Antaq	Agência Nacional de Transportes Aquaviários
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
CBI	Climate Bonds Initiative
CGH	Aeroporto de Congonhas
CMG	Custos Médios Gerenciais
Cogea	Comitê de Gestão Ambiental
Coget	Comitê de Gestão Territorial
CTD	Cadastro Técnico de Desapropriação
CTO	Cadastro Técnico de Ocupação
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EPL	Empresa de Planejamento e Logística
EVTEA	Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental
Funai	Fundação Nacional do Índio
GEE	Gases do Efeito Estufa
GIZ	Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDA	Índice de Desempenho Ambiental
INDE	Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais
Infraero	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
ISSN	International Standard Serial Number

LI	Licença de instalação
LO	Licença de Operação
LP	Licença Prévia
Minfra	Ministério da Infraestrutura
OACI	Organização de Aviação Civil Internacional
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PAE	Plano de Ação de Emergência
PBA	Plano Básico Ambiental
PGR	Plano de Gerenciamento de Riscos
PGR	Programa de Gerenciamento de Risco
PNL	Plano Nacional de Logística
PROFAIXA	Programa Federal das Faixas de Domínio
RAA	Relatório de Acompanhamento Ambiental
RAC	Responsabilidade Ambiental das Contratadas
RBAC	Regulamento Brasileiro da Aviação Civil
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RSE	Relatório de Programas Sociais e Educacionais
SAC	Secretaria Nacional da Aviação Civil
SBRJ	Código ICAO do aeroporto Santos Dumont, RJ
SGMAB	Sistema de Gestão Ambiental
SGPD	Sistema de Gestão de Processos de Desapropriação
SICRO	Sistema de Custos Referenciais de Obras
Sigesa	Sistema de Gestão de Licenciamento Ambiental
SNV	Sistema Nacional de Viação
SPU	Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União
SUST	Subsecretaria de Sustentabilidade
TED	Termo de Execução Descentralizada
Valec	Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S/A
VGeo	Visualizador de Informações Geográficas do DNIT

SUMÁRIO

SUMÁRIO	6
APRESENTAÇÃO	7
DA ESTRUTURA DO RELATÓRIO	8
DA ELABORAÇÃO DA AGENDA DE SUSTENTABILIDADE	8
DO PORTFÓLIO DE PROJETOS DA AGENDA 2020-2022	13
DETALHAMENTO DOS PROJETOS CONCLUÍDOS	15
DETALHAMENTO DOS PROJETOS EM EXECUÇÃO	35
BALANÇO E PERSPECTIVAS.....	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
ANEXO I – PORTFÓLIO DE PROJETOS DA AGENDA DE SUSTENTABILIDADE 2020-2022..	59
ANEXO II - MAPEAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES RELATIVAS DIRETRIZES DE SUSTENTABILIDADE DO MINFRA.....	78
ANEXO III – DISTRIBUIÇÃO DE INICIATIVAS POR DIRETRIZ DE SUSTENTABILIDADE	143

APRESENTAÇÃO

O Ministério da Infraestrutura publicou as Diretrizes de Sustentabilidade do MInfra¹ e a Agenda de Sustentabilidade² para o triênio 2020-2022, por intermédio das portarias nº 05 e 04, de 31 de janeiro de 2020, respectivamente.

Tais instrumentos consubstanciam o compromisso do setor de infraestrutura de transportes com a responsabilidade socioambiental, princípio da Política Nacional de Transportes e atributo de valor incorporado pelo Ministério da Infraestrutura no seu Mapa Estratégico.

As Diretrizes de Sustentabilidade, de caráter estratégico, representam um instrumento balizador para políticas, planos, programas e projetos setoriais, bem como para viabilizar a expansão da oferta de infraestrutura de transportes de modo sustentável, fator cada vez mais relevante para a atração de investimentos. A Agenda de Sustentabilidade sintetiza 15 linhas de ação e 51 ações prioritizadas no triênio 2020-2022, distribuídas conforme a Figura 01.

Figura 1. Panorama das Diretrizes e Agenda de Sustentabilidade



A Agenda de Sustentabilidade, documento de caráter operativo a ser revisado de quatro em quatro anos, tem por objetivo fomentar a sinergia e a integração dos esforços despendidos pelos diversos atores do setor na área de sustentabilidade, refletindo-se em instrumento capaz de balizar as ações que se pretende executar no período de cada

¹ Disponível em: <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/centrais-de-conteudo/diretrizesdesustentabilidademinfra.pdf>

² Disponível em: https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/centrais-de-conteudo/agendasustentabilidade_20_22.pdf

gestão presidencial e apresenta um viés prático às Diretrizes, definindo ações a serem priorizadas.

O período de 2020 e 2021 ficou marcado pela pandemia da COVID-19, com inúmeros desafios a serem enfrentados, que obrigaram o Ministério da Infraestrutura, seus órgãos e vinculadas a se adaptarem de forma rápida e estruturada, a fim de não comprometer o avanço no atendimento ao estabelecido nas Diretrizes e Agenda de Sustentabilidade.

Este Relatório de Monitoramento tem o objetivo de apresentar a evolução e as ações de gestão dos projetos que compõem o Portfólio da Agenda de Sustentabilidade.

Considerando que as 51 ações previstas na Agenda de Sustentabilidade 2020-2022 são executadas de maneira descentralizada e concomitante pelos diversos órgãos e entidades vinculadas ao MInfra, estabeleceu-se um portfólio composto por 38 projetos, definidos com apoio conjunto do Comitê de Gestão Ambiental - Cogea e do Comitê de Gestão Territorial – Coget, a partir de um conjunto de 120 iniciativas. No ano de 2021 foram estruturados 04 novos projetos.

DA ESTRUTURA DO RELATÓRIO

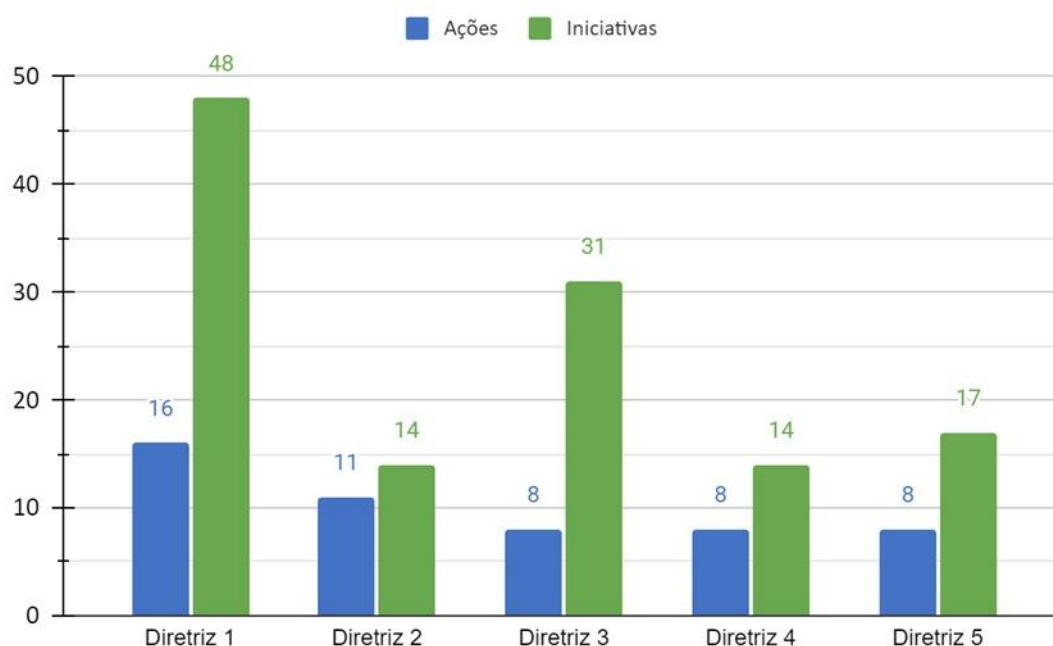
O presente relatório está dividido em três partes, a primeira retoma o processo de elaboração e traz a atualização da Agenda de Sustentabilidade 2020-2022, como proposta de implementação de mecanismos de incentivo e de monitoramento de atividades e projetos em sustentabilidade desenvolvidos pelos órgãos e vinculadas do MInfra.

Na sequência do relatório é apresentado o Portfólio de Projetos da Agenda 2020-2022 que corresponde às iniciativas a serem acompanhadas, de forma a se promover um monitoramento e controles mais presentes. Por fim, é apresentado um balanço e perspectivas de continuidade.

DA ELABORAÇÃO DA AGENDA DE SUSTENTABILIDADE

O esforço conjunto de mapeamento e depuração das informações resultou no detalhamento de 120 iniciativas correspondente ao ano de 2020 e mais 04 correspondentes ao ano de 2021, totalizando 124 iniciativas, convergentes com as 51 ações previstas na Agenda de Sustentabilidade 2020-2022, cuja distribuição de iniciativas por Diretriz é apresentada no Gráfico 1.

Gráfico 1. Levantamento de ações e iniciativas e distribuição percentual de iniciativa/ação em cada Diretriz de Sustentabilidade



Ao observar a distribuição das iniciativas entre cada uma Diretrizes, verifica-se a importância dada pelas entidades vinculadas na inserção dos aspectos socioambientais e territoriais nas políticas públicas, planos e programas intersetoriais da infraestrutura de transporte (**Diretriz 1**) e no desenvolvimento de projetos, estudos e pesquisas com maior qualidade socioambiental (**Diretriz 3**).

O Gráfico 2 mostra, a partir do total de 124 iniciativas, que 62 (49,2%) das iniciativas apresentadas já foram concluídas, 39 (31,5%) estão em execução, 17 (13,7%) referem-se a atividades de caráter continuado, 3 (2,4%) estão em fase de planejamento, 2 (1,6%) estão paralisadas e 1 (0,8%) suspensa. O Gráfico 3 apresenta a distribuição e etapa de execução das iniciativas identificadas por unidade responsável.

Gráfico 2. Distribuição das iniciativas por estágio de desenvolvimento (dez/2021)

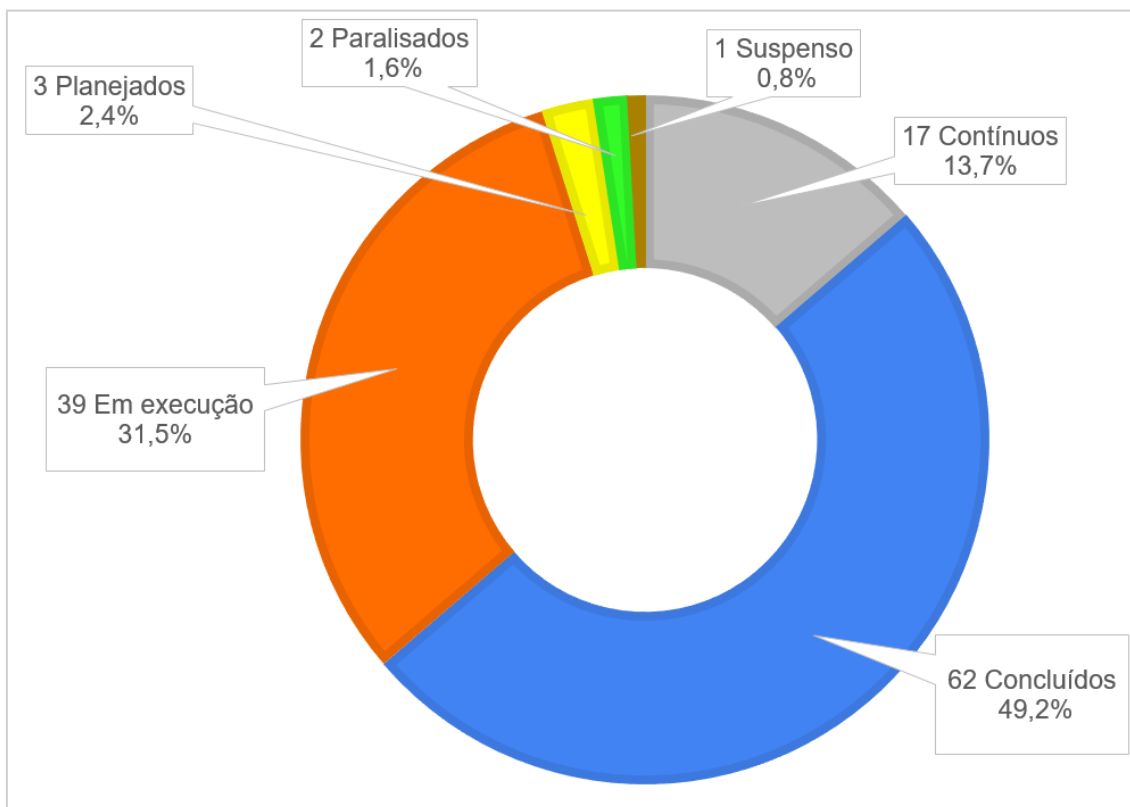
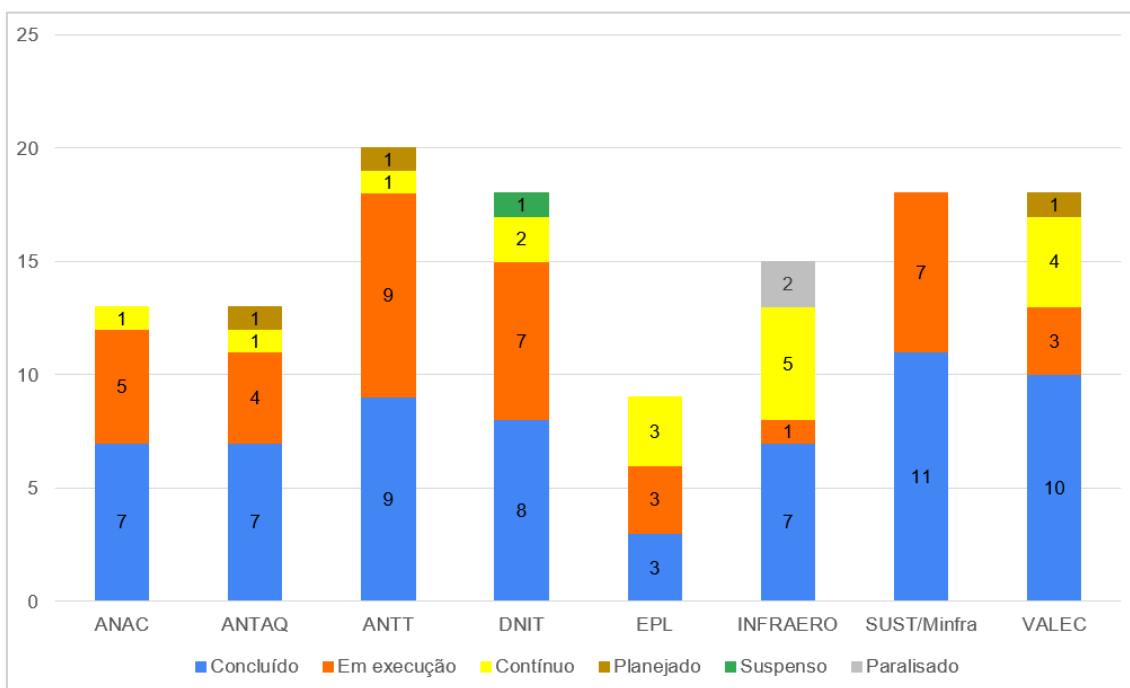


Gráfico 3. Distribuição de iniciativas por unidade responsável e etapas de execução (dez/2021)



Observa-se que, dado o seu caráter abrangente, algumas iniciativas se enquadram em mais de uma Diretriz/Linha de Ação/Ação prevista na Agenda, entretanto, optou-se por vincular cada iniciativa àquela ação considerada mais aderente ao objeto da iniciativa. Por exemplo, as revisões da Resolução nº 2650/2012 do IDA Portuário e da Portaria 396/2019 que regulamentou o IDA Rodoviário foram consideradas na ação 1.2.1 - Desenvolver, implementar e monitorar índices de desempenho ambiental para todos os modos de transporte, e não no enquadramento da ação 3.1.1 - Realizar levantamento e atualizar, quando pertinente, os principais normativos com temática socioambiental e territorial no âmbito do MInfra, por entender que a ação 1.2.1 reflete de modo mais claro o objetivo das referidas Portarias.

É importante ressaltar a criação de iniciativas relacionadas a outras Ações previstas. Assim, cabe destacar o Projeto de Padronização dos Programas Ambientais, que abrangeu, dentre outros programas, os de educação ambiental e comunicação social previstos na ação 1.3.5 - Estruturar os programas de educação ambiental e comunicação social nos programas ambientais relacionados ao licenciamento ambiental.

Este projeto guarda relação com a exigência do Ibama de execução de programas de controle ambiental. O objetivo é estabelecer requisitos mínimos a serem adotados pelos empreendedores quando da proposição dos programas ambientais que compõem os Planos de Gestão Ambiental (PGAs).

A primeira etapa do projeto, referente à instalação de empreendimentos rodoviários e ferroviários, foi realizada como resultado do trabalho conjunto do Ministério da Infraestrutura, DNIT, EPL, VALEC e ANTT, com contribuição da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR) e Associação Nacional de Transportadores Ferroviários (ANTF).

A segunda etapa do projeto, referente à operação de empreendimentos portuários, foi realizada com a participação da Santos Port Authority, Portos RS, Autoridade Portuária de Paranaguá e Antonina (APPA) e EPL, com contribuição dos Portos Organizados, Associação de Terminais Portuários Privados (ATP), Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP) e ANTAQ.

Atualmente estão sendo trabalhados programas ambientais voltados ao componente indígena, especificamente para o caso de instalação de rodovias.

Assim, com o estabelecimento dos requisitos mínimos que devem compor os programas ambientais, espera-se que os empreendedores e investidores tenham mais previsibilidade no dimensionamento das atividades, bem como na contratação de consultorias ambientais. Atrelado a isso, vislumbra-se uma desburocratização e isonomia nos processos de licenciamento.

Além desse projeto convém mencionar que o Ministério da Infraestrutura, por meio de Subsecretaria de Sustentabilidade, promoveu capacitações no setor de hidrovias e dragagens.

A oficina virtual “Planejamento, Obras e Segurança da Navegação em Hidrovias” teve como público-alvo os analistas ambientais do Ibama e servidores das unidades e das entidades vinculadas ao MInfra que exercem atividades na área de licenciamento ambiental de intervenções em hidrovias. O objetivo foi capacitá-los nas abordagens relativas à legislação, na diferenciação de competências entre DNIT e Marinha do Brasil e nos aspectos técnicos da dragagem e derrocamento. Para isso, contamos com o apoio da Marinha do Brasil, DNIT, ANTAQ, além de outros setores do MInfra, que nos cederam palestrantes.

A outra capacitação foi o webinar “O uso da técnica de Overflow em dragagens”, do qual participaram Ibama, MInfra e representantes dos portos de Santos, Itajaí, Rio Grande do Sul e Paranaguá e Antonina. Os palestrantes foram do Corpo de Engenheiros dos Estados Unidos (USACE) e do instituto de pesquisa aplicada Deltares, sediado na Holanda.

Destacam-se as reuniões mensais que a Subsecretaria de Sustentabilidade vem realizando com o Ibama com o objetivo de acompanhar o licenciamento ambiental de empreendimentos de interesse do Ministério da Infraestrutura. Nessas reuniões são alinhadas expectativas e prazos para o bom andamento desses processos, o que vai ao encontro da ação 1.3.3 - Criar espaço para aproximação com órgãos ambientais e da ação 4.1.3 - Estabelecer fórum de acompanhamento institucional dos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos de infraestrutura em todos os modais junto aos órgãos ambientais licenciadores. Também são tratados temas relacionados às linhas de ação 4.1.5 - Promover interlocuções para que sejam incorporadas as demandas do setor na Lei Geral de Licenciamento e 4.1.6 - Promover interlocuções para que sejam incorporadas as demandas do setor na regulamentação da forma de consulta referente à OIT 169, quando é o caso.

A realização do Seminário Via Viva vem se caracterizando como um fórum de discussão que contempla a participação de toda a sociedade, inclusive com a participação dos setores regulados, o que vai ao encontro da ação 1.3.7 - Instituir fóruns de discussão dos setores regulados, com a participação do regulador, dos operadores e da sociedade para debater questões socioambientais.

As questões relacionadas a busca de recursos para suportar estudos ambientais, sobretudo relacionados às alterações climáticas em função do aquecimento global vem sendo objeto de discussões entre a SUST e as entidades vinculadas que, conjuntamente, planejam a estruturação de um projeto que possa alcançar tais recursos. Essa atividade vai ao encontro da ação 3.2.1 - Fomentar a aplicação da verba de investimento tecnológico nas temáticas socioambientais e territorial.

Por fim, destaca-se que algumas ações estão sendo atendidas através de atividades rotineiras da SUST, sem necessariamente ter uma iniciativa claramente estruturada, como é o caso das ações: 2.1.4 - Realizar levantamento dos normativos do setor (instruções para projetos, manuais, estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental (EVTEA), estruturação para concessões ou outras parcerias, normas de

engenharia), para revisão à luz dos novos desafios impostos pela mudança do clima; 2.2.1 - Considerar os riscos climáticos e as ações de adaptação na formulação dos procedimentos, critérios e normas, sempre que pertinente e 3.1.2 - Promover interlocuções para que sejam incorporadas as demandas do setor nos normativos socioambientais.

Neste sentido, considerando-se as 51 Ações previstas na Agenda, cerca de 90% estão contempladas por no mínimo uma iniciativa, ou seja, 46 ações diretamente contempladas. Em contrapartida, para 5 ações, conforme Quadro 1, não foram identificadas iniciativas.

Quadro 1. Ações não contempladas diretamente por iniciativas (dez/2021)

Nº	Ação
1.1.3	Integrar os sistemas de informações ambientais e as bases de dados territoriais do MInfra e suas vinculadas, e disponibilizar para a sociedade.
1.2.3	Elaborar propostas para aperfeiçoamento da modelagem regulatória no que tange aos aspectos socioambientais e territoriais.
1.2.5	Definir e estruturar conteúdo do relatório socioambiental.
1.3.5	Estruturar os programas de educação ambiental e comunicação social nos programas ambientais relacionados ao licenciamento ambiental.
1.3.6	Elaborar e implementar plano de comunicação para a área socioambiental e territorial.

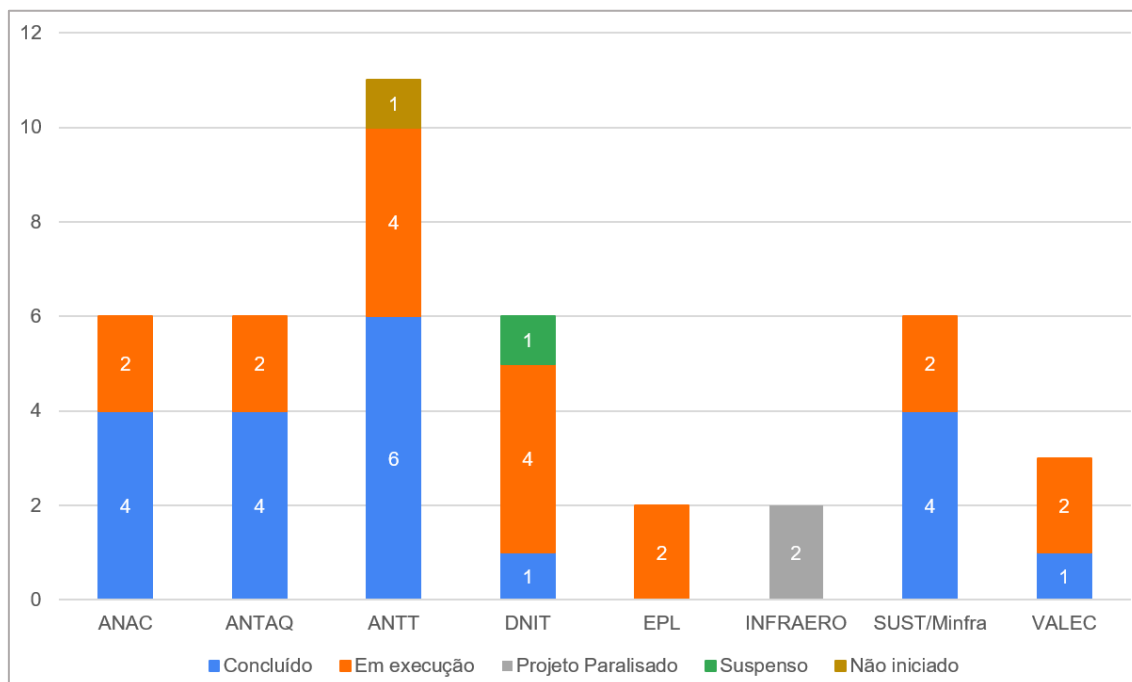
No **Anexo II** é apresentado o mapeamento da implementação das ações relativas às cinco diretrizes estabelecidas, com o detalhamento das iniciativas identificadas e situação atual, bem como os benefícios alcançados ou esperados.

As distribuições de iniciativas em cada diretriz são mostradas nas figuras 2 a 6, que compõem o **Anexo III**.

DO PORTFÓLIO DE PROJETOS DA AGENDA 2020-2022

Em 2021, houve continuidade das ações do Portfólio da Agenda e acrescidos quatro novos projetos aos 38 iniciais, definidos em 2020. Deste total de 42 projetos, 20 já se encontram concluídos, restando 22 em execução, conforme representado no Gráfico 04.

Gráfico 04. Situação dos Projetos por Unidade Responsável (dez/2021)



O **Anexo I – Portfólio de Projetos da Agenda de Sustentabilidade 2020-2022** apresenta a relação completa dos 42 projetos que compõem o Portfólio de Projetos da Agenda de Sustentabilidade 2020–2022. É possível verificar a Unidade Responsável por cada projeto, o percentual de execução, bem como outras informações relevantes.

Cabe esclarecer que o projeto “Parâmetros de orçamentação de estudos e programas ambientais do DNIT”, que também visa à sua incorporação ao Sistema de Custos Referenciais de Obras – SICRO”, encontra-se suspenso temporariamente, aguardando alinhamento técnico interno da Autarquia.

Além disso, dois projetos da Infraero encontram-se paralisados e aguardam definições quanto à adesão ao programa da Airports Council International (ACI), para que seja possível a Certificação Airport Carbon Accreditation (ACA) para os aeroportos de Congonhas/SP e Santos Dumont/RJ.

DETALHAMENTO DOS PROJETOS CONCLUÍDOS

ANAC	PROJETO: Apuração do IDA Aeroportuário - 2020
Ação relevante alinhada às Diretrizes de Sustentabilidade do MInfra Diretriz 1 - Promover a inserção dos aspectos socioambientais e territoriais nas políticas públicas, planos e programas intersetoriais da infraestrutura de transporte. Linha de ação 1.2 - Aprimorar a inserção das variáveis socioambiental e territorial nas fases de planejamento, projeto, implantação e operação. Ação 1.2.1. - Desenvolver, implementar e monitorar índices de desempenho socioambiental para todos os modos de transporte.	
<u>Descrição:</u> Apurar o Índice de Desempenho Ambiental dos Aeroportos brasileiros para o ano 2020 (Programa Aeroportos Sustentáveis). O IDA tem despertado um interesse cada vez maior nas operadoras aeroportuárias, apontando para uma evolução no que tange às questões ambientais e demonstra o compromisso com a sustentabilidade pelos operadores aeroportuários. Além disso, a adição do elemento competitivo em relação às melhores práticas ambientais favorece a busca por atualizações constantes da condução do tema por parte dos aeroportos. As questões ambientais vêm se tornando cada vez mais importantes nas avaliações de todas as infraestruturas dos modais de transportes, tendo em vista seu impacto ao meio ambiente e que o incentivo a essas adaptações é essencial. <u>Descrição dos resultados e benefícios alcançados:</u> Os resultados do projeto refletem as melhores práticas de sustentabilidade adotadas por operadores aeroportuários e a busca pela redução dos impactos da aviação civil sobre o meio ambiente. <u>Link de acesso:</u> https://www.anac.gov.br/assuntos/paginas-tematicas/meio-ambiente/aeroportos-sustentaveis#:~:text=A%20iniciativa%20%C3%A9%20um%20aprimoramento,%C3%A0%20sustentabilidade%20das%20opera%C3%A7%C3%B5es%20a%C3%A9reas	

ANAC	PROJETO: Atualização do RBAC-34
Ação relevante alinhada às Diretrizes de Sustentabilidade do MInfra Diretriz 3 - Desenvolver projetos, estudos e pesquisas com maior qualidade socioambiental. Linha de ação 3.1 - Aprimorar a legislação e os instrumentos normativos relacionados à gestão socioambiental e territorial. Ação 3.1.1 - Realizar levantamento e atualizar, quando pertinente, os principais normativos com temática socioambiental e territorial no âmbito do MInfra.	
<u>Descrição:</u> Atualizar o normativo RBAC 34, publicado em 2018, com vistas à incorporação de novos padrões, visando alinhamento com as novas edições das normativas internacionais. A aviação está totalmente globalizada e as normativas brasileiras devem se alinhar às normativas internacionais, de forma que tanto a aviação no interior, como a aviação internacional cumpram as regras mundiais. As questões ambientais vêm se tornando cada vez mais importantes nas resoluções de todos os modais de transportes, o que gera a necessidade de que questões como consumo de combustíveis, emissões de fumaça, gases e material particulado tenham suas regulamentações alinhadas às normas e aos certificadores mundiais. A nova edição do RBAC 34 incorporará a última emenda ao Volume II do Anexo 16 da Convenção de Chicago, sendo a maior evolução regulatória a incorporação dos novos padrões de certificação para emissões de material particulado por motores a turbina. <u>Benefícios esperados:</u> Redução da emissão de materiais particulados por aeronaves, de impactos ambientais negativos derivados da operação de aeronaves e alinhamento da normativa brasileira com as normativas internacionais. <u>Link de acesso:</u> https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/rbha-e-rbac/rbac/rbac-034	

ANAC	PROJETO: Atualização do RBAC-36
Ação relevante alinhada às Diretrizes de Sustentabilidade do MInfra Diretriz 3 - Desenvolver projetos, estudos e pesquisas com maior qualidade socioambiental. Linha de ação 3.1 - Aprimorar a legislação e os instrumentos normativos relacionados à gestão socioambiental e territorial. Ação 3.1.1 - Realizar levantamento e atualizar, quando pertinente, os principais normativos com temática socioambiental e territorial no âmbito do MInfra.	
<u>Descrição:</u> Atualizar o normativo RBAC 36, publicado em 2019, com vistas à incorporação de novos padrões, visando alinhamento com as novas edições das normativas internacionais que tratam de Requisitos de Ruídos para Aeronaves. <u>Descrição dos resultados e benefícios alcançados:</u> Assegurar a incorporação de tecnologias para redução de ruídos em aeronaves, com consequente redução de pessoas expostas ao ruído decorrente das operações de aeronaves, sejam essas efetuadas em solo ou executadas em voo. <u>Link de acesso:</u> https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/rbha-e-rbac/rbac/rbac-36	

ANAC	PROJETO: Atualização do RBAC-161
Ação relevante alinhada às Diretrizes de Sustentabilidade do MInfra Diretriz 3 - Desenvolver projetos, estudos e pesquisas com maior qualidade socioambiental. Linha de ação 3.1 - Aprimorar a legislação e os instrumentos normativos relacionados à gestão socioambiental e territorial. Ação 3.1.1 - Realizar levantamento e atualizar, quando pertinente, os principais normativos com temática socioambiental e territorial no âmbito do MInfra.	
<u>Descrição:</u> Atualizar o normativo RBAC 161, publicado em 2020, com vistas à incorporação de novos padrões, visando alinhamento com as novas edições das normativas internacionais que tratam de Planos de Zoneamento de Ruído de Aeródromos – PZR. <u>Descrição dos resultados e benefícios alcançados:</u> Incrementar o índice de cumprimento do normativo e a efetividade dos Planos de Zoneamento de Ruído de Aeródromos – PZR na proteção do entorno dos aeródromos com adoção de ações efetivas em relação à ocupação indevida das áreas do entorno do aeroporto. <u>Link de acesso:</u> https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/rbha-e-rbac/rbac/rbac-161	

ANTAQ	PROJETO: Aperfeiçoamento da Resolução nº 2.239/2011 - Antaq
Ação relevante alinhada às Diretrizes de Sustentabilidade do MInfra Diretriz 3 - Desenvolver projetos, estudos e pesquisas com maior qualidade socioambiental. Linha de ação 3.1 - Aprimorar a legislação e os instrumentos normativos relacionados à gestão socioambiental e territorial. Ação 3.1.1 - Realizar levantamento e atualizar, quando pertinente, os principais normativos com temática socioambiental e territorial no âmbito do MInfra.	
<u>Descrição:</u> Contempla o aperfeiçoamento da Resolução nº 2.239 – Antaq referente ao transporte de cargas perigosas por instalações portuárias situadas dentro ou fora da área de porto organizado. A norma se aplica aos arrendamentos, terminais de uso privativo (TUP), às estações de transbordo de cargas (ETC) e instalações portuárias públicas de pequeno porte (IP4) que movimentem produtos perigosos. Ela incorpora aspectos de segurança e saúde ocupacional, preservação da integridade física das instalações portuárias e de proteção do meio ambiente. É pré-requisito essencial para a segurança do transporte e do manuseio de cargas perigosas e a sua apropriada identificação, acondicionamento, etiquetagem, empacotamento e documentação. Aplicável às operações na área do porto propriamente ditas ou nas áreas de sua jurisdição. O transporte de produtos perigosos é o transporte de mercadorias que precisam de cuidados especiais devido ao risco que apresentam às pessoas e ao meio ambiente caso sejam manipuladas de forma inadequada. <u>Benefícios esperados:</u> Incorporação de novas definições quanto à segurança em todas as etapas de movimentação e transporte de produtos perigosos nas áreas de portos organizados. Redução do número e na severidade dos acidentes com esse tipo de produto, tanto para as pessoas como para o meio ambiente. Incentivo aos operadores portuários na busca de soluções de segurança para o transporte desse tipo de produto cada vez mais eficiente. Aperfeiçoamento dos aspectos de segurança e saúde ocupacional, preservação da integridade física das instalações portuárias e de proteção do meio ambiente.	
<u>Link de acesso:</u> https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiZDBhYzE2ZWUtY2Q2YS00YjJkLWFKZDktNDI3YjY4ZDVmZjhhliwidCI6IjQyYzc4MmViLWRIZjAtNDZlOC04YmQ4LTkzZjRhYWNIzmUxNyJ9%20 (Item 4.3)	

ANTAQ	PROJETO: Apuração do IDA Aquaviário - 2020
Ação relevante alinhada às Diretrizes de Sustentabilidade do MInfra Diretriz 1 - Promover a inserção dos aspectos socioambientais e territoriais nas políticas públicas, planos e programas intersetoriais da infraestrutura de transporte. Linha de ação 1.2 - Aprimorar a inserção das variáveis socioambiental e territorial nas fases de planejamento, projeto, implantação e operação. Ação 1.2.1. - Desenvolver, implementar e monitorar índices de desempenho socioambiental para todos os modos de transporte.	
<u>Descrição:</u> Apurar o Índice de Desempenho Ambiental dos Portos brasileiros para o ano 2020. O IDA tem despertado um interesse cada vez maior nos operadores portuários, apontando para uma evolução no que tange às questões ambientais e demonstra o compromisso com a sustentabilidade pelos operadores portuários. Além disso, a adição do elemento competitivo em relação às melhores práticas ambientais favorece a busca por atualizações constantes da condução do tema por parte dos portos. As questões ambientais vêm se tornando cada vez mais importantes nas avaliações de todas as infraestruturas dos modais de transportes, tendo em vista seu impacto ao meio ambiente e que o incentivo a essas adaptações é essencial. <u>Descrição dos resultados e benefícios alcançados:</u> Avaliar a eficiência e a qualidade da gestão ambiental nos empreendimentos de infraestrutura de transportes. O objetivo da iniciativa é apresentar a evolução qualitativa e o comprometimento socioambiental do setor, servindo de parâmetro para avaliação da eficiência, das boas práticas e da qualidade da gestão socioambiental nos empreendimentos de infraestrutura de transportes.	
<u>Links de acesso:</u> https://www.gov.br/antag/pt-br/assuntos/meio-ambiente/indice-de-desempenho-ambiental-ida-1 http://web.antag.gov.br/ResultadosIda/	

ANTAQ	PROJETO: Revisão da Resolução 2.650/2012
Ação relevante alinhada às Diretrizes de Sustentabilidade do MInfra Diretriz 3 - Desenvolver projetos, estudos e pesquisas com maior qualidade socioambiental. Linha de ação 3.1 - Aprimorar a legislação e os instrumentos normativos relacionados à gestão socioambiental e territorial. Ação 3.1.1 - Realizar levantamento e atualizar, quando pertinente, os principais normativos com temática socioambiental e territorial no âmbito do MInfra.	
<u>Descrição:</u> Atualizar a Resolução 2.650, publicada em 2012, com vistas à melhoria na forma de apresentação dos resultados da apuração do Índice de Desempenho Ambiental dos Portos (IDA Portuário). <u>Descrição dos resultados e benefícios alcançados:</u> Avaliar a eficiência e a qualidade da gestão ambiental nos empreendimentos de infraestrutura de transportes. O objetivo da iniciativa é apresentar a evolução qualitativa e o comprometimento socioambiental do setor, servindo de parâmetro para avaliação da eficiência, das boas práticas e da qualidade da gestão socioambiental nos empreendimentos de infraestrutura de transportes. <u>Link de acesso:</u> http://web.antaq.gov.br/ResultadosIda/	

ANTAQ	PROJETO: Regulamentação do transporte de produtos perigosos na navegação interior
Ação relevante alinhada às Diretrizes de Sustentabilidade do MInfra Diretriz 3 - Desenvolver projetos, estudos e pesquisas com maior qualidade socioambiental. Linha de ação 3.1 - Aprimorar a legislação e os instrumentos normativos relacionados à gestão socioambiental e territorial. Ação 3.1.1 - Realizar levantamento e atualizar, quando pertinente, os principais normativos com temática socioambiental e territorial no âmbito do MInfra.	
<u>Descrição:</u> Regulamentar a norma constante no Anexo da Resolução ANTAQ nº 1.558, de 11 de dezembro de 2009, que trata da Outorga de Autorização para Prestação de Serviço de Transporte de Cargas na Navegação Interior de Percurso Longitudinal Interestadual e Internacional. <u>Descrição dos resultados e benefícios alcançados:</u> Estabelecer critérios e procedimentos para a outorga de autorização para prestação de serviço de transporte de cargas na navegação interior de percurso longitudinal interestadual e internacional. <u>Link de acesso:</u> https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-antag-n-47-de-17-de-junho-de-2021-326840678	

ANTT	PROJETO: Apuração do IDA Rodoviário - 2020
Ação relevante alinhada às Diretrizes de Sustentabilidade do MInfra Diretriz 1 - Promover a inserção dos aspectos socioambientais e territoriais nas políticas públicas, planos e programas intersetoriais da infraestrutura de transporte. Linha de ação 1.2 - Aprimorar a inserção das variáveis socioambiental e territorial nas fases de planejamento, projeto, implantação e operação. Ação 1.2.1. - Desenvolver, implementar e monitorar índices de desempenho socioambiental para todos os modos de transporte.	
<u>Descrição:</u> Apurar o Índice de Desempenho Ambiental das Rodovias brasileiras que estão sob concessão para o ano 2020 (Indicador Ambiental Ferroviário). O IDA tem por objetivo monitorar e acompanhar as concessionárias rodoviárias ao longo do tempo, no que se refere à execução de ações sustentáveis que visam ao desenvolvimento de empreendimentos atrelados à proteção do meio ambiente, auxiliando na tomada de decisão para formulação de políticas e implantação de programas ambientais. Esse indicador vem se consolidando para avaliação ambiental das concessionárias rodoviárias e tem despertado um interesse cada vez maior nas mesmas, pois aponta para a evolução no que tange às questões ambientais e demonstram o compromisso com a sustentabilidade. <u>Descrição dos resultados e benefícios alcançados:</u> Avaliar a eficiência e a qualidade da gestão ambiental nos empreendimentos de infraestrutura de transportes. O objetivo da iniciativa é apresentar a evolução qualitativa e o comprometimento socioambiental do setor, servindo de parâmetro para avaliação da eficiência, das boas práticas e da qualidade da gestão socioambiental nos empreendimentos de infraestrutura de transportes. <u>Link de acesso:</u> https://portal.antt.gov.br/documents/359170/65950828-84e4-b6e0-0e6f-05603c9eac96 https://portal.antt.gov.br/documents/359170/5f02be54-b32d-fa6b-b7fd-3066c08c0766	

ANTT	PROJETO: Apuração do IDA Ferroviário - 2020
Ação relevante alinhada às Diretrizes de Sustentabilidade do MInfra Diretriz 1 - Promover a inserção dos aspectos socioambientais e territoriais nas políticas públicas, planos e programas intersetoriais da infraestrutura de transporte. Linha de ação 1.2 - Aprimorar a inserção das variáveis socioambiental e territorial nas fases de planejamento, projeto, implantação e operação. Ação 1.2.1. - Desenvolver, implementar e monitorar índices de desempenho socioambiental para todos os modos de transporte.	
<u>Descrição:</u> Apurar o Índice de Desempenho Ambiental das Ferrovias brasileiras que estão sob concessão para o ano 2020 (Indicador Ambiental Ferroviário). O IDA tem por objetivo monitorar e acompanhar as concessionárias ferroviárias ao longo do tempo, no que se refere à execução de ações sustentáveis que visam ao desenvolvimento de empreendimentos atrelados à proteção do meio ambiente, auxiliando na tomada de decisão para formulação de políticas e implantação de programas ambientais. Esse indicador vem se consolidando para avaliação ambiental das concessionárias ferroviárias e tem despertado um interesse cada vez maior nas mesmas, pois aponta para a evolução no que tange às questões ambientais e demonstram o compromisso com a sustentabilidade. As questões ambientais vêm se tornando cada vez mais importantes nas avaliações de todas as infraestruturas dos modais de transportes, tendo em vista as mudanças climáticas que já estão ocorrendo. <u>Descrição dos resultados e benefícios alcançados:</u> Avaliar a eficiência e a qualidade da gestão ambiental nos empreendimentos de infraestrutura de transportes. O objetivo da iniciativa é apresentar a evolução qualitativa e o comprometimento socioambiental do setor, servindo de parâmetro para avaliação da eficiência, das boas práticas e da qualidade da gestão socioambiental nos empreendimentos de infraestrutura de transportes. <u>Link de acesso:</u> https://portal.antt.gov.br/ferrovias/ https://portal.antt.gov.br/documents/359178/0/Apura%C3%A7%C3%A3o+IDA++2020.pdf/c833b93b-12f9-c587-b460-91f9fc1bce45?t=1623097028540	

ANTT	PROJETO: Publicação do IDA Ferroviário - 2020
Ação relevante alinhada às Diretrizes de Sustentabilidade do MInfra Diretriz 1 - Promover a inserção dos aspectos socioambientais e territoriais nas políticas públicas, planos e programas intersetoriais da infraestrutura de transporte. Linha de ação 1.2 - Aprimorar a inserção das variáveis socioambiental e territorial nas fases de planejamento, projeto, implantação e operação. Ação 1.2.1. - Desenvolver, implementar e monitorar índices de desempenho socioambiental para todos os modos de transporte.	
<u>Descrição:</u> Publicação de Portaria específica de instituição do Índice de Desempenho Ambiental das Ferrovias brasileiras que estão sob concessão (Indicador Ambiental Ferroviário). O IDA tem por objetivo monitorar e acompanhar as concessionárias ferroviárias ao longo do tempo, no que se refere à execução de ações sustentáveis que visam ao desenvolvimento de empreendimentos atrelados à proteção do meio ambiente, auxiliando na tomada de decisão para formulação de políticas e implantação de programas ambientais. Esse indicador vem se consolidando para avaliação ambiental das concessionárias ferroviárias e tem despertado um interesse cada vez maior nas mesmas, pois aponta para a evolução no que tange às questões ambientais e demonstram o compromisso com a sustentabilidade. As questões ambientais vêm se tornando cada vez mais importantes nas avaliações de todas as infraestruturas dos modais de transportes, tendo em vista as mudanças climáticas que já estão ocorrendo. <u>Descrição dos resultados e benefícios alcançados:</u> Avaliar a eficiência e a qualidade da gestão ambiental nos empreendimentos de infraestrutura de transportes. O objetivo da iniciativa é apresentar a evolução qualitativa e o comprometimento socioambiental do setor, servindo de parâmetro para avaliação da eficiência, das boas práticas e da qualidade da gestão socioambiental nos empreendimentos de infraestrutura de transportes. <u>Link de acesso:</u> https://portal.antt.gov.br/documents/359178/0/PORTARIA+0010_2021+SUFER_ANTT_MI.pdf/caf84204-14d8-bffe-08af-a422dfdc9361?t=1612498280593	

ANTT	PROJETO: Revisão da Portaria n. 396/2019
Ação relevante alinhada às Diretrizes de Sustentabilidade do MInfra Diretriz 1 - Promover a inserção dos aspectos socioambientais e territoriais nas políticas públicas, planos e programas intersetoriais da infraestrutura de transporte. Linha de ação 1.2 - Aprimorar a inserção das variáveis socioambiental e territorial nas fases de planejamento, projeto, implantação e operação. Ação 1.2.1. - Desenvolver, implementar e monitorar índices de desempenho socioambiental para todos os modos de transporte.	
<u>Descrição:</u> Publicação de Portaria para revisar os procedimentos para cálculo do Índice de Desempenho Ambiental das Concessionárias de Rodovias Federais. O IDA tem por objetivo monitorar e acompanhar as concessionárias rodoviárias ao longo do tempo, no que se refere à execução de ações sustentáveis que visam ao desenvolvimento de empreendimentos atrelados à proteção do meio ambiente, auxiliando na tomada de decisão para formulação de políticas e implantação de programas ambientais. Esse indicador vem se consolidando para avaliação ambiental das concessionárias rodoviárias e tem despertado um interesse cada vez maior nas mesmas, pois aponta para a evolução no que tange às questões ambientais e demonstram o compromisso com a sustentabilidade. <u>Descrição dos resultados e benefícios alcançados:</u> Avaliar a eficiência e a qualidade da gestão ambiental nos empreendimentos de infraestrutura de transportes. O objetivo da iniciativa é apresentar a evolução qualitativa e o comprometimento socioambiental do setor, servindo de parâmetro para avaliação da eficiência, das boas práticas e da qualidade da gestão socioambiental nos empreendimentos de infraestrutura de transportes. <u>Link de acesso:</u> https://in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-376-de-18-de-outubro-de-2021-353702089	

ANTT	PROJETO: Aprimoramento do IDA Ferroviário
Ação relevante alinhada às Diretrizes de Sustentabilidade do MInfra Diretriz 1 - Promover a inserção dos aspectos socioambientais e territoriais nas políticas públicas, planos e programas intersetoriais da infraestrutura de transporte. Linha de ação 1.2 - Aprimorar a inserção das variáveis socioambiental e territorial nas fases de planejamento, projeto, implantação e operação. Ação 1.2.1. - Desenvolver, implementar e monitorar índices de desempenho socioambiental para todos os modos de transporte.	
<u>Descrição:</u> Aperfeiçoar o questionário de apuração do Índice de Desempenho Ambiental das Rodovias brasileiras que estão sob concessão (Indicador Ambiental Ferroviário) com a participação da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários. O IDA tem por objetivo monitorar e acompanhar as concessionárias rodoviárias ao longo do tempo, no que se refere à execução de ações sustentáveis que visam ao desenvolvimento de empreendimentos atrelados à proteção do meio ambiente, auxiliando na tomada de decisão para formulação de políticas e implantação de programas ambientais. Esse indicador vem se consolidando para avaliação ambiental das concessionárias rodoviárias e tem despertado um interesse cada vez maior nas mesmas, pois aponta para a evolução no que tange às questões ambientais e demonstram o compromisso com a sustentabilidade. <u>Descrição dos resultados e benefícios alcançados:</u> Avaliar a eficiência e a qualidade da gestão ambiental nos empreendimentos de infraestrutura de transportes. O objetivo da iniciativa é apresentar a evolução qualitativa e o comprometimento socioambiental do setor, servindo de parâmetro para avaliação da eficiência, das boas práticas e da qualidade da gestão socioambiental nos empreendimentos de infraestrutura de transportes. <u>Link de acesso:</u> https://portal.antt.gov.br/acompanhamento-ambiental-das-concessoes-ferroviaria	

ANTT	PROJETO: Soluções para Regularização das Faixas de Domínio Rodoviárias
Ação relevante alinhada às Diretrizes de Sustentabilidade do MInfra Diretriz 5 – Aprimorar os procedimentos de gestão territorial da infraestrutura de transportes, assegurando os aspectos socioambientais. Linha de ação 5.3 – Promover a regularização de áreas afetadas à infraestrutura. Ação 5.3.1. – Estruturar e implementar Programa de Regularização das Áreas de Infraestrutura de Transportes.	
<u>Descrição:</u> Estudos relacionados à definição de procedimentos voltados ao saneamento de problemas da faixa de domínio. Tais estudos almejam a proposição de soluções alternativas mais flexíveis à regularização da faixa de domínio, incluindo também diretrizes de registro, cadastro e controle de ativo. <u>Descrição dos resultados e benefícios alcançados:</u> Os resultados internos à ANTT foram obtidos com a conclusão do Objeto 10 do TED com a UFSC, sendo o produto repassado para o IPR/DNIT para continuidade das ações necessárias para alteração dos normativos vigentes. <u>Link de acesso:</u> http://governanca.antt.gov.br/AgendaRegulatoria/Paginas/Detalhamento.aspx?ID=D=351	

DNIT	PROJETO: Utilização do SIGESA para empreendimentos com licenciamento estadual e federal
Ação relevante alinhada às Diretrizes de Sustentabilidade do MInfra Diretriz 4 – Fortalecer a gestão de processos de licenciamento ambiental de empreendimentos de infraestrutura de transporte, visando à sua maior celeridade. Linha de Ação 4.2 - Aprimorar a gestão da informação sobre licenciamento ambiental. Ação 3.3.1 – Promover a adoção do Sistema de Gestão de Licenciamento Ambiental (SIGESA) como plataforma de acompanhamento dos empreendimentos no âmbito do MInfra.	
<u>Descrição:</u> Promover a inserção de dados relativos a empreendimentos com licenciamento federal e estadual no SIGESA. <u>Descrição dos resultados e benefícios alcançados:</u> Auxiliar o Ministério da Infraestrutura e suas vinculadas na gestão dos processos de licenciamento ambiental de seus empreendimentos. <u>Link de acesso:</u> https://sso.transportes.gov.br/sso/login?service=https%3A%2F%2Fapp.transportes.gov.br%2Fsigesa%2Fj_spring_cas_security_check	

SUBSECRETARIA DE SUSTENTABILIDADE	PROJETO: Certificação Verde Programa Ferrovias – CBI
Ação relevante alinhada às Diretrizes de Sustentabilidade do MInfra Diretriz 2 - Promover a inserção das questões relacionadas à mudança do clima na infraestrutura de transportes. Linha de ação 2.3 - Adotar e promover medidas de mitigação da mudança do clima, visando à redução de emissões de GEE no setor. Ação 2.3.1 - Considerar gradualmente variáveis relacionadas às emissões de GEE nos planos estratégicos do setor, buscando incorporar a precificações de carbono nos critérios de decisão econômicos.	
<u>Descrição:</u> Pré-emissão de certificação da Climate Bonds Initiative – CBI para que o Programa de Novas Concessões Ferroviárias possa ser financiado por meio da emissão de títulos verdes. <u>Descrição dos resultados e benefícios alcançados:</u> O Programa de Novas Concessões Ferroviárias é composto pela Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (FICO) e a Ferrogrão. O Ministério da Infraestrutura submeteu à Climate Bonds Initiative (CBI) seu Green Bond Framework e o relatório preliminar de Verificação Pré-Emissão, tendo como referência o Climate Bonds Standard versão 3.0, com foco sobre o Setor de Transporte de Baixo Carbono. A assinatura da concessão da FIOL oportuniza a certificação junto à CBI dos títulos, empréstimos ou outros instrumentos financeiros destinados ao financiamento de ferrovia contidas no Green Bond Framework pela concessionária. <u>Link de acesso:</u> https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/certificacao-pela-cbi-do-programa-de-novas-concessoes-ferroviarias	

SUBSECRETARIA DE SUSTENTABILIDADE	PROJETO: Diretrizes para Declaração de Utilidade Pública
Ação relevante alinhada às Diretrizes de Sustentabilidade do MInfra Diretriz 5 – Aprimorar os procedimentos de gestão territorial da infraestrutura de transportes, assegurando os aspectos socioambientais. Linha de ação 5.1 – Aperfeiçoar procedimentos de desapropriação e deslocamento consultório. Ação 5.1.1 – Uniformizar entendimentos jurídicos das procuradorias no âmbito do MInfra, relevantes para a execução de procedimentos de desapropriação, afetação, desafetação de imóveis e deslocamento compulsório.	
<u>Descrição:</u> Publicação da Instrução Normativa nº2/2021, que dispõe sobre diretrizes e procedimentos para a publicação de atos declaratórios de utilidade pública no âmbito do Ministério da Infraestrutura. <u>Descrição dos resultados e benefícios alcançados:</u> Instrução normativa com diretrizes para a publicação de atos declaratórios de utilidade pública pelo Ministério da Infraestrutura MINFRA, seus órgãos e entidades vinculadas, para fins de desapropriação e instituição de servidão administrativa, necessários à implementação da política federal de infraestrutura de transportes. A proposta é resultado de um processo iniciado em maio de 2019, sob coordenação da Subsecretaria de Sustentabilidade, com a participação dos demais órgãos e entidades vinculadas do Ministério da Infraestrutura: SNTT, SNPTA, SAC, DNIT, ANTT, ANAC, ANTAQ, VALEC e INFRAERO. Sua aprovação final deu-se pelo PARECER n. 00349/2020/CONJUR-MINFRA/CGU/AGU. <u>Principais resultados da proposta:</u> Uniformizar entendimentos jurídicos, bem como estabelecer procedimentos para edição e publicação de declaração de utilidade pública pelo MInfra e vinculadas; Aperfeiçoamento de processos, normativos e marcos regulatórios; Aprimoramento da gestão territorial da infraestrutura, reduzindo custos e proporcionando maior eficiência operacional. <u>Link de acesso:</u> https://in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-2-de-23-de-julho-de-2021-334085707	

SUBSECRETARIA DE SUSTENTABILIDADE	PROJETO: Padronização de Planos e Programas Ambientais do modo Rodoviário, Ferroviário e Portuário
Ação relevante alinhada às Diretrizes de Sustentabilidade do MInfra Diretriz 4 – Fortalecer a gestão de processos de licenciamento ambiental de empreendimentos de infraestrutura de transportes, visando à sua maior celeridade. Linha de ação 4.1 – Assegurar a eficiência processual possibilitando maior agilidade nas etapas de licenciamento ambiental. Ação 4.1.1 – Propor a padronização dos Planos e Programas Ambientais.	
<u>Descrição:</u> Estabelecer requisitos mínimos a serem adotados pelos empreendedores quando da proposição dos PBAs junto ao IBAMA. <u>Descrição dos resultados e benefícios alcançados:</u> O Projeto de Padronização dos Programas Ambientais guarda relação com a exigência do IBAMA para a execução de programas de controle ambiental. Objetivou-se o estabelecimento de requisitos mínimos para adoção pelos empreendedores quando da proposição dos programas ambientais, que compõe os Planos de Gestão Ambiental (PGAs), em virtude da exigência por parte dos órgãos ambientais licenciadores. Assim, com o estabelecimento dos requisitos mínimos que devem compor os programas ambientais, espera-se que os empreendedores e investidores tenham mais previsibilidade no dimensionamento das atividades, bem como na contratação de consultorias ambientais. Atrelado a isso, vislumbra-se uma desburocratização e isonomia nos processos de licenciamento. <u>Link de acesso:</u> https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/licenciamento-ambiental	

SUBSECRETARIA DE
SUSTENTABILIDADE

PROJETO:

Livro Via Viva 2021

Ação relevante alinhada às Diretrizes de Sustentabilidade do MInfra

Diretriz 3 – Fortalecer a gestão de processos de licenciamento ambiental de empreendimentos de infraestrutura de transportes, visando à sua maior celeridade.

Linha de ação 3.2 – Ampliar e fortalecer as atividades de pesquisa em tecnologias e inovações do setor de transporte.

Ação 3.2.2 – Criar repositório de publicações científicas e incentivar publicação de artigos técnicos sobre as temáticas socioambiental e territorial.

Descrição:

Periódico virtual e impresso anual relacionados à gestão socioambiental de infraestrutura de transportes, ISSN 2675-2662 e e-ISSN-2675-2700, de conteúdo gratuito.

Descrição dos resultados e benefícios alcançados:

A produção técnica Via Viva é uma publicação anual de trabalhos originais, relacionados à gestão socioambiental de infraestrutura de transportes ou que apresentem resultados de estudos ou experiências profissionais sobre o setor de transportes, em especial, em relação a políticas, planos, programas e projetos setoriais. Os temas socioambientais sobre a infraestrutura de transportes discutidos nesta publicação abrangem e relacionam os modos de transportes rodoviário, ferroviário, aeroportuário e aquaviário, e, muitas vezes, relacionam componentes ou experiências de outros setores de infraestrutura. O acesso ao seu conteúdo é gratuito, sem cobrança de taxas de assinatura, submissão, avaliação ou editoração.

O processo de elaboração da publicação vinculada ao V Seminário Socioambiental em Infraestrutura de Transportes Via Viva 2021, com o tema Investimento Verde e Resiliência com foco nas finanças verdes e nos desafios para a redução de impactos provocados por eventos climáticos na infraestrutura de transportes, contemplou definição das regras de submissão, formação da comissão de avaliação, recebimento dos trabalhos, avaliações, contato com autores e avaliadores, montagem da publicação, diagramação final e lançamento do livro.

Link de acesso:

https://viaviva.infraestrutura.gov.br/wp-content/uploads/2021/10/LIVRO_VIA_VIVA_2021_SITE.pdf

VALEC	PROJETO: Estruturação dos dados VALEC no banco da INDE
Ação relevante alinhada às Diretrizes de Sustentabilidade do MInfra Diretriz 5 - Aprimorar os procedimentos de gestão territorial da infraestrutura de transportes, assegurando os aspectos socioambientais. Linha de ação 5.2 - Aprimorar a gestão da informação territorial da infraestrutura. Ação 5.2.1 - Criar base única de informações territoriais da infraestrutura de transportes (RIT)	
<u>Descrição:</u> Prover a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE), com dados de empreendimentos ferroviários. A adesão à INDE foi submetida à aprovação da DIREN. Após aprovação, serão iniciadas as tratativas com a INDE para atendimento dos requisitos necessários e capacitação. Uma vez estruturados os dados, a sua atualização será contínua. <u>Descrição dos resultados e benefícios alcançados:</u> Promover o adequado ordenamento na geração, armazenamento, acesso, compartilhamento, disseminação e uso dos dados geoespaciais, nos padrões e normas homologados pela Comissão Nacional de Cartografia – CONCAR. <u>Link de acesso:</u> https://inde.gov.br/	

DETALHAMENTO DOS PROJETOS EM EXECUÇÃO

ANAC	PROJETO: (Aeroportos Sustentáveis) Apuração do IDA Aeroportuário - 2021	SITUAÇÃO: Central de Projetos SUST- 28/2020	Execução: 68%
Ação relevante alinhada às Diretrizes de Sustentabilidade do MInfra Diretriz 1 - Promover a inserção dos aspectos socioambientais e territoriais nas políticas públicas, planos e programas intersetoriais da infraestrutura de transporte. Linha de ação 1.2 - Aprimorar a inserção das variáveis socioambiental e territorial nas fases de planejamento, projeto, implantação e operação. Ação 1.2.1. - Desenvolver, implementar e monitorar índices de desempenho socioambiental para todos os modos de transporte. <u>Descrição:</u> Apurar o Índice de Desempenho Ambiental dos Aeroportos brasileiros para o ano 2021 (Programa Aeroportos Sustentáveis). O IDA tem despertado um interesse cada vez maior nas operadoras aeroportuárias, apontando para uma evolução no que tange às questões ambientais e demonstra o compromisso com a sustentabilidade pelos operadores aeroportuários. Além disso, a adição do elemento competitivo em relação às melhores práticas ambientais favorece a busca por atualizações constantes da condução do tema por parte dos aeroportos. As questões ambientais vêm se tornando cada vez mais importantes nas avaliações de todas as infraestruturas dos modais de transportes, tendo em vista seu impacto ao meio ambiente e que o incentivo a essas adaptações é essencial. <u>Benefícios esperados:</u> Incentivo ao desenvolvimento e à adesão de novas tecnologias que gerem menores impactos negativos ao meio ambiente, que fomentem ações de adaptação e mitigação aos impactos ambientais e climáticos, além de induzir a redução de ruído e incômodo proveniente das operações. Busca-se a realização de melhores práticas de gestão ambiental, bem como o aumento das ações relacionadas ao uso eficiente de água e de energias renováveis, à reciclagem e ao reuso.			

ANAC	PROJETO: Atualização do RBAC-38	SITUAÇÃO: Central de Projetos SUST- 30/2020	Execução: 91%
Ação relevante alinhada às Diretrizes de Sustentabilidade do MInfra Diretriz 3 - Desenvolver projetos, estudos e pesquisas com maior qualidade socioambiental. Linha de ação 3.1 - Aprimorar a legislação e os instrumentos normativos relacionados à gestão socioambiental e territorial. Ação 3.1.1 - Realizar levantamento e atualizar, quando pertinente, os principais normativos com temática socioambiental e territorial no âmbito do MInfra. <u>Descrição:</u> Atualizar o normativo Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 38, publicado em 2018, com vistas à incorporação de melhorias e alinhamento com as novas edições das normativas internacionais. A aviação está totalmente globalizada e as normativas brasileiras devem se alinhar às normativas internacionais, de forma que tanto a aviação no interior, como a aviação internacional cumpram as regras mundiais. As questões ambientais vêm se tornando cada vez mais importantes nas resoluções de todos os modais de transportes e, tendo em vista o impacto dos transportes no efeito estufa, gera-se a necessidade de que as questões de emissão de CO2 tenham suas regulamentações alinhadas às normas e aos certificadores mundiais, com vista a reduzir ao máximo a elevação da temperatura no planeta. Os avanços nas diferentes tecnologias empregadas nos aviões (aerodinâmica, estruturas, propulsão, etc.) vêm contribuindo para a redução destas emissões e as normativas precisam se adequar a essas novas realidades. A nova edição do RBAC incorporará a primeira emenda ao Volume III do Anexo 16 da Convenção de Chicago, sendo o escopo desta emenda limitado a questões interpretativas. <u>Benefícios esperados:</u> Redução das emissões de CO2 e de impactos ambientais negativos causados pela aviação. Alinhamento da normativa brasileira com as normativas internacionais.			

ANTAQ	PROJETO: Revisão da Resolução nº 2190/2011 - Antaq	SITUAÇÃO: Projetos SUST- 37/2020	Execução: 68%
Ação relevante alinhada às Diretrizes de Sustentabilidade do MInfra Diretriz 3 - Desenvolver projetos, estudos e pesquisas com maior qualidade socioambiental. Linha de ação 3.1 - Aprimorar a legislação e os instrumentos normativos relacionados à gestão socioambiental e territorial. Ação 3.1.1 - Realizar levantamento e atualizar, quando pertinente, os principais normativos com temática socioambiental e territorial no âmbito do MInfra.			
<u>Descrição:</u> Disciplina a prestação de serviços de retirada de resíduos de embarcações. As questões ambientais têm se tornado cada vez mais importantes e é necessário que a legislação brasileira acompanhe a evolução dos entendimentos ambientais sobre o assunto, sobretudo em função do impacto ambiental elevado que tais atividades podem oferecer. Também é necessário rever os procedimentos e autorizações para empresas atuarem neste ramo de atividade. Identificar claramente os tipos de produtos que serão retirados, as formas dessa operação e o credenciamento adequado de empresas capacitadas na realização dos trabalhos também serão buscadas nesta revisão. <u>Benefícios esperados:</u> Redução dos acidentes e, conseqüentemente, de impactos ambientais ao meio ambiente. Maior eficiência no credenciamento e fiscalização das empresas que estão habilitadas para execução dos serviços, bem como maior adequação ao destino dos materiais retirados. Desenvolvimento de uma base de dados relacionada à geração de resíduos provenientes do transporte aquaviário, em parceria com setores da Agência e atores intervenientes.			

ANTAQ	PROJETO: Estratégias de adaptação à mudança do clima para a infraestrutura portuária	SITUAÇÃO: Em estruturação na Central de Projetos	Execução: 69%
Ação relevante alinhada às Diretrizes de Sustentabilidade do MInfra Diretriz 2 - Promover a inserção das questões relacionadas à mudança do clima na infraestrutura de transportes. Linha de ação 2.2 - Promover a gestão de riscos climáticos e adaptação à mudança do clima da infraestrutura de transportes. Ação 2.2.2 - Realizar estudos de vulnerabilidade aos riscos climáticos do setor de infraestrutura de transportes, com avaliações gradualmente mais completas e, sempre que possível, econômicas, visando subsidiar tomadas de decisões. <u>Descrição:</u> No âmbito das atividades portuárias, as alterações climáticas devem produzir nos médio e longo prazos efeitos adversos como avarias em equipamentos e estruturas portuárias e danos a embarcações e cargas. Consequentemente, haveria aumento no risco e na vulnerabilidade de operações portuárias e nos custos de operação em virtude de interrupções operacionais; manutenção; reparo da infraestrutura portuária; realização de obras de proteção (molhes, quebra-mares etc.); reconfiguração e adaptação de cais, pátio e demais áreas operacionais e aumento das taxas de sedimentação em estuários com consequente aumento da necessidade de dragagens. Executar projeto de estudos sobre as instalações portuárias e as Mudanças Climáticas, em parceria com setores da Agência, com Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE. <u>Benefícios esperados:</u> O trabalho prevê a elaboração de estudos de caso que ficarão por conta da ANTAQ e que servirão de orientação para ações a serem aplicadas na proteção do ambiente portuário. Levantamento de ocorrência e fatos, e organização de banco de dados para dar suporte às decisões futuras para ações de mitigação e adaptação frente às mudanças climáticas.			

ANTT	PROJETO: Apuração do IDA Ferroviário - 2021	SITUAÇÃO: Central de Projetos SUST- 34/2020	Execução: 0% (previsão de início:Fev/2022)
Ação relevante alinhada às Diretrizes de Sustentabilidade do MInfra Diretriz 1 - Promover a inserção dos aspectos socioambientais e territoriais nas políticas públicas, planos e programas intersetoriais da infraestrutura de transporte. Linha de ação 1.2 - Aprimorar a inserção das variáveis socioambiental e territorial nas fases de planejamento, projeto, implantação e operação. Ação 1.2.1. - Desenvolver, implementar e monitorar índices de desempenho socioambiental para todos os modos de transporte. <u>Descrição:</u> Apurar o Índice de Desempenho Ambiental das Ferrovias brasileiras que estão sob concessão para o ano 2021 (Indicador Ambiental Ferroviário). O IDA tem por objetivo monitorar e acompanhar as concessionárias ferroviárias ao longo do tempo, no que se refere à execução de ações sustentáveis que visam ao desenvolvimento de empreendimentos atrelados à proteção do meio ambiente, auxiliando na tomada de decisão para formulação de políticas e implantação de programas ambientais. Esse indicador vem se consolidando para avaliação ambiental das concessionárias ferroviárias e tem despertado um interesse cada vez maior nas mesmas, pois aponta para a evolução no que tange às questões ambientais e demonstram o compromisso com a sustentabilidade. As questões ambientais vêm se tornando cada vez mais importantes nas avaliações de todas as infraestruturas dos modais de transportes, tendo em vista as mudanças climáticas que já estão ocorrendo. <u>Benefícios esperados:</u> Aprimoramento no acompanhamento das atividades componentes da gestão ambiental, mediante a padronização da forma de apresentação dos dados e informações. Maior eficácia na fase de análise dos produtos. Redução do tempo de ação para solucionar possíveis problemas ambientais na fase de obras.			

ANTT	PROJETO: Revisão da Portaria n. 184/2018	SITUAÇÃO: Em estruturação na Central de Projetos	Execução: 0% (previsão de início Mar/22)
Ação relevante alinhada às Diretrizes de Sustentabilidade do MInfra Diretriz 3 - Desenvolver projetos, estudos e pesquisas com maior qualidade socioambiental. Linha de ação 3.1 - Aprimorar a legislação e os instrumentos normativos relacionados à gestão socioambiental e territorial. Ação 3.1.1 - Realizar levantamento e atualizar, quando pertinente, os principais normativos com temática socioambiental e territorial no âmbito do MInfra. <u>Descrição:</u> Aprimorar os procedimentos a serem adotados pelas concessionárias de rodovias federais para a elaboração do Plano de Gerenciamento de Riscos e Plano de Ação de Emergência PGR/PAE relacionados ao transporte e acidentes envolvendo produtos perigosos nas rodovias concedidas pela ANTT, bem como do relatório com informações relacionadas aos acidentes rodoviários envolvendo produtos perigosos. Além de normalmente já ser uma condicionante ambiental de operação, o transporte e acidentes envolvendo produtos perigosos requerem atenção especial pelo risco que impõe aos usuários da rodovia e ao meio ambiente em geral. O aprimoramento contínuo do assunto é determinante para que as ações de fiscalização e de resposta em caso de acidentes, por parte das concessionárias, sejam cada vez mais eficientes e rápidas. As questões ambientais vêm se tornando cada vez mais importantes nas avaliações de todas as infraestruturas dos modais de transportes, tendo em vista as mudanças climáticas que já estão ocorrendo e, diante do aumento da importância do tema e no conceito de melhoria continuada, verificou-se a possibilidade de melhoria na metodologia apresentada na Portaria 184/2018. <u>Benefícios esperados:</u> Melhor definição dos estudos e informações que devem constar do Plano de Gerenciamento de Riscos e Plano de Ação de Emergência PGR/PAE e nos relatórios de comunicações periódicas que a concessionária faz à ANTT. Maior padronização das informações a serem encaminhadas, contribuindo para a eficiência e eficácia dos procedimentos relacionados à análise do relatório por parte da ANTT. Melhor gestão dos dados de acidentes desta natureza. Incentivo à elaboração, por parte das concessionárias, de planos cada vez mais detalhados e completos, contribuindo para a redução da quantidade e severidade dos acidentes, bem como otimização das respostas no caso de ocorrências.			

ANTT	PROJETO: Revisão da Portaria 283/2017	SITUAÇÃO: Em estruturação na Central de Projetos	Execução: 0% (Previsão de início: Mar/22)
Ação relevante alinhada às Diretrizes de Sustentabilidade do MInfra Diretriz 3 - Desenvolver projetos, estudos e pesquisas com maior qualidade socioambiental. Linha de ação 3.1 - Aprimorar a legislação e os instrumentos normativos relacionados à gestão socioambiental e territorial. Ação 3.1.1 - Realizar levantamento e atualizar, quando pertinente, os principais normativos com temática socioambiental e territorial no âmbito do MInfra. <u>Descrição:</u> Aprimorar o procedimento de elaboração e encaminhamento do Relatório de Acompanhamento Ambiental (RAA), do Relatório de Programas Sociais e Educacionais (RSE) e das comunicações realizadas entre as concessionárias de rodovias e os órgãos ambientais. A obtenção do licenciamento ambiental para execução das obras, bem como para operação das rodovias requer constante gestão entre as concessionárias e os órgãos ambientais responsáveis pela gestão ambiental da via. Os licenciamentos ambientais são acompanhados de condicionantes específicas, que devem ser integralmente cumpridas pelas concessionárias, assim como as legislações pertinentes, cuja materialização deste cumprimento ocorre com a apresentação de documentação específica a cada órgão ambiental. Essas comunicações são realizadas diretamente entre a concessionária e respectivos órgãos ambientais, sendo obrigação da primeira de relatar os trabalhos e resultados à ANTT, por meio de comunicações padronizadas e estabelecidas em regulamentos próprios. As questões ambientais vêm se tornando cada vez mais importantes nas avaliações de todas as infraestruturas dos modais de transportes, tendo em vista as mudanças climáticas que já estão ocorrendo e, diante do aumento da importância do tema e no conceito de melhoria continuada, verificou-se a possibilidade de melhoria na metodologia apresentada na Portaria 283/2017. <u>Benefícios esperados:</u> Melhor definição das informações que devem constar nas comunicações periódicas que a concessionária faz à ANTT. Maior padronização das informações a serem encaminhadas, facilitando a análise por parte da ANTT. Maior transparência das ações ambientais que estão sendo realizadas pelas concessionárias para cumprimento da legislação e condicionantes do licenciamento ambiental. Melhor gestão quanto à evolução dos estudos e atendimento às demandas dos órgãos ambientais para obtenção dos respectivos licenciamentos, seja de LP, LI e LO.			

ANTT	PROJETO: Custos Médios Gerenciais Ambientais	SITUAÇÃO: Em estruturação na Central de Projetos	Execução: Não informado
Ação relevante alinhada às Diretrizes de Sustentabilidade do MInfra Diretriz 3 - Desenvolver projetos, estudos e pesquisas com maior qualidade socioambiental. Linha de ação 3.3 - Aprimorar instrumentos utilizados para contratação de estudos, projetos e pesquisas. Ação 3.3.1 - Estabelecer ou revisar custos referenciais e metodologia de dimensionamento para elaboração de estudos e cumprimento de condicionantes ambientais, preferencialmente de forma integrada entre os modais e considerando as especificidades de cada um. <u>Descrição:</u> Definir os Custos Médios Gerenciais (CMG) para a contratação de estudos, serviços e ações correlatas à obtenção de licenças e autorizações necessárias às obras, aos serviços e à operação de empreendimentos rodoviários, incluindo a implementação e a execução de programas e condicionantes socioambientais, em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina, para aperfeiçoar a forma de se precificar as ações relacionadas ao meio ambiente de obrigação das empresas concessionárias. <u>Benefícios esperados:</u> Maior celeridade e qualidade na precificação dos estudos, serviços e programas ambientais que devem ser realizados pelas empresas concessionárias. Redução do tempo de análise de revisão tarifária. Redução no tempo de aprovação de projetos desta área.			

ANTT	PROJETO: Portaria – Termo de Anuência	SITUAÇÃO: Em estruturação na Central de Projetos	Execução: Não informado
Ação relevante alinhada às Diretrizes de Sustentabilidade do MInfra Diretriz 5 - Aprimorar os procedimentos de gestão territorial da infraestrutura de transportes, assegurando os aspectos socioambientais. Linha de ação 5.3 - Promover a regularização de áreas afetas à infraestrutura. Ação 5.3.1 - Estruturar e implementar Programa de Regularização das Áreas de Infraestrutura de Transportes.			
<u>Descrição:</u> Elaboração de portaria para regulamentação dos procedimentos de retificação de áreas de terceiros, tendo em vista tratar de assunto que demanda muita energia e não haver uma rotina, já que as regularizações fundiárias de terceiros, que possuem divisas com as rodovias e ferrovias, necessitam de posicionamento oficial dos órgãos gestores sobre a via. <u>Benefícios esperados:</u> Homogeneização dos processos de reconhecimento de limites. Redução no tempo de análise das solicitações, elaboração de banco de dados com as informações de retificação e estabelecimento de rotina para ajustes nas faixas de domínio, quando for o caso, inclusive com a notificação dos ajustes necessários junto às concessionárias.			

DNIT	PROJETO: Programa Federal de Faixas de Domínio - PROFAIXA	SITUAÇÃO: Central de Projetos SUST-25/2020	Execução: 36%
Ação relevante alinhada às Diretrizes de Sustentabilidade do MInfra Diretriz 5 - Aprimorar os procedimentos de gestão territorial da infraestrutura de transportes, assegurando os aspectos socioambientais. Linha de ação 5.3 - Promover a regularização de áreas afetadas à infraestrutura. Ação 5.3.1 - Estruturar e implementar Programa de Regularização das Áreas de Infraestrutura de Transportes.			
<u>Descrição:</u> O PROFAIXA tem por objetivo identificar e regularizar as faixas de domínio das rodovias sob responsabilidade do DNIT, no prazo de 20 anos (2034), em atendimento ao disposto no Decreto nº 8376/14. Este transferiu ao DNIT a responsabilidade de administração patrimonial dos imóveis da União correspondentes às faixas de domínio das rodovias federais integrantes do Sistema Nacional de Viação (SNV), enquanto necessários ou vinculados às atividades do DNIT; às áreas que vierem a ser desapropriadas pelo DNIT, em nome da União, para implantação de rodovias; e às áreas efetivamente utilizadas ou necessárias para o funcionamento das sedes das unidades locais e superintendências regionais do DNIT. Investiu, para tanto, o DNIT de poderes de representação da União, e estabeleceu o prazo de 20 anos para regularização das faixas de domínio de toda a malha rodoviária constante no SNV. A falta dessa informação consistente implica no desconhecimento das reais extensões das faixas de domínio, gerando conflitos com particulares. Também tem impacto no avanço das obras realizadas diretamente pelo DNIT bem como naquelas que devem ser executadas pelas empresas concessionárias, trazendo dificuldades também nos contratos de concessão que são geridos pela ANTT. <u>Benefícios esperados:</u> Identificação clara e precisa de todas as faixas de domínio das rodovias federais administradas pelo DNIT (georreferenciamento). Conhecimento completo dos ativos do DNIT, no que diz respeito às questões territoriais e fundiárias das rodovias. Instrução processual para futuras desapropriações e remoção de ocupantes da faixa de domínio de forma célere. Liberação das frentes de obras de forma mais célere. Redução do número de processos judiciais e ganho no tempo de decisões judiciais, quando for o caso. Ganho de credibilidade junto à Justiça e aos demais órgãos de controle. Redução do gasto com indenizações desnecessárias caso houvesse a comprovação da propriedade por parte do DNIT.			

DNIT	PROJETO: Implementação do SGPD Sistema de Gestão de Processos de Desapropriação do DNIT	SITUAÇÃO: Central de Projetos SUST- 26/2020	Execução: 63%
Ação relevante alinhada às Diretrizes de Sustentabilidade do MInfra Diretriz 5 - Aprimorar os procedimentos de gestão territorial da infraestrutura de transportes, assegurando os aspectos socioambientais. Linha de ação 5.2 - Aprimorar a gestão da informação territorial da infraestrutura. Ação 5.2.2 - Desenvolver e difundir o Sistema de Gestão de Processos de Desapropriação e Reassentamento (SGPDR). <u>Descrição:</u> O Sistema de Gestão de Processos de Desapropriação e Reassentamento no DNIT tem o objetivo de auxiliar no planejamento, execução e controle das atividades de desapropriação e reassentamento realizadas pela autarquia. Sua principal funcionalidade é a elaboração de Laudos Técnicos de Avaliação e posterior consolidação dos Cadastros Técnicos de Desapropriação – CTD e dos Cadastros Técnicos de Ocupação – CTO, para que, posteriormente à análise da comissão de desapropriação, integrem os respectivos processos administrativos de desapropriação. Os processos de desapropriação e reassentamento são únicos para cada proprietário e/ou beneficiário, sendo que inúmeras informações do empreendimento e das pessoas são necessárias para a perfeita instrução de cada processo. A consulta da documentação nos processos individuais, via de regra, são complicadas quando não há padronização da documentação, exigindo esforço muito grande de tempo em cada situação. A implementação do Sistema de Gestão de Processos de Desapropriação do DNIT, denominado de SGPD, busca padronizar a inclusão e a gestão das informações sobre desapropriações e reassentamentos sob responsabilidade da autarquia, de modo a facilitar o acesso e o acompanhamento dos processos, de forma mais célere e eficiente. <u>Benefícios esperados:</u> Facilidade na gestão e acompanhamento dos processos de desapropriação e reassentamento. Redução do tempo de instrução processual e da efetivação da desapropriação. Aumento da eficiência na estruturação das peças judiciais para ingresso de ações judiciais. Documentação organizada, atualizada e sem conflitos para análise e avanços nos processos. Aumento da eficiência no registro das áreas desapropriadas junto à Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União – SPU.			

DNIT	PROJETO: Implementação do ECOSISTEMA – Sistema de Gestão Ambiental no DNIT	SITUAÇÃO: Central de Projetos SUST- 27/2020	Execução: 27%
Ação relevante alinhada às Diretrizes de Sustentabilidade do MInfra Diretriz 4 - Fortalecer a gestão de processos de licenciamento ambiental de empreendimentos de infraestrutura de transportes, visando à sua maior celeridade. Linha de Ação 4.2 - Aprimorar a gestão da informação sobre licenciamento ambiental. Ação 4.2.1 - Desenvolver a estruturação e a sistematização das informações ambientais produzidas pelas entidades vinculadas, considerando soluções tecnológicas existentes <u>Descrição:</u> Implementar o Sistema de Gestão Ambiental no DNIT com o objetivo de padronizar a atuação das empresas contratadas, no que concerne à apresentação dos dados e informações referentes às três etapas da atividade, a saber: gerenciamento ambiental, supervisão ambiental e de execução de programas ambientais. Otimizar os prazos despendidos para análise dos dados e informações atinentes à gestão ambiental, com padronização e agilidade no gerenciamento. <u>Benefícios esperados:</u> Aprimoramento no acompanhamento das atividades componentes da gestão ambiental, mediante a padronização da forma de apresentação dos dados e informações. Maior eficácia na fase de análise dos produtos. Redução do tempo de ação para solucionar possíveis problemas ambientais na fase de obras.			

DNIT	PROJETO: Revisão da instrução de serviço para a definição das Responsabilidades Ambientais das Construtoras – RAC	SITUAÇÃO: Central de Projetos SUST-33/2020	Execução: 73%
Ação relevante alinhada às Diretrizes de Sustentabilidade do MInfra Diretriz 3 - Desenvolver projetos, estudos e pesquisas com maior qualidade socioambiental. Linha de ação 3.1 - Aprimorar a legislação e os instrumentos normativos relacionados à gestão socioambiental e territorial. Ação 3.1.1 - Realizar levantamento e atualizar, quando pertinente, os principais normativos com temática socioambiental e territorial no âmbito do MInfra. <u>Descrição:</u> Requalificar o normativo denominado Responsabilidade Ambiental das Contratadas, publicado em 2011, que carece da incorporação da experiência de campo desde a sua publicação. As experiências vivenciadas pelas Unidades Locais do DNIT demonstraram que a normativa existente requer melhorias para atender às situações rotineiras dos trabalhos das obras e serviços do DNIT, tendo em vista que algumas situações implicavam em indefinição sobre a responsabilidade ambiental das empresas contratadas. <u>Benefícios esperados:</u> Definição adequada das responsabilidades ambientais das empresas contratadas para execução das obras e serviços. Responsabilização e cobrança das penalidades aplicadas ao DNIT por ações, ou falta delas, às empresas contratadas. Clareza nas ações a serem realizadas pelos servidores/fiscais junto às empresas quanto ao tema.			

DNIT	PROJETO: Parâmetros de orçamentação de estudos e programas ambientais do DNIT	SITUAÇÃO: Em estruturação (Suspensão)	Execução: 20%
Ação relevante alinhada às Diretrizes de Sustentabilidade do MInfra Diretriz 3 - Desenvolver projetos, estudos e pesquisas com maior qualidade socioambiental. Linha de Ação 3.3 - Aprimorar instrumentos utilizados para contratação de estudos, projetos e pesquisas. Ação 3.3.1 - Estabelecer ou revisar custos referenciais e metodologias de dimensionamento para elaboração de estudos e cumprimento de condicionantes ambientais, preferencialmente de forma integrada entre os modais e considerando as especificidades de cada um.			
<u>Descrição:</u> Estabelecer parâmetros de orçamentação de estudos e programas ambientais do DNIT e sua incorporação ao Sistema de Custos Referenciais de Obras – SICRO.			
<u>Benefícios esperados:</u> Aperfeiçoamento da precificação dos estudos, serviços e programas ambientais. Maior celeridade na elaboração dos orçamentos e na análise das propostas das empresas, reduzindo o tempo total de contratação desses serviços.			

EPL	PROJETO: Implementação do EIA/RIMA Digital	SITUAÇÃO: Central de Projetos SUST-35/2020	Execução: 97%
Ação relevante alinhada às Diretrizes de Sustentabilidade do MInfra Diretriz 4 - Fortalecer a gestão de processos de licenciamento ambiental de empreendimentos de infraestrutura de transportes, visando à sua maior celeridade. Linha de ação 4.2 - Aprimorar a gestão da informação sobre licenciamento ambiental. Ação 4.2.1 - Desenvolver a estruturação e a sistematização das informações ambientais produzidas pelas entidades vinculadas, considerando soluções tecnológicas existentes.			
<u>Descrição:</u> Implementar uma ferramenta que possibilite a elaboração e disponibilização dos Estudos de Impacto Ambiental e Relatórios de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), objetivando facilitar a visualização e análise dos dados pelos analistas do órgão ambiental e pela população, possibilitando maior transparência e celeridade nos processos de licenciamento ambiental, além da disponibilização digital dos dados, facilitando a utilização da informação. O EIA/RIMA apresentado hoje para o órgão ambiental consiste em um documento extenso com grande volume de informação que dificulta a análise e utilização dos dados. A disponibilização digital e organizada com dados dinâmicos possibilita uma maior interação com os resultados, auxiliando a análise dos técnicos do órgão ambiental e da população. Além disso, auxiliaria inclusive na elaboração de estudos similares localizados na mesma região, que poderiam utilizar as informações de forma dinâmica e complementar. <u>Benefícios esperados:</u> Acesso, de qualquer interessado, aos estudos ambientais de diversos empreendimentos de forma rápida e dinâmica. Pesquisa dos dados de um estudo através da localização geográfica do empreendimento (no mapa ou coordenadas). Aumento na transparência das questões ambientais das obras de concessão e de execução próprias do MInfra. Integração de dados de estudos já realizados, possibilitando contratações melhores e com menor custo, trazendo maior racionalização nos gastos públicos. Aumento na capacidade de ação e reação a possíveis problemas ambientais que estão ocorrendo nas obras, agilizando tomadas de atitudes corretivas.			

EPL	PROJETO: Elaboração do Caderno Ambiental no Plano Nacional de Logística - PNL	SITUAÇÃO: Central de Projetos SUST-36/2020	Execução: 93%
Ação relevante alinhada às Diretrizes de Sustentabilidade do MInfra Diretriz 1 - Promover a inserção dos aspectos socioambientais e territoriais nas políticas públicas, planos e programas intersetoriais da infraestrutura de transporte. Linha de ação 1.1 - Fortalecer o planejamento integrado do sistema de transportes considerando a questão socioambiental e territorial. Ação 1.1.1 Incorporar os aspectos socioambientais e territoriais nos planos estratégicos do setor.			
<u>Descrição:</u> Elaborar Caderno Ambiental, que será anexo ao Plano Nacional de Logística (PNL) e visará identificar, de modo estratégico, oportunidades e ameaças que efetivamente poderão contribuir para o desenvolvimento sustentável a médio e longo prazo, e inseri-las nas pautas de discussões das políticas públicas e tomadas de decisão. As questões ambientais têm se tornado cada vez mais importantes em todos os aspectos da logística brasileira e mundial, sobretudo nesses tempos em que a mudanças climáticas se apresentam de forma muito significativa. O financiamento externo em infraestrutura está cada vez mais vinculado às questões da sustentabilidade dos projetos. A elaboração do Caderno Ambiental do Plano Nacional de Logística é fundamental para identificar as oportunidades e ameaças, a fim de proporcionar maior segurança técnica, ambiental, econômica e jurídica no desenvolvimento dos projetos do setor, minimizando riscos e otimizando recursos. <u>Benefícios esperados:</u> Incorporação de informações ambientais dos empreendimentos estudados no PNL, apresentando indicadores ambientais por cenário estudado. Institucionalização da temática ambiental em todas as fases de planejamento e projetos de obras de infraestrutura. Demonstração para a sociedade nacional e internacional de que a temática ambiental e de sustentabilidade passa a ter, a cada momento, maior relevância no planejamento e projeto de obras.			

INFRAERO	PROJETO: Certificação do Aeroporto Santos Dumont (SBRJ) no Programa de Acreditação de Carbono da ACI	SITUAÇÃO: Estruturado na Central de Projetos SUST-31/2020	Execução: 83%
Ação relevante alinhada às Diretrizes de Sustentabilidade do MInfra Diretriz 2 - Promover a inserção das questões relacionadas à mudança do clima na infraestrutura de transportes. Linha de ação 2.3 - Adotar e promover medidas de mitigação da mudança do clima, visando à redução de emissões de GEE no setor. Ação 2.3.1 – Considerar, gradualmente, variáveis relacionadas às emissões de GEE nos planos estratégicos do setor, buscando incorporar a precificação de carbono nos critérios de decisão econômicos.			
<u>Descrição:</u> Certificar o Aeroporto de Santos Dumont (SBRJ), operado pela INFRAERO no Programa de Acreditação de Carbono (Airport Carbon Accreditation) da ACI – Airports Council International. As questões ambientais vêm se tornando cada vez mais importantes na atuação de todos os modais de transportes, tendo em vista o seu potencial impacto nas mudanças climáticas, sendo que um dos principais responsáveis pelo aquecimento global é a emissão de gases do efeito estufa, com destaque ao Dióxido de Carbono (CO₂). A certificação ora pretendida visa demonstrar e consolidar os esforços que a INFRAERO vem implementando para assegurar a redução das fontes de emissão de gases de efeito estufa. O inventário da emissão de GEE já foi realizado. <u>Benefícios esperados:</u> Reconhecimento do aeroporto na busca por redução da emissão dos gases do efeito estufa e sua efetiva redução. Aumento da credibilidade junto a possíveis interessados numa futura concessão do aeroporto. Demonstração da atuação federal na área de redução dos impactos ambientais. Aumento da resiliência do aeroporto às mudanças climáticas (fase de mapeamento das emissões).			

INFRAERO	PROJETO: Certificação do Aeroporto de Congonhas (SBSP) no Programa de Acreditação de Carbono da ACI	SITUAÇÃO: Estruturado na Central de Projetos SUST-32/2020	Execução: 57%
Ação relevante alinhada às Diretrizes de Sustentabilidade do MInfra Diretriz 2 - Promover a inserção das questões relacionadas à mudança do clima na infraestrutura de transportes. Linha de ação 2.3 - Adotar e promover medidas de mitigação da mudança do clima, visando à redução de emissões de GEE no setor. Ação 2.3.1 – Considerar, gradualmente, variáveis relacionadas às emissões de GEE nos planos estratégicos do setor, buscando incorporar a precificação de carbono nos critérios de decisão econômicos.			
<u>Descrição:</u> Certificar o Aeroporto de Congonhas (SBSP), operado pela INFRAERO no Programa de Acreditação de Carbono (Airport Carbon Accreditation) da ACI – Airports Council International. As questões ambientais vêm se tornando cada vez mais importantes na atuação de todos os modais de transportes, tendo em vista o seu potencial impacto nas mudanças climáticas, sendo que um dos principais responsáveis pelo aquecimento global é a emissão de gases do efeito estufa, com destaque ao Dióxido de Carbono (CO2). A certificação ora pretendida visa demonstrar e consolidar os esforços que a INFRAERO vem implementando para assegurar a redução das fontes de emissão de gases de efeito estufa. O inventário da emissão de GEE não foi iniciado, aguardando o pagamento. <u>Benefícios esperados:</u> Reconhecimento do aeroporto na busca por redução da emissão dos gases do efeito estufa e sua efetiva redução. Aumento da credibilidade junto a possíveis interessados numa futura concessão do aeroporto. Demonstração da atuação federal na área de redução dos impactos ambientais. Aumento da resiliência do aeroporto às mudanças climáticas (fase de mapeamento das emissões).			

SUBSECRETARIA DE SUSTENTABILIDADE	PROJETO: Implantação da Agenda de Sustentabilidade 2020 - 2022	SITUAÇÃO: Central de Projetos GES-3/2020	Execução: 75%
Ação relevante alinhada às Diretrizes de Sustentabilidade do MInfra Diretriz 1 - Promover a inserção dos aspectos socioambientais e territoriais nas políticas públicas, planos e programas intersetoriais da infraestrutura de transporte. Linha de ação 1.1 - Fortalecer o planejamento integrado do sistema de transportes considerando a questão socioambiental e territorial. Ação 1.1.2 - Promover a integração socioambiental e territorial entre as instituições e monitorar o cumprimento das Diretrizes e da Agenda 2020-2022 por intermédio do Cogeia e Coget.			
<u>Descrição:</u> Implementação da Agenda de Sustentabilidade do MInfra 2020-2022 no ambiente da Central de Projetos do MInfra. Elaboração de Painel BI com os projetos contemplados na Agenda de Sustentabilidade. A questão de sustentabilidade vem assumindo papel cada vez mais relevante nas ações de infraestrutura, tendo em vista os impactos das mudanças de clima. Muitas iniciativas estão sendo desenvolvidas nas entidades vinculadas, por vezes de forma isolada. Neste cenário, o MInfra busca uma integração dessas iniciativas necessárias para um adequado planejamento para o setor de transportes.			
<u>Benefícios esperados:</u> Integração de ações das entidades vinculadas e entidades vinculadas do MInfra. Capacitação de gerentes na estruturação e gestão estratégia de projetos. Fomento de novos projetos ligados às questões de sustentabilidade. Elaboração de painéis BI para facilitar a gestão e o desenvolvimento dos projetos.			

SUBSECRETARIA DE SUSTENTABILIDADE	PROJETO: Padronização de Programas dos PBAs	SITUAÇÃO: Central de Projetos GES-18/2020	Execução: 34%
Ação relevante alinhada às Diretrizes de Sustentabilidade do MInfra Diretriz 4 - Fortalecer a gestão de processos de licenciamento ambiental de empreendimentos de infraestrutura de transportes, visando à sua maior celeridade. Linha de ação 4.1 - Assegurar a eficiência processual possibilitando maior agilidade nas etapas de licenciamento ambiental. Ação 4.1.1 - Propor a padronização dos Planos e Programas Ambientais.			
<u>Descrição:</u> Avançar junto à FUNAI e entidades vinculadas nas discussões sobre proposição de programas padrão, bem como avaliar a possibilidade de criação de um fundo de compensação indígena. <u>Benefícios esperados:</u> Maior eficiência na obtenção de liberação das frentes de serviço que interferem em terras indígenas, bem como na implementação dos respectivos Programas dos Planos Básicos Ambientais – PBAs. A criação do fundo proporcionará os investimentos de recursos de forma mais adequada às necessidades nas comunidades indígenas, tendo em vista que sua gestão ficaria a cargo da própria FUNAI. Também proporcionará uma maior celeridade no avanço das obras, já que não haveria obrigação de realização de obras e/ou compra de equipamentos por parte do órgão empreendedor.			

VALEC	PROJETO: Implantação do Guia de Análise de Projetos quanto aos aspectos socioambientais	SITUAÇÃO: Central de Projetos SUST-19/2020	Execução: 15%
Ação relevante alinhada às Diretrizes de Sustentabilidade do MInfra Diretriz 1 - Promover a inserção dos aspectos socioambientais e territoriais nas políticas públicas, planos e programas intersetoriais da infraestrutura de transporte. Linha de ação 1.2 - Aprimorar a inserção das variáveis socioambiental e territorial nas fases de planejamento, projeto, implantação e operação. Ação 1.2.2 - Criar ou aperfeiçoar normativas relacionadas à elaboração de estudos para estruturação de concessões e obras públicas, no que se refere aos aspectos socioambientais e territoriais. <u>Descrição:</u> Elaboração do Guia de Análise de Projetos ferroviários considerando o atendimento a premissas gerais do licenciamento conforme vem sendo solicitado pelo Ibama ao longo dos anos, com o desenvolvimento de checklist das questões consideradas como prioritárias pelo IBAMA para licenciamentos e autorizações ambientais na execução das obras. <u>Benefícios esperados:</u> Aumentar a qualidade, bem como reduzir os prazos de elaboração, análise e aprovação dos projetos de licenciamento ambiental junto ao IBAMA.			

VALEC	PROJETO: Revisão da Norma de Desapropriação	SITUAÇÃO: Em estruturação na Central de Projetos	Execução: 54%
Ação relevante alinhada às Diretrizes de Sustentabilidade do MInfra Diretriz 3 - Desenvolver projetos, estudos e pesquisas com maior qualidade socioambiental. Linha de ação 3.3 - Aprimorar instrumentos utilizados para contratação de estudos, projetos e pesquisas. Ação 3.3.1 - Estabelecer ou revisar custos referenciais e metodologia de dimensionamento para elaboração de estudos e cumprimento de condicionantes ambientais, preferencialmente de forma integrada entre os modais e considerando as especificidades de cada um.			
<u>Descrição:</u> Revisão da Norma, com o objetivo de atualizá-la e corrigir pontos que não atendam à legislação vigente, bem como aprimorar a execução das atividades, incluindo a exigência de georreferenciamento nos padrões oficiais em todos os processos a serem constituídos. As questões de desapropriação e reassentamento, quando inevitáveis, requerem estratégias diversas e impactam diretamente a vida das pessoas e, por vezes, comunidades, sendo, portanto, tema de grande relevância. A atualização do tema deve ser constante, sobretudo após entendimentos internacionais sobre a necessidade cada vez maior de se dotar as comunidades de uma capacidade maior de adaptação e resiliência às mudanças climáticas. Neste contexto, a sociedade tem caminhado no sentido de se buscar um impacto cada vez menor nos casos de execução de obras de infraestrutura, e na impossibilidade disso, visa-se que as pessoas impactadas possam ter a garantia de se manter no padrão atual, no mínimo, mas quando possível deve-se melhorar a situação dos atingidos. Além desses movimentos, consolidação de entendimentos sobre responsabilidades quanto a faixa não edificante, entre outros assuntos vem trazendo a necessidade de constantes atualizações nos normativos e leis que tratam do tema. <u>Benefícios esperados:</u> Maior eficiência dos processos, bem como no registro dos imóveis desapropriados com a utilização de georreferenciamento. Melhor adequação dos processos de desapropriação ao entendimento do integral atendimento às necessidades das pessoas atingidas. Homogeneização nos processos de desapropriação, celeridade nos processos de desocupação das frentes de obras, seja no âmbito administrativo, ou no âmbito judicial.			

BALANÇO E PERSPECTIVAS

Além do desenvolvimento das iniciativas, ações e projetos, entende-se oportuno destacar a utilização do programa MS Project e da Central de Projetos do Ministério da Infraestrutura. Assim, ao longo dos anos de 2020 e 2021 foram realizadas diversas capacitações com a presença de todos os gerentes de projetos para que pudessem estar aptos a realizar a estruturação das iniciativas através do programa e no ambiente citado.

Algumas dificuldades foram enfrentadas no que tange a assuntos relacionados com a tecnologia de informação, como a incompatibilidade da versão do programa disponibilizado pelo MInfra com os sistemas operacionais usados nos equipamentos dos gerentes de algumas entidades vinculadas.

O acesso dos gerentes de projetos das entidades vinculadas foi disponibilizado na Central de Projetos do MInfra, a partir da criação de uma conta virtual no Ministério da Infraestrutura para cada gerente. Ocorreram diversas alterações de indicações de gerentes, impondo a necessidade de adequações aos acessos já existentes e redistribuição de licenças do MS Project.

A Subsecretaria de Sustentabilidade – SUST, como responsável pela implementação da Agenda de Sustentabilidade, tem realizado a gestão com outras áreas do MInfra e com as entidades vinculadas, a fim de solucionar dificuldades técnicas e de estruturação dos projetos.

Os desafios técnicos e barreiras tecnológicas estão sendo superados e a implementação da Agenda de Sustentabilidade tem recebido apoio incondicional da Subsecretaria de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação - SGETI.

Busca-se a estruturação de todos os projetos no MS Project e respectiva fixação das linhas de base no ambiente da Central de Projetos do MInfra.

A capacitação dos gerentes em gerenciamento de projetos e na utilização do MS Project e na Central de Projetos é pauta constante desta Agenda. Em paralelo, incentivam-se os órgãos e as entidades do MInfra a apresentarem novos projetos, com destaque para ações das Diretrizes de Sustentabilidade que ainda não apresentam ações específicas.

Estimular o debate e o desenvolvimento de novas ideias quanto ao tema de Sustentabilidade é tarefa contínua que deve permear a todos que atuam direta ou indiretamente no Ministério da Infraestrutura e suas vinculadas, tendo em vista tratar-se de tema central e transversal para o desenvolvimento da infraestrutura do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados relativos aos 38 projetos previstos e 04 novos projetos incorporados no Portfólio da Agenda de Sustentabilidade 2020-2022 se traduzem em informações qualificadas que servem como instrumento de análise, dando um panorama do compromisso deste Ministério com a sustentabilidade na infraestrutura de transportes.

Este relatório de monitoramento aponta a conclusão de 61 iniciativas, outras 40 que estão em execução, além de mais 17 de caráter continuado, se caracterizando como um importante instrumento de apoio à gestão, por proporcionar uma excelente oportunidade de apresentação das ações estratégicas na perspectiva da sustentabilidade, executadas pelos diversos setores na implementação das políticas públicas de infraestrutura de transportes no país.

Desta forma, nessa sistemática, além de verificar o andamento das ações realizadas, o monitoramento procura identificar a existência de eventuais problemas no cumprimento da Agenda de Sustentabilidade, para que se possa reavaliar, no final de 2022, o prosseguimento, interrupção e/ou aperfeiçoamento das linhas de ação e ações propostas de forma coletiva, durante a sua revisão.

O alcance pretendido dos resultados com a implementação da Agenda se alicerça no objetivo estabelecido pelas Diretrizes de Sustentabilidade, com foco no desenvolvimento de infraestruturas de transportes sustentáveis do ponto de vista socioambiental.

Por tudo o que foi demonstrado neste relatório, compreende-se que o tema Sustentabilidade já está institucionalizado no âmbito do Ministério da Infraestrutura e de suas entidades vinculadas, demonstrando um avanço expressivo no desenvolvimento de ações com responsabilidade socioambiental, sobretudo no atendimento aos seus princípios fundamentais de conciliação da infraestrutura de transportes com a conservação do meio ambiente e na mitigação dos impactos socioambientais negativos, assegurando o respeito às populações locais e aos usuários.

ANEXO I – PORTFÓLIO DE PROJETOS DA AGENDA DE SUSTENTABILIDADE 2020-2022

Nº DA AÇÃO RESPECTIVA NA AGENDA	UNIDADE RESPONSÁVEL	IDENTIFICADOR (ID) NA CENTRAL DE PROJETOS	TÍTULO DO PROJETO	DESCRIÇÃO	ANO DE INSERÇÃO NO PORTFÓLIO	STATUS	% DE EXECUÇÃO DO PROJETO (Dez/21)	LINK PARA CONSULTA E INFORMAÇÕES ADICIONAIS
1.2.1	ANAC	-	Apuração do IDA Aeroportuário 2020	Programa contínuo de IDA para aeródromos -2020	2020	Concluído	100%	https://www.anac.gov.br/assuntos/paginas-tematicas/meio-ambiente/aeropor-tos-sustentaveis#:~:text=A%20iniciativa%20C3%A9%20um%20aprimoramento,%C3%A0%20sustentabilidade%20das%20opera%C3%A7%C3%B

Nº DA AÇÃO RESPECTIVA NA AGENDA	UNIDADE RESPONSÁVEL	IDENTIFICADOR (ID) NA CENTRAL DE PROJETOS	TÍTULO DO PROJETO	DESCRIÇÃO	ANO DE INSERÇÃO NO PORTFÓLIO	STATUS	% DE EXECUÇÃO DO PROJETO (Dez/21)	LINK PARA CONSULTA E INFORMAÇÕES ADICIONAIS
								5es%20a%C3%A9reas https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/meio-ambiente/resultados
1.2.1	ANAC	SUST-28/2020	Aeroportos Sustentáveis (Apuração do IDA Aeroportuário 2021)	Programa contínuo de IDA para aeródromos - 2021	2021	Em execução	68%	
3.1.1	ANAC	SUST-29/2020	Atualização do RBAC 34	O RBAC 34 é o regulamento de certificação de emissões de poluentes de motores de aviões.	2020	Concluído	100%	https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/rbha-e-

Nº DA AÇÃO RESPECTIVA NA AGENDA	UNIDADE RESPONSÁVEL	IDENTIFICADOR (ID) NA CENTRAL DE PROJETOS	TÍTULO DO PROJETO	DESCRIÇÃO	ANO DE INSERÇÃO NO PORTFÓLIO	STATUS	% DE EXECUÇÃO DO PROJETO (Dez/21)	LINK PARA CONSULTA E INFORMAÇÕES ADICIONAIS
								rbac/rbac/rbac-034
3.1.1	ANAC	-	Atualização do RBAC 36	O RBAC 36 é o regulamento de certificação de ruído de aeronaves.	2020	Concluído	100%	https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/rbha-e-rbac/rbac/rbac-36
3.1.1	ANAC	SUST-30/2020	Atualização do RBAC 38	O RBAC 38 é o regulamento de certificação de emissões de CO2 de aviões.	2020	Em execução	91%	
3.1.1	ANAC	-	Atualização do RBAC 161	Proposta de revisão do RBAC 161 para melhorar o índice de cumprimento normativo e a efetividade dos planos de zoneamento de ruído na proteção do entorno dos aeródromos.	2020	Concluído	100%	https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/rbha-e-rbac/rbac/rbac-161

Nº DA AÇÃO RESPECTIVA NA AGENDA	UNIDADE RESPONSÁVEL	IDENTIFICADOR (ID) NA CENTRAL DE PROJETOS	TÍTULO DO PROJETO	DESCRIÇÃO	ANO DE INSERÇÃO NO PORTFÓLIO	STATUS	% DE EXECUÇÃO DO PROJETO (Dez/21)	LINK PARA CONSULTA E INFORMAÇÕES ADICIONAIS
1.2.1	Antaq	-	Apuração do IDA Aquaviário 2020	Programa contínuo de IDA aquaviário	2020	Concluído	100%	https://www.gov.br/antag/pt-br/assuntos/meio-ambiente/indice-de-desempenho-ambiental-ida-1
1.2.1	Antaq	-	Revisão da Resolução 2650/2012 do IDA	Aperfeiçoamento do processo e da metodologia de apuração do IDA portuário	2020	Concluído	100%	http://web.antag.gov.br/ResultadosIda/
2.2.2	Antaq	SUST-37/2020	Estratégias de adaptação à mudança do clima para a infraestrutura portuária	Elaborar estudos e estratégias de adaptação à mudança do clima	2020	Em execução	69%	
3.1.1	Antaq	-	Regulamentação do transporte de	Estabelecer critérios e procedimentos para prestação de	2020	Concluído	100%	https://www.in.gov.br/en/web/do

Nº DA AÇÃO RESPECTIVA NA AGENDA	UNIDADE RESPONSÁVEL	IDENTIFICADOR (ID) NA CENTRAL DE PROJETOS	TÍTULO DO PROJETO	DESCRIÇÃO	ANO DE INSERÇÃO NO PORTFÓLIO	STATUS	% DE EXECUÇÃO DO PROJETO (Dez/21)	LINK PARA CONSULTA E INFORMAÇÕES ADICIONAIS
			produtos perigosos na navegação interior.	serviços de transporte de cargas perigosas na navegação interior				u/-/resolucao- antag-n-47-de- 17-de-junho-de- 2021-326840678
3.1.1	Antaq	-	Aperfeiçoament o da Resolução nº 2.239 - Antaq	Transporte de cargas perigosas por instalações portuárias situadas dentro ou fora da área do porto organizado.	2020	Concluído	100%	https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoizDBhYzE2ZWUtY2Q2YS00YjJkLWFKZDktNDI3YjY4ZDVmZjhhliwidCI6IjQyYzcyMmViLWRIZjAtNDZlOC04YmQ4LTkzZjRhYWNIzmUxNyJ9 Item 4.3
3.1.1	Antaq	SUST-37/2020	Revisão da Resolução nº	Disciplina a prestação de serviços de retirada de resíduos de embarcações.	2020	Em execução	68%	

Nº DA AÇÃO RESPECTIVA NA AGENDA	UNIDADE RESPONSÁVEL	IDENTIFICADOR (ID) NA CENTRAL DE PROJETOS	TÍTULO DO PROJETO	DESCRIÇÃO	ANO DE INSERÇÃO NO PORTFÓLIO	STATUS	% DE EXECUÇÃO DO PROJETO (Dez/21)	LINK PARA CONSULTA E INFORMAÇÕES ADICIONAIS
			2190/2011 - Antaq					
1.2.1	ANTT	-	Apuração do IDA Rodoviário 2020	Programa contínuo de IDA para rodovias	2020	Concluído	100%	https://portal.antt.gov.br/documentos/359170/65950828-84e4-b6e0-0e6f-05603c9eac96 https://portal.antt.gov.br/documentos/359170/5f02be54-b32d-fa6b-b7fd-3066c08c0766
1.2.1	ANTT	SUST-16/2020	Apuração do IDA Ferroviário 2020	Programa contínuo de IDA para ferrovias	2020	Concluído	100%	https://portal.antt.gov.br/acompanhamento-ambiental-das-concessoes-

Nº DA AÇÃO RESPECTIVA NA AGENDA	UNIDADE RESPONSÁVEL	IDENTIFICADOR (ID) NA CENTRAL DE PROJETOS	TÍTULO DO PROJETO	DESCRIÇÃO	ANO DE INSERÇÃO NO PORTFÓLIO	STATUS	% DE EXECUÇÃO DO PROJETO (Dez/21)	LINK PARA CONSULTA E INFORMAÇÕES ADICIONAIS
								ferroviaria https://portal.antt.gov.br/documentos/359178/0/Apura%C3%A7%C3%A3o+IDA++2020.pdf/c833b93b-12f9-c587-b460-91f9fc1bce45?t=1623097028540
1.2.1	ANTT	SUST-34/2020	Apuração do IDA Ferroviário 2021	Programa contínuo de IDA para ferrovias	2021	Não iniciado	0%	
1.2.1	ANTT	-SUST-17/2020	Aprimoramento do IDA Ferroviário	Aprimoramento da metodologia de apuração do IDA para ferrovias	2021	Concluído	100%	https://portal.antt.gov.br/acompanhamento-ambiental-das-

Nº DA AÇÃO RESPECTIVA NA AGENDA	UNIDADE RESPONSÁVEL	IDENTIFICADOR (ID) NA CENTRAL DE PROJETOS	TÍTULO DO PROJETO	DESCRIÇÃO	ANO DE INSERÇÃO NO PORTFÓLIO	STATUS	% DE EXECUÇÃO DO PROJETO (Dez/21)	LINK PARA CONSULTA E INFORMAÇÕES ADICIONAIS
								concessoes-ferroviaria
1.2.1	ANTT	-	Publicação de Portaria para IDA Ferroviário	Elaboração e publicação de portaria regulamentando a apuração e publicação do IDA ferroviário	2020	Concluído	100%	https://portal.antt.gov.br/documentos/359178/0/POR-TARIA+0010_2021+SUFER_ANTT_MI.pdf/caf84204-14d8-bffe-08af-a422dfdc9361?t=1612498280593
1.2.1	ANTT	-	Revisão da Portaria 396/2019	Revisão da Portaria 396/2019 que regulamentou o IDA Rodoviário e a metodologia para o seu cálculo.	2020	Concluído	100%	https://in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-376-de-18-de-outubro-de-2021-353702089

Nº DA AÇÃO RESPECTIVA NA AGENDA	UNIDADE RESPONSÁVEL	IDENTIFICADOR (ID) NA CENTRAL DE PROJETOS	TÍTULO DO PROJETO	DESCRIÇÃO	ANO DE INSERÇÃO NO PORTFÓLIO	STATUS	% DE EXECUÇÃO DO PROJETO (Dez/21)	LINK PARA CONSULTA E INFORMAÇÕES ADICIONAIS
3.1.1	ANTT	-SUST-40/2020	Revisão da Portaria 184/2018	A Portaria 184/2018 trata das diretrizes para elaboração do Plano de Ação de Emergência (PAE) e Plano de Gerenciamento de Riscos (PGR), com vistas a atualizar alguns dos dispositivos da Portaria	2020	Em execução	0%	
3.1.1	ANTT	-SUST-40/2020	Revisão da Portaria 283/2017	A Portaria 283/2017 trata dos procedimentos a serem adotados pelas concessionárias das rodovias federais para a elaboração e envio do Relatório de Acompanhamento Ambiental (RAA), do Relatório de Programas Sociais e Educacionais (RSE) e das comunicações realizadas entre a concessionária e os órgãos ambientais	2020	Em execução	0%	

Nº DA AÇÃO RESPECTIVA NA AGENDA	UNIDADE RESPONSÁVEL	IDENTIFICADOR (ID) NA CENTRAL DE PROJETOS	TÍTULO DO PROJETO	DESCRIÇÃO	ANO DE INSERÇÃO NO PORTFÓLIO	STATUS	% DE EXECUÇÃO DO PROJETO (Dez/21)	LINK PARA CONSULTA E INFORMAÇÕES ADICIONAIS
3.3.1	ANTT	-	Custos Médios Gerenciais Ambientais	Definir os Custos Médios Gerenciais (CMG) para a contratação de estudos, serviços e ações correlatas à obtenção de licenças e autorizações necessárias às obras, aos serviços e à operação de empreendimentos rodoviários, incluindo a implementação e a execução de programas e condicionantes socioambientais (objeto 8 do TED)	2020	Em execução	Não Informado	
5.3.1	ANTT	-	Soluções para regularização das faixas de domínio rodoviárias	Estudos relacionados à definição de procedimentos voltados ao saneamento de problemas da faixa de domínio. Tais estudos almejam a proposição de soluções e alternativas mais flexíveis à regularização da faixa de domínio, incluindo também diretrizes de	2020	Concluído	100%	Os estudos na esfera da ANTT foram concluídos, sendo encaminhados ao DNIT para análise por parte do IPR. Assim, por ser um

Nº DA AÇÃO RESPECTIVA NA AGENDA	UNIDADE RESPONSÁVEL	IDENTIFICADOR (ID) NA CENTRAL DE PROJETOS	TÍTULO DO PROJETO	DESCRIÇÃO	ANO DE INSERÇÃO NO PORTFÓLIO	STATUS	% DE EXECUÇÃO DO PROJETO (Dez/21)	LINK PARA CONSULTA E INFORMAÇÕES ADICIONAIS
				registro, cadastro e controle do ativo. Encerramento: agosto de 2020. (Face C do objeto 10 do TED).				projeto da ANTT, foi considerado como concluído, apesar de ainda não apresentar um produto ou resultado final, que ocorrerá ao final das tratativas do DNIT.
5.3.1	ANTT	-	Portaria - Termo de anuência	Elaboração de portaria para regulamentação dos procedimentos de retificação de áreas de terceiros	2020	Em execução	Não Informado	
3.1.1	DNIT	SUST-33/2020	Revisão da instrução de serviço para a definição das Responsabilidades	Requalificar o normativo denominado Responsabilidade Ambiental das Contratadas (RAC), publicado em 2011, e que carece da incorporação da experiência de	2020	Em execução	73%	

Nº DA AÇÃO RESPECTIVA NA AGENDA	UNIDADE RESPONSÁVEL	IDENTIFICADOR (ID) NA CENTRAL DE PROJETOS	TÍTULO DO PROJETO	DESCRIÇÃO	ANO DE INSERÇÃO NO PORTFÓLIO	STATUS	% DE EXECUÇÃO DO PROJETO (Dez/21)	LINK PARA CONSULTA E INFORMAÇÕES ADICIONAIS
			es Ambientais das Construtoras – RAC	campo desde a publicação do normativo.				
3.3.1	DNIT	-	Parâmetros de orçamentação de estudos e programas ambientais do DNIT	Estabelecer parâmetros de orçamentação de estudos e programas ambientais do DNIT e sua incorporação ao Sistema de Custos Referenciais de Obras - SICRO.	2020	Suspenso	20%	
4.2.1	DNIT	SUST-27/2020	Implementação do ECOSISTEMA – Sistema de Gestão Ambiental no DNIT - (EM substituição a o Desenvolviment o do SGMAB)	Ferramenta para assessorar a gestão de contratos de gestão ambiental em nível técnico e administrativo, com o objetivo de padronizar a atuação das empresas contratadas na disposição e apresentação da gestão ambiental, supervisão ambiental e de execução de programas ambientais.	2020	Em execução	27%	

Nº DA AÇÃO RESPECTIVA NA AGENDA	UNIDADE RESPONSÁVEL	IDENTIFICADOR (ID) NA CENTRAL DE PROJETOS	TÍTULO DO PROJETO	DESCRIÇÃO	ANO DE INSERÇÃO NO PORTFÓLIO	STATUS	% DE EXECUÇÃO DO PROJETO (Dez/21)	LINK PARA CONSULTA E INFORMAÇÕES ADICIONAIS
4.2.2	DNIT	-	Sistema de Gestão de Licenças Ambientais - SIGESA	Promover a inserção de dados relativos a empreendimentos com licenciamento federal e estadual no SIGESA.	2020	Concluído	100%	https://sso.transportes.gov.br/sso/login?service=https%3A%2F%2Fapp.transportes.gov.br%2Fsigesa%2Fjspring_cas_security_check
5.2.2	DNIT	SUST-26/2020	Sistema de Gestão de Processos de Desapropriação – SGPD	O SGPD é uma solução informatizada para o planejamento, execução e controle das atividades de desapropriação em âmbito nacional. Etapa de elaboração e RGVs concluída. Está sendo aprimorada para abarcar a etapa de celebração de acordos e registros de desapropriação, as atividades de reassentamento e integração com o VGeo.	2020	Em execução	63%	

Nº DA AÇÃO RESPECTIVA NA AGENDA	UNIDADE RESPONSÁVEL	IDENTIFICADOR (ID) NA CENTRAL DE PROJETOS	TÍTULO DO PROJETO	DESCRIÇÃO	ANO DE INSERÇÃO NO PORTFÓLIO	STATUS	% DE EXECUÇÃO DO PROJETO (Dez/21)	LINK PARA CONSULTA E INFORMAÇÕES ADICIONAIS
5.3.1	DNIT	SUST-25/2020	Programa Federal de Faixas de Domínio - PROFAIXA	Em atendimento ao Decreto nº 8396/14, o PROFAIXA tem por objetivo identificar e regularizar as faixas de domínio das rodovias sob responsabilidade do DNIT, no prazo de 20 anos (2034).	2020	Em execução	36%	
1.1.1	EPL	SUST-36/2020	Caderno Ambiental - Plano Nacional de Logística	Elaboração do Caderno Ambiental que fará parte do Plano Nacional de Logística considerando os riscos climáticos e as ações de adaptação	2020	Em execução	93%	
4.2.1	EPL	SUST-35/2020	EIA/RIMA Digital	Ferramenta para disponibilizar os estudos de maneira sistematizada e georreferenciada.	2020	Em execução	97%	
2.3.1	Infraero	SUST-31/2020	Certificação <i>Airport Carbon Accreditation</i> (ACA) da <i>Airports Council</i>	Certificação do Aeroporto Santos Dumont - SBRJ no Programa de Acreditação de Carbono da <i>Airports Council International (ACI)</i> .	2020	Paralisado	83%	O inventário da emissão de GEE já foi realizado.

Nº DA AÇÃO RESPECTIVA NA AGENDA	UNIDADE RESPONSÁVEL	IDENTIFICADOR (ID) NA CENTRAL DE PROJETOS	TÍTULO DO PROJETO	DESCRIÇÃO	ANO DE INSERÇÃO NO PORTFÓLIO	STATUS	% DE EXECUÇÃO DO PROJETO (Dez/21)	LINK PARA CONSULTA E INFORMAÇÕES ADICIONAIS
			International (ACI) nível 1 (SBRJ)					
2.3.1	Infraero	SUST-32/2020	Certificação Airport Carbon Accreditation (ACA) da Airports Council International (ACI) nível 1 (CGH)	Certificação do Aeroporto de Congonhas - CGH no Programa de Acreditação de Carbono da Airports Council International (ACI)	2020	Paralisado	57%	O inventário da emissão de GEE ainda não foi iniciado.
1.1.2	SUST/MInfra	GES-3/2020	Implementação da Agenda de Sustentabilidade 2020 - 2022	Identificar iniciativas alinhadas com a Agenda e implementar mecanismos de monitoramento e incentivo, além da promoção de uma melhor integração socioambiental e territorial entre as instituições e o monitoramento do cumprimento das Diretrizes e da	2020	Em execução	75%	

Nº DA AÇÃO RESPECTIVA NA AGENDA	UNIDADE RESPONSÁVEL	IDENTIFICADOR (ID) NA CENTRAL DE PROJETOS	TÍTULO DO PROJETO	DESCRIÇÃO	ANO DE INSERÇÃO NO PORTFÓLIO	STATUS	% DE EXECUÇÃO DO PROJETO (Dez/21)	LINK PARA CONSULTA E INFORMAÇÕES ADICIONAIS
				Agenda 2020-2022 por intermédio do Cogeia e Coget.				
2.3.1	SUST/MInfra	-EEP-1/2020	Certificação Verde Programa Ferrovias - CBI	Obter a certificação da <i>Climate Bonds Initiative</i> - CBI para que Programa de Novas Concessões Ferroviárias possa ser financiado por meio da emissão de títulos verdes.	2020	Concluído	100%	https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/certificacao-pela-cbi-do-programa-de-novas-concessoes-ferroviarias
3.2.2	SUST/MInfra	-EEP-4/2021	Livro Via Viva 2021	Periódico virtual e impresso anual relacionados à gestão socioambiental de infraestrutura de transportes, ISSN 2675-2662 e e-ISSN-2675-2700, de conteúdo gratuito.	2020	Concluído	100%	https://viaviva.infraestrutura.gov.br/wp-content/uploads/2021/10/LIVRO_V

Nº DA AÇÃO RESPECTIVA NA AGENDA	UNIDADE RESPONSÁVEL	IDENTIFICADOR (ID) NA CENTRAL DE PROJETOS	TÍTULO DO PROJETO	DESCRIÇÃO	ANO DE INSERÇÃO NO PORTFÓLIO	STATUS	% DE EXECUÇÃO DO PROJETO (Dez/21)	LINK PARA CONSULTA E INFORMAÇÕES ADICIONAIS
								IA_VIVA_2021_SI TE.pdf
4.1.1	SUST/MInfra	SUST-18/2020	Padronização de Programas dos PBAs	Avançar junto ao MInfra e Funai nas discussões sobre a proposição de programas padrão, bem como avaliar a possibilidade de criação de um fundo de compensação indígena. Finalizado o levantamento inicial do passivo. Necessárias rodadas de discussões para elaborar plano.	2021	Em execução	34%	
4.1.1	SUST/MInfra	-PNP-2/2020	Padronização de Planos e Programas Ambientais do modo Rodoviário,	Tem por objetivo estabelecer requisitos mínimos a serem adotados pelos empreendedores quando da proposição dos PBAs junto ao Ibama	2020	Concluído	100%	https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/licenciamento-ambiental

Nº DA AÇÃO RESPECTIVA NA AGENDA	UNIDADE RESPONSÁVEL	IDENTIFICADOR (ID) NA CENTRAL DE PROJETOS	TÍTULO DO PROJETO	DESCRIÇÃO	ANO DE INSERÇÃO NO PORTFÓLIO	STATUS	% DE EXECUÇÃO DO PROJETO (Dez/21)	LINK PARA CONSULTA E INFORMAÇÕES ADICIONAIS
			Ferroviário e Portuário					
5.1.1	SUST/MInfra	-NORM-5/2020	Diretrizes para Declaração de Utilidade Pública	Publicação de normativo com padronização de entendimentos e procedimentos para a publicação de declarações de utilidade pública pelo MInfra e suas vinculadas.	2020	Concluído	100%	https://in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-2-de-23-de-julho-de-2021-334085707
1.2.2	Valec	SUST-19/2020	Guia de análise de projetos quanto aos aspectos socioambientais	Elaboração do Guia de Análise de Projetos ferroviários, considerando o atendimento a premissas gerais do licenciamento conforme vem sendo solicitado pelo Ibama ao longo dos anos	2020	Em execução	15%	
3.1.1	Valec	-SUST-41/2021	Revisão da Norma de Desapropriação	Revisão da Norma com o objetivo de atualizá-la e corrigir pontos que não atendam à legislação vigente,	2020	Em execução	54%	

Nº DA AÇÃO RESPECTIVA NA AGENDA	UNIDADE RESPONSÁVEL	IDENTIFICADOR (ID) NA CENTRAL DE PROJETOS	TÍTULO DO PROJETO	DESCRIÇÃO	ANO DE INSERÇÃO NO PORTFÓLIO	STATUS	% DE EXECUÇÃO DO PROJETO (Dez/21)	LINK PARA CONSULTA E INFORMAÇÕES ADICIONAIS
				bem como aprimorar a execução das atividades, incluindo a exigência de georreferenciamento nos padrões oficiais em todos os processos a serem constituídos.				
5.2.1	Valec	-	Estruturação dos dados Valec no banco da INDE	Prover a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE), com dados de empreendimentos ferroviários. A adesão à INDE foi submetida à aprovação da DIREN. Após aprovação, serão iniciadas as tratativas com a INDE para atendimento dos requisitos necessários e capacitação. Uma vez estruturados os dados, a sua atualização será contínua.	2020	Concluído	100%	https://inde.gov.br/

ANEXO II - MAPEAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES RELATIVAS DIRETRIZES DE SUSTENTABILIDADE DO MINFRA

Diretriz 1 - Promover a inserção dos aspectos socioambientais e territoriais nas políticas públicas, planos e programas intersetoriais da infraestrutura de transporte.

LINHA DE AÇÃO	AÇÃO	UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
Linha de ação 1.1 – Fortalecer o planejamento integrado do sistema de transportes considerando a questão socioambiental e territorial.	1.1.1. Incorporar os aspectos socioambientais e territoriais nos planos estratégicos do setor.	Anac	Planejamento Estratégico Anac 2020-2026	O Plano Estratégico 2020-2026 busca traduzir, para os próximos anos, um conjunto de objetivos e indicadores que direcionam a atuação da Agência, considerando a necessidade de equilíbrio entre as demandas do Estado, dos regulados e da sociedade, e de resposta aos desafios para o ciclo.	Concluído	Possibilitou a inclusão da variável ambiental no planejamento estratégico da agência.
		Antaq	Agenda Ambiental e de Segurança Aquaviária	Documento regimental aprovado pela Diretoria de 2 em 2 anos, formalizado para exprimir as ações que deverão ser realizadas para atender às obrigações da Agência com relação à proteção do Meio Ambiente aquaviário, bem como para cumprir com o seu objetivo estratégico	Contínuo	Viabilizar a inclusão da variável ambiental no planejamento estratégico da agência.

LINHA DE AÇÃO	AÇÃO	UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
				de promover o desenvolvimento do setor regulado com sustentabilidade.		
		Infraero	Política Ambiental da Infraero	A política possui diretrizes e objetivos que contemplam os eixos temáticos ambientais e sanitários de interface com o planejamento, implantação e operação de aeroportos	Concluído	Documento norteador e de referência para instruções internas e externas, o que contribui para a performance ambiental da empresa.
		Valec	Plano de Logística Sustentável	Ferramenta de planejamento com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, permitindo a entidade estabelecer a sua política de sustentabilidade.	Concluído	Possibilita o aperfeiçoamento contínuo das práticas de sustentabilidade da empresa.
		EPL	Caderno Ambiental do	Elaboração do Caderno Ambiental que fará parte do Plano Nacional de Logística	Em execução	Aperfeiçoar os estudos de estruturação de concessão em relação

LINHA DE AÇÃO	AÇÃO	UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
			Plano Nacional de Logística	considerando os riscos climáticos e as ações de adaptação.		aos aspectos socioambientais.
	1.1.2. Promover a integração socioambiental e territorial entre as instituições e monitorar o cumprimento das Diretrizes e da Agenda 2020-2022 por intermédio do Cogeia e Coget.	SUST/MInfra	Implementação da Agenda de Sustentabilidade 2020 - 2022	Identificar iniciativas alinhadas com a Agenda e implementar mecanismos de monitoramento e incentivo, além da promoção de uma melhor integração socioambiental e territorial entre as instituições e o monitoramento do cumprimento das Diretrizes e da Agenda 2020-2022 por intermédio do Cogeia e Coget.	Em execução	Gestão eficaz da implementação da Agenda e das Diretrizes de Sustentabilidade do MInfra.
	1.1.3. Integrar os sistemas de informações ambientais e as bases de dados territoriais do MInfra e suas	-	-	-	-	-

LINHA DE AÇÃO	AÇÃO	UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
	vinculadas, e disponibilizar para a sociedade.					
Linha de ação 1.2 – Aprimorar a inserção das variáveis socioambiental e territorial nas fases de planejamento, projeto, implantação e operação.	1.2.1. Desenvolver, implementar e monitorar índices de desempenho socioambiental para todos os modos de transporte.	ANAC	Índice de Desempenho Ambiental Aeroportuário	Estabelecer instrumento de incentivo não-regulatório que visa a disseminação de boas práticas de gestão ambiental em aeródromos e o reconhecimento de iniciativas proativas ligadas à sustentabilidade das operações aéreas.	Concluído	Obter uma avaliação do estágio de desenvolvimento da gestão ambiental nos aeroportos. Difundir iniciativas sustentáveis e promover a sua adoção pelos operadores aeroportuários.
		ANAC	Apuração do IDA Aeroportuário 2020	Programa contínuo de IDA para aeródromos.	Concluído	Difundir boas práticas e gerar incentivos para o aperfeiçoamento gestão ambiental dos ativos de infraestrutura aeroportuária.

LINHA DE AÇÃO	AÇÃO	UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
		ANAC	Aeroportos Sustentáveis (Apuração do IDA Aeroportuário 2021)	Programa contínuo de IDA para aeródromos.	Em execução	Difundir boas práticas e gerar incentivos para o aperfeiçoamento gestão ambiental dos ativos de infraestrutura aeroportuária.
		Antaq	IDA Aquaviário	Estabelecer instrumento de incentivo não-regulatório que visa a disseminação de boas práticas de gestão ambiental em portos e o reconhecimento de iniciativas proativas ligadas à sustentabilidade das operações portuárias.	Concluído	Obter uma avaliação do estágio de desenvolvimento da gestão ambiental nos portos. Difundir iniciativas sustentáveis e promover a sua adoção pelos operadores portuários.
		Antaq	Apuração do IDA Aquaviário 2020	Programa contínuo de IDA aquaviário.	Concluído	Difundir boas práticas e gerar incentivos para o aperfeiçoamento gestão ambiental dos ativos de infraestrutura portuária.

LINHA DE AÇÃO	AÇÃO	UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
		Antaq	Revisão da Resolução 2650/2012 do IDA	Aperfeiçoamento do processo e da metodologia de apuração do IDA portuário	Concluído	Difundir boas práticas e gerar incentivos para o aperfeiçoamento gestão ambiental dos ativos de infraestrutura portuária.
		ANTT	Índice de Desempenho Ambiental Rodoviário	Estabelecer instrumento de incentivo não-regulatório que visa a disseminação de boas práticas de gestão ambiental em rodovias e o reconhecimento de iniciativas proativas ligadas à sustentabilidade das operações rodoviárias.	Concluído	Obter uma avaliação do estágio de desenvolvimento da gestão ambiental nas rodovias. Difundir iniciativas sustentáveis e promover a sua adoção pelos operadores rodoviários.
		ANTT	Apuração do IDA Rodoviário 2020	Programa contínuo de IDA para rodovias.	Concluído	Difundir boas práticas e gerar incentivos para o aperfeiçoamento gestão ambiental dos ativos de infraestrutura rodoviária.

LINHA DE AÇÃO	AÇÃO	UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
		ANTT	Índice de Desempenho Ambiental Ferroviário	Estabelecer instrumento de incentivo não-regulatório que visa a disseminação de boas práticas de gestão ambiental em ferrovias e o reconhecimento de iniciativas proativas ligadas à sustentabilidade das operações ferroviárias.	Concluído	Obter uma avaliação do estágio de desenvolvimento da gestão ambiental nas ferrovias. Difundir iniciativas sustentáveis e promover a sua adoção pelos operadores ferroviários.
		ANTT	Apuração do IDA Ferroviário 2020	Programa contínuo de IDA para ferrovias.	Concluído	Difundir boas práticas e gerar incentivos para o aperfeiçoamento gestão ambiental dos ativos de infraestrutura ferroviária.
		ANTT	Revisão da Portaria 396/2019	Revisão da Portaria 396/2019 que regulamentou o IDA Rodoviário e a metodologia para o seu cálculo.	Concluído	Aperfeiçoamento do processo e da metodologia de apuração do IDA rodoviário.

LINHA DE AÇÃO	AÇÃO	UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
		ANTT	Publicação de Portaria para IDA Ferroviário	Elaboração e publicação de portaria regulamentando a apuração e publicação do IDA ferroviário	Concluído	Aperfeiçoamento do processo e da metodologia de apuração do IDA ferroviário.
		ANTT	Apuração do IDA Ferroviário 2021	Programa contínuo de IDA para ferrovias.	Em execução	Difundir boas práticas e gerar incentivos para o aperfeiçoamento gestão ambiental dos ativos de infraestrutura ferroviária.
		ANTT	Aprimoramento do IDA Ferroviário 2021	Aprimoramento da metodologia de apuração do IDA para ferrovias	Concluído	Difundir boas práticas e gerar incentivos para o aperfeiçoamento gestão ambiental dos ativos de infraestrutura ferroviária.
		Infraero	Painel IDMAI	O IDMAI é um indicador é composto por 25 itens, todos relacionados aos Programas Ambientais da Infraero. Tem como objetivo elevar continuamente o	Concluído	A aplicação do IDMAI teve início em 2016. Como ferramenta de gestão, possibilita avaliar

LINHA DE AÇÃO	AÇÃO	UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
				patamar ambiental da Empresa, no que tange o atendimento à legislação e efficientização.		o desempenho ambiental de cada aeroporto ou da rede em relação ao seu planejamento estratégico.
		Infraero	Indicador IDSO	Indicador mais relacionado com a questão de segurança operacional, podendo ser um indicador indireto de uso e ocupação do solo com focos atrativos de fauna em situações de maior ocorrência de colisões.	Concluído	Maior eficiência no controle de fauna que representa risco para a segurança de operação dos aeroportos
		Infraero	Comitê interno de avaliação do IDMAI	Funciona regularmente, iniciou suas atividades em agosto de 2017, tendo reuniões mensais e registradas, com vistas a avaliar as informações apresentadas pelos aeroportos no ambiente IDMAI; importante processo de verificação, correção e orientação;	Contínuo	Maior eficiência e transparência do processo de avaliação.

LINHA DE AÇÃO	AÇÃO	UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
	1.2.2. Criar ou aperfeiçoar normativos relacionados à elaboração de estudos para estruturação de concessões e obras públicas, no que se refere aos aspectos socioambientais e territoriais.	Valec	Guia de análise de projetos quanto aos aspectos socioambientais	Elaboração do Guia de Análise de Projetos ferroviários, considerando o atendimento a premissas gerais do licenciamento conforme vem sendo solicitado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama ao longo dos anos.	Em execução	Aumentar a qualidade, bem como reduzir os prazos de elaboração, análise e aprovação dos projetos no Ibama, por meio de checklist de questões vistas como prioritárias pelo órgão licenciador.
		EPL	Protocolo dos aspectos socioambientais e territoriais para estruturação de concessões.	Elaboração de protocolos de atuação referente aos aspectos socioambientais no âmbito das estruturações das concessões.	Concluído	Melhoria da estruturação das concessões quanto aos aspectos socioambientais.

LINHA DE AÇÃO	AÇÃO	UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
	1.2.3. Elaborar propostas para aperfeiçoamento da modelagem regulatória no que tange aos aspectos socioambientais e territoriais.					
	1.2.4. Aperfeiçoar e padronizar, no que for possível, os aspectos socioambientais e territoriais nos programas de exploração da infraestrutura.	ANAC	Aperfeiçoamento regulatório dos aspectos ambientais nas concessões aeroportuárias	Aperfeiçoamento das cláusulas contratuais e dos Programas de Exploração da Infraestrutura da 6ª e 7ª Rodadas de Concessões Aeroportuárias Nova Concessão e das relitações de Viracopos e de São Gonçalo do Amarante.	Contínuo	Melhoria da estruturação das concessões quanto aos aspectos socioambientais.
		EPL	Revisão e padronização dos aspectos socioambientais e territoriais do	Revisão da abordagem socioambiental nas minutas de contratos das concessões e nos Programas de Exploração da infraestrutura.	Contínuo	Melhoria da estruturação das concessões quanto aos aspectos socioambientais.

LINHA DE AÇÃO	AÇÃO	UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
			PER e Contratos de concessão.			
	1.2.5. Definir e estruturar conteúdo do relatório socioambiental para os contratos de concessão.					
Linha de ação 1.3 – Consolidar canais de comunicação, articulação institucional e interação.	1.3.1 Realizar eventos sobre questões socioambientais e territoriais de relevância para o setor de transportes.	Antaq	Seminário de Sustentabilidade Ambiental no Transporte Aquaviário	Seminário de Sustentabilidade Ambiental no setor de Transporte Aquaviário.	Concluído	Disseminar conhecimento da temática socioambiental para os profissionais que atuam no setor.
		SUST/MInfra	VIA VIVA 2020	Fórum anual promovido pelo MInfra fórum que congrega autoridades, atores públicos e privados, academia e sociedade na discussão de temas relevantes que permeiam a	Concluído	Aprofundar a compreensão do contexto socioambiental que permeia a infraestrutura

LINHA DE AÇÃO	AÇÃO	UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
				sustentabilidade socioambiental de políticas, planos, projetos e empreendimentos de transportes.		transportes e possibilitar a construção de uma visão mais integrada entre os diversos segmentos que atuam no setor.
		SUST/MInfra	VIA VIVA 2021	Fórum anual promovido pelo MInfra fórum que congrega autoridades, atores públicos e privados, academia e sociedade na discussão de temas relevantes que permeiam a sustentabilidade socioambiental de políticas, planos, projetos e empreendimentos de transportes.	Concluído	Aprofundar a compreensão do contexto socioambiental que permeia a infraestrutura transportes e possibilitar a construção de uma visão mais integrada entre os diversos segmentos que atuam no setor.

LINHA DE AÇÃO	AÇÃO	UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
		Valec	ESPELEOINFRA 2021	Evento aberto a comunidade tendo como público-alvo empreendedores, pesquisadores e universidades, com temas focados em inovações metodológicas e cases de licenciamento espeleológico nas áreas de meio físico, meio biótico, meio social, geoaplicativos.	Planejado	Aprofundar a compreensão sobre espeleologia e as suas interfaces com a infraestrutura de transportes, evidenciando-se as inovações metodológicas e cases de licenciamento espeleológico nas áreas de meio físico, meio biótico, meio social, geoaplicativos.
	1.3.2 Criar mecanismos que fomentem maior integração entre as áreas de projetos/obras e	Infraero	Requisitos Ambientais de Projeto e Obras	Aperfeiçoamento contínuo do Plano de Controle Ambiental das Obras - PCAO. Uma vez identificadas novas técnicas no mercado como iluminação <i>led</i> , planta fotovoltaica, dentre outras; essas técnicas são introduzidas nos projetos.	Contínuo	Melhoria dos processos de gestão ambiental.

LINHA DE AÇÃO	AÇÃO	UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
	as áreas socioambientais e territoriais.	Valec	Sistema de Gestão de Impeditivos de Obra	Ferramenta de inteligência de negócios, disponibilizada online com informações sobre trechos impedidos em empreendimentos de infraestrutura, possibilitando melhor planejamento e alocação de recursos.	Concluído	Melhor gestão e governança sobre o planejamento e execução dos empreendimentos. Ação mais eficaz para solucionar os sobre os impeditivos de obra.
	1.3.3 Criar espaço para aproximação com órgãos ambientais estaduais. Nenhuma iniciativa está diretamente vinculada a esta ação, embora esteja indiretamente contemplada por	SUST		Reuniões mensais entre a SUST e o IBAMA onde todos os assuntos relacionados aos licenciamentos ambientais são tratados de forma individualizada por empreendimento, mas também são tratados assuntos gerais relacionadas à legislação ambiental federal.	Rotineira	Melhor gestão e governança sobre os licenciamentos de empreendimentos estratégicos do MInfra

LINHA DE AÇÃO	AÇÃO	UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
	outras iniciativas.					
	1.3.4 Criar mecanismos de divulgação, intercâmbio e estímulo de boas práticas.	ANTT	Atualização do site ANTT	Criar espaço no site da ANTT com o objetivo de divulgar as boas práticas socioambientais praticadas pelas rodovias concedidas.	Planejado	Aumentar transparência das ações socioambientais perante a sociedade.
		Antaq	COOPERAPORTOS	Idealizado como Fórum de discussão de cooperação técnica e operacional entre os portos públicos, com a participação de atores intervenientes na gestão portuária, visando a discussão de temas de interesse dos gestores com os agentes reguladores e fiscalizadores.	Em execução	Disseminar as boas práticas na operação e gestão no setor.
		Antaq	Campanha Rio Limpo, Amazônia Viva	A Campanha Rio Limpo, Amazônia Viva, tem por objetivo implantar procedimentos de gestão dos resíduos sólidos produzidos pelas embarcações e geridos pelas instalações que atendem a	Planejado	Estimular a melhorias na gestão de resíduos sólidos produzidos pelas embarcações.

LINHA DE AÇÃO	AÇÃO	UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
				navegação interior mista, com foco na região Amazônica. As entregas estão relacionadas a material de promoção e de divulgação, cartilhas, seminários.		
		Antaq	PRÊMIO Antaq 2021	O Prêmio Antaq é bianual e tem por finalidade reconhecer as iniciativas que se destaquem por sua contribuição na melhoria da prestação de serviços de transporte aquaviários à sociedade, fomentar a pesquisa e a produção técnico-científica. São contempladas quatro categorias: I- Desempenho Ambiental; II- Iniciativas Inovadoras; III- Artigos Técnicos-científicos; e IV- Qualidade de Atendimento ao Usuário.	Concluído	Disseminar as boas práticas na operação e gestão no setor.
		DNIT	Atualização do site DNIT	Disponibilização espaço no site do DNIT para disponibilização de DUP, legislação, normativos e PROFAIXA	Concluído	Aumentar transparência das ações de desapropriação e reassentamento perante a sociedade.

LINHA DE AÇÃO	AÇÃO	UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
		Infraero	Publicação em periódico internacional	Foram publicados dois artigos internacionais com relação a desempenho ambiental aeroportuário e de eficiência na atuação da área de meio ambiental.	Concluído	Fomento da pesquisa na empresa, utilização de banco de dados de informações ambientais e produção de conhecimento relevante.
		Infraero	Portal de Meio Ambiente	Portal de uso interno que tem por finalidade de facilitar o trabalho do dia a dia dos empregados da área de meio ambiente. Na internet, tem-se informações básicas sobre a área ambiental da Empresa, como, por exemplo, a descrição dos Programas.	Concluído	Maior agilidade, padronização e eficiência nos procedimentos internos relacionados à área de meio ambiente.
		Valec	Execução e divulgação dos resultados do Plano de Logística Sustentável - PLS	A execução do PLS prevê ações de divulgação, conscientização e capacitação ações de educação ambiental, capacitação e divulgação relacionadas à sustentabilidade ambiental e conservação dos recursos naturais. Os relatórios anuais do PLS são divulgados nas páginas da empresa na intranet e na internet:	Contínuo	Aumentar transparência das ações socioambientais perante o público interno e a sociedade.

LINHA DE AÇÃO	AÇÃO	UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
		Valec	Adesão à Agenda A3P	A A3P é um programa do Ministério do Meio Ambiente que objetiva estimular os órgãos públicos do país a implementarem práticas de sustentabilidade. A adoção da A3P demonstra a preocupação do órgão em obter eficiência na atividade pública enquanto promove a preservação do meio ambiente. Ao seguir as diretrizes estabelecidas pela Agenda, o órgão público protege a natureza e, em consequência, consegue reduzir seus gastos.	Concluído	Uso racional dos bens públicos; gestão adequada dos resíduos sólidos; instituição de práticas de compras públicas com critérios de sustentabilidade; qualidade de vida dos empregados.
	1.3.5 - Estruturar os programas de educação ambiental e comunicação social nos programas ambientais relacionados ao	-	-	-	-	-

LINHA DE AÇÃO	AÇÃO	UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
	licenciamento ambiental.					
	1.3.6 Elaborar e implementar plano de comunicação para a área socioambiental e territorial.	-	-	-	-	-
	1.3.7 Instituir fóruns de discussão dos setores regulados, com a participação do regulador, dos operadores e da sociedade para debater	SUST		Fórum permanente de periodicidade anual onde são debatidos os mais variados assuntos pertinentes às questões de sustentabilidade, com a participação de todas as áreas da sociedade, inclusive os setores regulados	Rotineira	Fomentar a discussão e o aperfeiçoamento de temas relacionados à sustentabilidade da infraestrutura de transportes

LINHA DE AÇÃO	AÇÃO	UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
	questões socioambientais.					
Linha de ação 1.4 - Promover o desenvolvimento de capacidades para a gestão socioambiental e territorial.	1.4.1 Estruturar e implementar Programa de Capacitação Continuada na área Socioambiental e Territorial.	ANAC	Trilha de capacitação da Assessoria Internacional (ASINT/ANAC)	Desenvolvimento de trilha de capacitação específica para os servidores da ASINT a ser desenvolvida até 31/12/2020.	Concluído	Difundir conhecimento sobre meio ambiente para os técnicos da agência que atuam na assessoria internacional.
		ANAC	Trilha de capacitação da Superintendência de Regulação Econômica de Aeroportos (SRA/ANAC)	Trilha de capacitação específica para os servidores da SRA, área da ANAC que cuida principalmente da gestão dos aeroportos concedidos à iniciativa privada. Cronograma firmado e em execução, previsão de publicação até 31/03/2022.	Em execução	Difundir conhecimento sobre meio ambiente para os técnicos da agência que atuam na Superintendência de Regulação Econômica de Aeroportos.
		DNIT	Curso IPR – Desapropriação e Reassentamento	Módulo 1 – 14/09 a 18/09 e Módulo 2 – 28/09 a 30/09. Público Alvo: Analistas em Infraestrutura de Transportes, Engenheiros, Analistas de Infraestrutura e Técnicos de Suporte em Infraestrutura de Transporte que sejam servidores ativos	Concluído	Corpo técnico qualificado para atuar nas atividades de desapropriação e

LINHA DE AÇÃO	AÇÃO	UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
				do DNIT, ou que desempenham suas atividades no DNIT, e que atuem em atividades pertinentes ao objetivo do curso. Vagas: 50		reassentamento do DNIT.
		DNIT	Curso de Gestão Ambiental	Curso de Gestão Ambiental	Contínuo	Corpo técnico qualificado para atuar nas atividades de gestão ambiental do DNIT.
		Infraero	Treinamentos sistêmicos de equipes de SGSO, Manutenção e Meio Ambiente	O curso EAD, com carga horária de 13 horas/aula, tem o objetivo de capacitar os empregados que trabalham direta ou indiretamente na área operacional e demais empregados da Infraero, para disseminação do conhecimento em gerenciamento do risco da fauna. Do início do curso até a presente data já foram treinados mais de 500 empregados da empresa.	Contínuo	Corpo técnico qualificado em gerenciamento do risco da fauna.

LINHA DE AÇÃO	AÇÃO	UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
		Valec	Capacitação no aplicativo mobile de fiscalização ambiental	Configuração de Aplicações Web utilizando o <i>Web AppBuilder for ArcGIS</i> (8 horas): obtenção de habilidades na criação de aplicações web, configurando temas e widgets para oferecer a funcionalidade necessárias ao usuário.	Concluído	Os cursos aprimoraram os projetos da GEMON - SUGAT, facilitando desde a estruturação da coleta de dados até a apresentação de informações estruturadas de forma rápida e atualizada.

Diretriz 2 - Promover a inserção das questões relacionadas à mudança do clima na infraestrutura de transportes.

LINHA DE AÇÃO	AÇÃO	UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
Linha de ação 2.1 - Promover a institucionalização do tema de mudança do clima, seja adaptação ou mitigação, garantindo a sua integração e consideração nas atividades e projetos do Ministério e suas vinculadas.	2.1.1 Estabelecer parcerias com universidades, academia, cooperação técnica, institutos de pesquisa, bancos de fomento, entre outros, para estudos de adaptação à mudança do clima.	SUST/MInfra	Desenvolvimento de projetos de cooperação e parcerias em temas relacionados à sustentabilidade e adaptação a mudança do clima nos empreendimentos de infraestrutura em transportes.	Parceria com a GIZ para a realização de levantamento dos impactos e riscos da mudança do clima sobre a infraestrutura federal de transporte terrestre (rodovias e ferrovias)	Em execução	Obter subsídios para o desenvolvimento de estratégias de adaptação no setor.

LINHA DE AÇÃO	AÇÃO	UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
		ANAC	Comitê de Proteção Ambiental da Aviação da OACI	Comitê técnico de suporte ao Conselho da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI).	Em execução	Seu intuito é o de conduzir estudos específicos relacionados ao controle de ruído de aeronaves, ao controle de emissões de poluentes e de CO2 de aeronaves e ao CORSIA. O comitê faz seu planejamento em ciclos de 3 anos, coincidindo com os ciclos das Assembleias da OACI. Assim sendo, a cada 3 anos, uma reunião é organizada na qual são avaliados os resultados dos trabalhos dos diversos grupos de

LINHA DE AÇÃO	AÇÃO	UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
						trabalho, os quais são submetidos ao Conselho da OACI para aprovação, e então encaminhados à Assembleia da OACI.
	2.1.2 Incentivar a participação nos fóruns de discussão nacionais e internacionais que tratam de mudança do clima.	ANAC	Fórum Brasileiro de Mudança do Clima	É o espaço de articulação de atores da sociedade civil e governo, com atuação nacional.	Em execução	Visa conscientizar e mobilizar a sociedade para a discussão e tomada de posição sobre os problemas decorrentes da mudança do clima.
	2.1.3 Estudar formas de conceder incentivos para os	EPL	Índice de emissões de GEE	Parceria realizada com o IEMA para desenvolvimento da metodologia de apuração do índice de emissões de	Concluído	Inserir a variável climática no

LINHA DE AÇÃO	AÇÃO	UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
	empreendimentos que aplicam a gestão de riscos climáticos e a mitigação de emissões de GEE.			GEE, a ser adotado no Plano Nacional de Logística – PNL.		planejamento estratégico do setor.
		EPL	Estimativas de emissões de GEE para Ferrogrão, FIOL E FICO.	Elaboração de relatório de emissões para as ferrovias FIOL, FICO e Ferrogrão, conforme metodologia do PNL.	Concluído	Certificação dos empreendimentos como projetos verde e emissão de títulos verdes.
		Valec	Estimativas de emissões GEE para Ferrogrão, FIOL e FICO	Elaboração de relatório de emissões para as ferrovias FIOL, FICO e Ferrogrão, conforme metodologia do <i>GHG Protocol</i> .	Concluído	Certificação dos empreendimentos como projetos verde e emissão de títulos verdes.
	2.1.4 Realizar levantamento dos normativos do setor (instruções para projetos, manuais, estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental (EVTEA), estruturação para	SUST		Foi realizado levantamento dos Normativos, que cotidianamente é atualizado em função de suas alterações e atualizações. Em conjunto com as atividades que estão sendo realizadas no aprofundamento do conhecimento das questões climáticas, irá proporcionar o conhecimento mais aprofundado do	Rotineira	Projetos e concessões incorporarem as análises das questões da alteração climática em suas contratações, aumento a

LINHA DE AÇÃO	AÇÃO	UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
	concessões ou outras parcerias, normas de engenharia), para revisão à luz dos novos desafios impostos pela mudança do clima.			assunto e sua inclusão na estruturação das contratações e concessões		resiliência da infraestrutura de transportes, já que será possível realizar ações de adaptação.
	2.1.5 Estabelecer processo continuado de capacitação em adaptação e mitigação da mudança do clima no âmbito do MInfra e vinculadas.	SUST/MInfra	Curso introdutório de Mudança do Clima VIA VIVA	Curso autoinstrucional de acesso livre, desenvolvido na plataforma da Enap, desenvolvido em parceria com a GIZ. O curso será etapa obrigatória para participar da etapa de <i>Climate Proofing</i> .	Concluído	Difundir noções básicas de mudança do clima para os profissionais que atuam no setor.
		SUST/MInfra	Climate Proofing	Oficinas que objetivam aplicar os conceitos de mudança do clima na prática. Serão realizadas por meio de parceria com a GIZ, sendo uma primeira turma ainda em 2020 e outras quatro turmas em 2021, cada uma voltada especificamente para um modo de transporte.	Concluído	Ampliar o conhecimento prático sobre mudança do clima de profissionais que atuam em áreas estratégicas do setor.

LINHA DE AÇÃO	AÇÃO	UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
Linha de ação 2.2 - Promover a gestão de riscos climáticos e adaptação à mudança do clima da infraestrutura de transportes.	2.2.1 Considerar os riscos climáticos e as ações de adaptação na formulação dos procedimentos, critérios e normas, sempre que pertinente.	SUST		Foi realizado levantamento dos Normativos, que cotidianamente é atualizado em função de suas alterações e atualizações. Em conjunto com as atividades que estão sendo realizadas no aprofundamento do conhecimento das questões climáticas, irá proporcionar o conhecimento mais aprofundado do assunto e sua inclusão na estruturação das contratações e concessões	Rotineira	Projetos e concessões incorporarem as análises das questões da alteração climática em suas contratações, aumento a resiliência da infraestruturação de transportes, já que será possível realizar ações de adaptação.
	2.2.2 Realizar estudos de vulnerabilidade aos riscos climáticos do setor de infraestrutura de transporte, com avaliações gradualmente mais completas e, sempre	Antaq	Estratégias de adaptação à mudança do clima para a infraestrutura portuária	Realizar levantamento dos impactos e riscos da mudança do clima sobre a infraestrutura portuária.	Em execução	Obter subsídios para o desenvolvimento de estratégias de adaptação no setor portuário.

LINHA DE AÇÃO	AÇÃO	UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
	que possível, econômicas, visando subsidiar tomadas de decisões.					
	2.2.3 Institucionalizar a consideração de riscos climáticos e a promoção de ações de adaptação nos instrumentos de planejamento do setor.	Infraero	Elaboração de Planos de Mitigação	Elaboração de Planos de Mitigação e Adaptação para não apenas atender à demanda interna como externa (Projeto Aeródromos Sustentáveis da ANAC). Esses serão enviados aos aeroportos para execução, com previsão de envio para novembro/2020. Importante destacar que não há como prever o quanto do Plano será executado em decorrência da concessão, principalmente nas ações que envolvam investimentos.	Em execução	Incorporar as questões de riscos climáticos na gestão aeroportuária.

LINHA DE AÇÃO	AÇÃO	UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
	2.2.4 Coletar, sistematizar e divulgar informações de impactos causados por eventos climáticos nas infraestruturas de transporte do País, adaptando e incorporando sua exigência nos instrumentos de coleta de informações já existentes ou estabelecendo novos mecanismos.	SUST		Realização de estudos para elaboração de mapas temáticos apresentando os principais riscos climáticos que atuam sobre a infraestrutura de transporte terrestre e portuário.	Rotineira	Permitir um melhor planejamento sobre as ações que devem ser realizadas visando as adaptações necessárias às infraestruturas para melhorar sua resiliência ao impacto das mudanças climáticas.
Linha de ação 2.3 - Adotar e promover medidas de mitigação da mudança do clima, visando à redução de	2.3.1 Considerar gradualmente variáveis relacionadas às emissões de GEE nos planos estratégicos do setor, buscando	SUST/MInfra	Certificação Verde Programa Ferrovias - CBI	Obter a certificação da <i>Climate Bonds Initiative</i> - CBI para que Programa de Novas Concessões Ferroviárias possa ser financiado por meio da emissão de títulos verdes.	Concluído	Viabilizar o financiamento dos empreendimentos Ferrogrão, FIOLE e FICO com títulos verdes.

LINHA DE AÇÃO	AÇÃO	UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
emissões de GEE no setor.	incorporar a precificação de carbono nos critérios de decisão econômicos.	Infraero	Certificação Airport Carbon Accreditation (ACA) da Airports Council International (ACI) nível 1 (SBRJ)	Certificação do Aeroporto Santos Dumont - SBRJ no Programa de Acreditação de Carbono da <i>Airports Council International (ACI)</i> .	Paralisado	Certificação do Aeroporto Santos Dumont - SBRJ no Programa de Acreditação de Carbono da <i>Airports Council International (ACI)</i> .
		Infraero	Certificação Airport Carbon Accreditation (ACA) da Airports Council International (ACI) nível 1 (CGH)	Certificação do Aeroporto de Congonhas - CGH no Programa de Acreditação de Carbono da <i>Airports Council International (ACI)</i>	Paralisado	Certificação do Aeroporto de Congonhas - CGH no Programa de Acreditação de Carbono da <i>Airports Council International (ACI)</i>
	2.3.2 Realizar levantamento dos fundos verdes internacionais (<i>green bonds</i>) e suas condicionantes em	SUST/MInfra	Levantamento de requisitos considerados por fundos verdes internacionais.	Levantamento de requisitos considerados por fundos verdes internacionais, com foco no setor de infraestrutura de transportes	Em execução	Identificação dos instrumentos econômicos que possam, de forma viável, financiar e criar capacidade

LINHA DE AÇÃO	AÇÃO	UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
	mudança do clima, visando considerá-los na concepção de projetos do setor.					técnica e institucional para a adoção de medidas que consolidem a economia de baixo carbono no país para o setor de infraestrutura de transportes.

Diretriz 3 - Desenvolver projetos, estudos e pesquisas com maior qualidade socioambiental.

LINHA DE AÇÃO	AÇÃO	UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
Linha de ação 3.1 - Aprimorar a legislação e os instrumentos normativos relacionados à gestão socioambiental e territorial.	3.1.1 Realizar levantamento e atualizar, quando pertinente, os principais normativos com temática socioambiental e territorial no âmbito do MInfra.	ANAC	Atualização do RBAC 34	O RBAC 34 é o regulamento de certificação de emissões de poluentes de motores de aviões.	Concluído	Incorporar a nova norma de certificação de emissões de material particulado não-volátil instituída pela OACI.
		ANAC	Atualização do RBAC 36	O RBAC 36 é o regulamento de certificação de ruído de aeronaves.	Concluído	Incorporação de novas emendas, tais como limites regulatórios mais rígidos para aviões, helicópteros e tilt-rotors, além de outras provisões.
		ANAC	Atualização do RBAC 38	O RBAC 38 é o regulamento de certificação de emissões de CO2 de aviões.	Em execução	Incorporar a emenda ao Volume III do Anexo 16 instituída pela OACI.
		ANAC	Atualização do RBAC 161	Proposta de revisão do RBAC 161 para melhorar o índice de cumprimento normativo e a efetividade dos planos de	Concluído	Melhorar o índice de cumprimento normativo e a efetividade dos planos de zoneamento de ruído na proteção do

LINHA DE AÇÃO	AÇÃO	UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
				zoneamento de ruído na proteção do entorno dos aeródromos.		entorno dos aeródromos.
		Antaq	Regulamentação do transporte de produtos perigosos na navegação interior	Estabelecer critérios e procedimentos para prestação de serviços de transporte de cargas perigosas na navegação interior.	Concluído	Aperfeiçoar o transporte de cargas perigosas na navegação interior.
		Antaq	Revisão da Resolução nº 2239-Antaq	Transporte de cargas perigosas por instalações portuárias situadas dentro ou fora da área do porto organizado.	Concluído	Aperfeiçoar o transporte de cargas perigosas nas instalações portuárias.
		Antaq	Revisão da Resolução nº 2190-Antaq	Disciplina a prestação de serviços de retirada de resíduos de embarcações.	Em execução	Aperfeiçoar a gestão de resíduos sólidos produzidos por embarcações
		ANTT	Revisão da Portaria nº 028/2018	Revisão das Diretrizes para elaboração de estudos e projetos de rodovias.	Em execução	Aperfeiçoar a elaboração de estudos e projetos rodoviários pelas concessionárias.

LINHA DE AÇÃO	AÇÃO	UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
		ANTT	Solução simplificada para regularização de acessos às rodovias concedidas.	Criação de normativo estabelecendo procedimentos simplificados para regularização de acessos às rodovias concedidas (Fase A do TED com o LabTrans/UFSC).	Em execução	Viabilizar a regularização de acessos nas rodovias concedidas.
		ANTT	Critérios de elaboração, apresentação e análise de projetos de Pólos Geradores de Tráfego - PGTs	Criação de normativo estabelecendo Critérios de elaboração, apresentação e análise de projetos de Pólos Geradores de Tráfego - PGTs (Fase B do TED com o LabTrans /UFSC).	Em execução	Aperfeiçoar a elaboração e análise de projetos de acessos relacionados a Pólos Geradores de Tráfego.
		ANTT	Estudo e propostas para gestão das faixas de domínio, incluindo o desenvolvimento de soluções de engenharia simplificada para	Os estudos sobre faixa de domínio, desenvolvidos ao longo dos últimos 12 meses (julho/2019 a agosto/2020 estão na fase final de desenvolvimento. Após a entrega final do Labtrans, prevista para agosto de 2020, serão realizados os procedimentos internos na	Em execução	Aperfeiçoar a gestão das faixas de domínio nas concessões rodoviárias.

LINHA DE AÇÃO	AÇÃO	UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
			regularização de acessos às rodovias federais concedidas.	ANTT visando a proposição de uma resolução acerca do assunto.		
		ANTT	Revisão da Portaria nº 184/2018	A Portaria 184/2018 trata das diretrizes para elaboração do Plano de Ação de Emergência (PAE) e Plano de Gerenciamento de Riscos (PGR), com vistas a atualizar alguns dos dispositivos da Portaria	Em execução	Aperfeiçoar os PAE e PGR a serem elaborados pelas concessionárias rodoviárias.
		ANTT	Revisão da Portaria nº 283/2017	A Portaria 283/2017 trata dos procedimentos a serem adotados pelas concessionárias das rodovias federais para a elaboração e envio do Relatório de Acompanhamento Ambiental (RAA), do Relatório de Programas Sociais e Educacionais	Em execução	Aperfeiçoar o acompanhamento das ações socioambientais a serem desempenhadas pelas concessionárias rodoviárias.

LINHA DE AÇÃO	AÇÃO	UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
				(RSE) e das comunicações realizadas entre a concessionária e os órgãos ambientais		
		DNIT	Revisão da instrução de serviço para a definição das Responsabilidades Ambientais das Construtoras – RAC	Requalificar o normativo denominado Responsabilidade Ambiental das Contratadas (RAC), publicado em 2011, e que carece da incorporação da experiência de campo desde a publicação do normativo.	Em execução	Otimizar a execução de determinadas ações dentro dos programas ambientais, as quais passarão a ser executadas diretamente pelas construtoras.
		DNIT	Novas regras para regularização ambiental de rodovias (Novo PROFAS)	Revisão da Portaria Interministerial que trata da regularização ambiental de rodovias. A proposta de minuta da nova portaria interministerial já foi concluída e aguarda publicação.	Concluído	Viabilizar a regularização ambiental das rodovias e obtenção das respectivas licenças de operação.
		SUST/MInfra	Levantamento dos normativos	Compilação dos normativos utilizados no âmbito do MInfra e	Concluído	Identificação de conflitos, convergências e possibilidades de

LINHA DE AÇÃO	AÇÃO	UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
			ambientais e territoriais	vinculadas para a gestão ambiental e territorial.		aperfeiçoamento normativo; maior transparência regulatória.
		Valec	Revisão da Norma de Desapropriação	Revisão da Norma com o objetivo de atualizá-la e corrigir pontos que não atendam à legislação vigente, bem como aprimorar a execução das atividades, incluindo a exigência de georreferenciamento nos padrões oficiais em todos os processos a serem constituídos.	Em execução	Otimização dos procedimentos de desapropriação a serem executados pela Valec.
	3.1.2 Promover interlocuções para que sejam incorporadas as demandas do setor nos normativos socioambientais.	SUST		Fórum contínuo de discussões entre o MInfra e as entidades vinculadas	Rotineira	Atualização dos normativos técnicos incorporando os aspectos socioambientais

LINHA DE AÇÃO	AÇÃO	UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
Linha de ação 3.2 - Ampliar e fortalecer as atividades de pesquisa em tecnologias e inovações do setor de transporte.	3.2.1 Fomentar a aplicação da verba de investimento tecnológico nas temáticas socioambientais e territorial.	SUST		Fórum de discussão entre MInfra e entidades vinculadas para aprimoramento da forma de buscar recursos para suportar os investimentos necessários para realização de estudos nas áreas socioambientais e territoriais, bem como das mudanças climáticas	Rotineira	Encontrar e aperfeiçoar os normativos e legislação para permitir fontes de recursos para investimento tecnológico.
	3.2.2 Criar repositório de publicações científicas e incentivar publicação de artigos técnicos sobre as temáticas socioambiental e territorial.	Infraero	Livro: Publicações Técnicas Aspectos Ambientais em Aeroportos Ano 2017-2018	A presente publicação reúne artigos técnicos que exemplificam a atuação da Infraero frente a aspectos ambientais inerentes a atividade aeroportuária. Ao mesmo tempo pode servir como uma contribuição técnica e fonte de consulta.	Concluído	Fomento da pesquisa na empresa, utilização de banco de dados de informações ambientais e produção de conhecimento relevante. Condensação do conhecimento produzido no biênio em um único documento.

LINHA DE AÇÃO	AÇÃO	UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
		SUST/MInfra	Livro Via Viva 2020	Periódico virtual e impresso anual relacionados à gestão socioambiental de infraestrutura de transportes, ISSN 2675-2662 e e-ISSN-2675-2700, de conteúdo gratuito.	Concluído	A produção técnica Via Viva é uma publicação anual de trabalhos originais, relacionados à gestão socioambiental de infraestrutura de transportes ou que apresentem resultados de estudos ou experiências profissionais sobre o setor de transportes, em especial, em relação a políticas, planos, programas e projetos setoriais.
		SUST/MInfra	Livro Via Viva 2021	Periódico virtual e impresso anual relacionados à gestão socioambiental de infraestrutura de transportes, ISSN 2675-2662 e e-ISSN-2675-2700, de conteúdo gratuito.	Concluído	A produção técnica Via Viva é uma publicação anual de trabalhos originais, relacionados à gestão socioambiental de infraestrutura de

LINHA DE AÇÃO	AÇÃO	UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
						transportes ou que apresentem resultados de estudos ou experiências profissionais sobre o setor de transportes, em especial, em relação a políticas, planos, programas e projetos setoriais.
	3.2.3 Buscar parcerias com universidades, academia, cooperação técnica, institutos de pesquisa, bancos de fomento, startups, entre outros, para estudos na temática	Antaq	Cooperação Técnica com a GIZ	Execução de estudo, por meio de cooperação técnica com a GIZ, para identificar impactos e riscos da variabilidade climática e seus efeitos nos portos brasileiros, inclusive com recomendações para medidas de adaptação.	Em execução	Desenvolver uma estratégia de adaptação dos portos brasileiros às mudanças do clima.
		ANTT	TED-003/2018 com a UFSC	Foi firmado entre ANTT e a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, sendo que seu objeto 8 se refere a estudos relacionados a custos médios	Concluído	Promover estudos nas áreas ambiental e territorial que possam subsidiar a elaboração de normativos e o

LINHA DE AÇÃO	AÇÃO	UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
	socioambiental e territorial.			gerenciais ambientais e seu objeto 10 se refere a estudos e propostas para gestão das faixas de domínio.		aperfeiçoamento de procedimentos.
		Infraero	Convênio com a COPPE/UFRJ	O convênio tem por objeto a cooperação entre a Fundação COPPETEC e a Infraero, para o desenvolvimento de pesquisa aplicada ao ruído aeronáutico e treinamento em avaliação e controle do ruído aeroportuário para técnicos da Infraero, com objetivo de promover a capacitação e desenvolvimento das equipes de profissionais da Infraero.	Concluído	Aperfeiçoar os procedimentos de avaliação e controle do ruído aeronáutico.
		SUST/MInfra	Memorando de entendimentos com a GIZ	Desenvolvimento de projetos de cooperação de apoio aos objetivos comuns relativos ao desenvolvimento sustentável; ações de fortalecimento, implementação das Diretrizes de	Em execução	Promover estudos e atividades relacionadas ao fortalecimento das Diretrizes de Sustentabilidade do MInfra e ao tratamento

LINHA DE AÇÃO	AÇÃO	UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
				Sustentabilidade do MInfra; e a temas relacionados à adaptação a mudança do clima nos empreendimentos de infraestrutura em transportes.		das questões relativas a adaptação a mudança do clima na infraestrutura de transportes.
		SUST/MInfra	Memorando de entendimentos com CBI	Cooperação para interesses comuns relativos à certificação de projetos de parceria do setor de infraestrutura de transportes.	Em execução	Possibilitar o financiamento da infraestrutura de transportes por meio de títulos verdes.
Linha de ação 3.3 - Aprimorar instrumentos utilizados para contratação de estudos, projetos e pesquisas.	3.3.1 Estabelecer ou revisar custos referenciais e metodologia de dimensionamento para elaboração de estudos e cumprimento de condicionantes ambientais, preferencialmente	ANTT	Custos Médios Gerenciais Ambientais	Definir os Custos Médios Gerenciais (CMG) para a contratação de estudos, serviços e ações correlatas à obtenção de licenças e autorizações necessárias às obras, aos serviços e à operação de empreendimentos rodoviários, incluindo a implementação e a execução de programas e condicionantes socioambientais (objeto 8 do TED)	Em execução	Aperfeiçoar a precificação dos estudos, serviços e programas ambientais.

LINHA DE AÇÃO	AÇÃO	UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
	de forma integrada entre os modais e considerando as especificidades de cada um.	DNIT	Parâmetros de orçamentação de estudos e programas ambientais do DNIT	Estabelecer parâmetros de orçamentação de estudos e programas ambientais do DNIT e sua incorporação ao Sistema de Custos Referenciais de Obras - SICRO.	Suspenso	Aperfeiçoar a precificação dos estudos, serviços e programas ambientais.
		DNIT	Novo modelo de contratação de Estudos Ambientais	Viabilizar a contratação dos Estudos Ambientais junto aos EVTEAS. Já foi realizado um primeiro estudo para a parametrização dos custos dos estudos com base na série histórica. Necessária apresentação para validação interna e modelagem dos produtos. Após isso virá o desenvolvimento do Termo de Referência.	Concluído	Viabilizar o início do processo de licenciamento o mais cedo possível e potencializando que ao fim do EVTEA já seja possível a emissão de LP
		EPL	Metodologia para ressarcimento de estudos, análises e obtenção de	Definição de metodologia e parametrização de custos para o ressarcimento da empresa pelos estudos ambientais elaborados ou	Em execução	Aperfeiçoar a precificação de estudos, análises e serviços

LINHA DE AÇÃO	AÇÃO	UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
			licenças ambientais	analisados, bem como pela obtenção das licenças ambientais.		ambientais prestados pela EPL.
	3.3.2 Estabelecer ou revisar custos referenciais e metodologia de dimensionamento para elaboração de estudos e execução de serviços de desapropriação, reassentamento e regularização de áreas afetas à infraestrutura, preferencialmente de forma integrada entre os modais e considerando as	DNIT	Novas metodologias de engenharia consultiva para serviços de desapropriação e reassentamento	Desenvolver novas metodologias para definição de custos referenciais a serem utilizados nas contratações de estudos e projetos de desapropriação e reassentamento que estejam de acordo com as premissas adotadas na implantação do novo SICRO.	Em execução	Aperfeiçoar o dimensionamento de custos relacionados aos serviços de desapropriação e reassentamento.

LINHA DE AÇÃO	AÇÃO	UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
	especificidades de cada um.					
	3.3.3 Modelar contratação de serviços/produtos de desapropriação e reassentamento por meio de atas de registro de preços.	DNIT	Modelagem de contratação de serviços de desapropriação e reassentamento	Elaboração de Termo de Referência para Ata de Registro de Preço para contratação de serviços de desapropriação e reassentamento. Encontra-se em fase final de elaboração.	Em execução	Aperfeiçoar a forma de contratação dos serviços de desapropriação e reassentamento.

Diretriz 4 - Fortalecer a gestão de processos de licenciamento ambiental de empreendimentos de infraestrutura de transportes, visando à sua maior celeridade.

LINHA DE AÇÃO	AÇÃO	UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
Linha de ação 4.1 - Assegurar a eficiência processual possibilitando maior agilidade nas etapas de licenciamento ambiental.	4.1.1 Propor a padronização dos Planos e Programas Ambientais.	Infraero	Programas Ambientais	Os Programas contemplam os eixos temáticos ambientais e sanitários de interface com o planejamento, implantação e operação de aeroportos; são norteadores, tendo a Política como espinha dorsal das ações ambientais e sanitárias da empresa.	Contínuo	Planejamento, organização, execução e melhoria contínua das ações referentes aos programas e suas sinergias, alcançando os objetivos da Política Ambiental da empresa, bem como aumento da qualidade ambiental dos aeroportos.
		SUST	Estratégia para endereçamento e governança das ações dos Planos Básicos Ambientais Indígenas	Avançar junto ao MInfra e Funai nas discussões sobre a proposição de programas padrão, bem como avaliar a possibilidade de criação de um fundo de compensação indígena. Finalizado o levantamento inicial do passivo. Necessárias rodadas de discussões para elaborar plano.	Em execução	Maior eficiência na obtenção de liberação de frentes de serviço que interferem com terras indígenas, bem como na implementação dos respectivos Planos Básicos Ambientais - PBAs.

LINHA DE AÇÃO	AÇÃO	UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
		SUST	Padronização de Planos e Programas Ambientais do modo Rodoviário, Ferroviário e Portuário	Tem por objetivo de estabelecer requisitos mínimos a serem adotados pelos empreendedores quando da proposição dos PBAs junto ao Ibama.	Concluído	Maior previsibilidade para empreendedores e investidores tenham no dimensionamento das atividades, bem como na contratação de consultorias ambientais; Desburocratização e isonomia nos processos de licenciamento.
		SUST	Padronização de Programas dos PBAs	Avançar junto ao MInfra e Funai nas discussões sobre a proposição de programas padrão, bem como avaliar a possibilidade de criação de um fundo de compensação indígena.	Em execução	Maior previsibilidade para empreendedores e investidores tenham no dimensionamento das atividades, bem como na contratação de consultorias ambientais; Desburocratização e isonomia nos processos de licenciamento.

LINHA DE AÇÃO	AÇÃO	UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
	4.1.2 Propor a padronização de Termos de Referência dos estudos ambientais.	Infraero	Termos de Referência	Documentação técnica padronizada, de modo a buscar eficiência da contratação de produtos e serviços.	Contínuo	Eficientização das contratações de produtos e serviços afetos à área de meio ambiente. Capacidade de adaptação às diferentes realidades locais de cada aeroporto.
	4.1.3 Estabelecer fórum de acompanhamento institucional dos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos de infraestrutura em todos os modais junto aos órgãos ambientais licenciadores.	SUST		Reuniões mensais entre a SUST e o IBAMA onde todos os assuntos relacionados aos licenciamentos ambientais são tratados de forma individualizada por empreendimento, mas também são tratados assuntos gerais relacionadas à legislação ambiental federal.	Rotineira	

LINHA DE AÇÃO	AÇÃO	UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
	4.1.4 Implementar agenda com órgãos envolvidos no licenciamento ambiental para discussão de aspectos pontuais e gerais relacionados aos empreendimentos de transportes.	DNIT	Acordo de cooperação técnica junto ao ICMBio atinente ao atropelamento de Fauna, à luz do PRIM	Viabilizar a troca de informações e experiências entre DNIT e ICMBio para, a partir dos resultados iniciais do PRIM-IVT, continuar alimentando a base do sistema com os dados a serem disponibilizados pelo DNIT, bem como estabelecer protocolos para a viabilizar a orientação de dispositivos de mitigação ao atropelamento de fauna desde a fase de EVTEA. DNIT e ICMBio já trocaram ofícios para verificação do mútuo interesse. DNIT está trabalhando agora na proposição de minuta de Plano de Trabalho.	Em execução	Otimização das previsões de dispositivos de mitigação ao atropelamento de fauna.
		Valec	Parceria com ICMBio Plano Nacional de Conservação:	A Parceria se deu com o compartilhamento dos dados dos monitoramentos de animais atropelados e monitoramento de passagens inferiores de fauna na FNS para compor os estudos que subsidiarão as ações propostas nos	Em execução	Otimização das previsões de dispositivos de mitigação ao atropelamento de fauna.

LINHA DE AÇÃO	AÇÃO	UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
				Planos de Ação Nacional do ICMBio. Os Planos contemplam uma diretriz específica sobre Redução dos impactos causados por estradas, rodovias e ferrovias como a perda de indivíduos por atropelamento e o efeito-barreira das espécies.		
	4.1.5 Promover interlocuções para que sejam incorporadas as demandas do setor na Lei Geral de Licenciamento.	SUST		Reuniões mensais entre a SUST e o IBAMA onde todos os assuntos relacionados aos licenciamentos ambientais são tratados de forma individualizada por empreendimento, mas também são tratados assuntos gerais relacionadas à legislação ambiental federal.	Rotineira	
	4.1.6 Promover interlocuções para que sejam incorporadas as demandas do setor na	SUST		Reuniões mensais entre a SUST e o IBAMA onde todos os assuntos relacionados aos licenciamentos ambientais são tratados de forma individualizada por empreendimento, mas também	Rotineira	

LINHA DE AÇÃO	AÇÃO	UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
	regulamentação da forma de consulta referente à OIT 169.			são tratados assuntos gerais relacionadas à legislação ambiental federal.		
Linha de Ação 4.2 – Aprimorar a gestão da informação sobre licenciamento ambiental.	4.2.1 Desenvolver a estruturação e a sistematização das informações ambientais produzidas pelas entidades vinculadas, considerando soluções tecnológicas existentes.	EPL	EIA/RIMA Digital	Ferramenta para disponibilizar os estudos de maneira sistematizada e georreferenciada.	Em execução	Aproveitamento de dados dos EIA/RIMAS existentes, evitando duplicidade de esforço quando se tratar de empreendimentos numa mesma região.
		DNIT	Ecosistema (Desenvolvimento do SGMAB)	Ferramenta para assessorar a gestão de contratos de gestão ambiental em nível técnico e administrativo, com o objetivo de padronizar a atuação das empresas contratadas na disposição e apresentação da gestão ambiental, supervisão ambiental e de execução de programas ambientais.	Em execução	Objetiva padronizar a atuação das empresas contratadas na disposição e apresentação da gestão ambiental, supervisão ambiental e de execução de programas ambientais. As informações e dados referentes ao Andamento e dos produtos dos contratos seriam enviados

LINHA DE AÇÃO	AÇÃO	UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
						via web de forma padronizada.
		Valec	Valec Ambiental	Ferramenta de inteligência de negócios, disponibilizada online com informações sobre aspectos físicos, bióticos e socioeconômicos dos empreendimentos de infraestrutura. Versão beta em desenvolvimento. Ferramenta foi integrada, em conjunto com o Valec Territorial, ao Sistema da Diretoria de engenharia – SIDE.	Concluído	Acesso em um só lugar de todas as informações dos empreendimentos. O Usuário poderá visualizar em um só ponto todos os aspectos de meio ambiente, gestão territorial, obra, projeto e execução físico-financeira, de forma integrada.
	4.2.2 Promover a adoção do Sistema de Gestão de Licenciamento Ambiental (Sigesa)	ANTT	Sistema de Gestão de Licenças Ambientais - SIGESA	Promover a inserção de dados relativos a empreendimentos com licenciamento federal e estadual no SIGESA.	Contínuo	Auxiliar as entidades vinculadas ao Ministério da Infraestrutura na gestão dos processos de licenciamento ambiental

LINHA DE AÇÃO	AÇÃO	UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
	como plataforma de acompanhamento dos empreendimentos no âmbito do MInfra.					de seus empreendimentos.
		EPL	Sistema de Gestão de Licenças Ambientais - SIGESA	Promover a inserção de dados relativos a empreendimentos com licenciamento federal e estadual no SIGESA.	Contínuo	Auxiliar as entidades vinculadas ao Ministério da Infraestrutura na gestão dos processos de licenciamento ambiental de seus empreendimentos.
		DNIT	Sistema de Gestão de Licenças Ambientais - SIGESA	Promover a inserção de dados relativos a empreendimentos com licenciamento federal e estadual no SIGESA.	Contínuo	Auxiliar as entidades vinculadas ao Ministério da Infraestrutura na gestão dos processos de licenciamento ambiental de seus empreendimentos.
		Valec	Sistema de Gestão de Licenças Ambientais - SIGESA	Promover a inserção de dados relativos a empreendimentos com licenciamento federal e estadual no SIGESA.	Contínuo	Auxiliar as entidades vinculadas ao Ministério da Infraestrutura na gestão dos processos de licenciamento ambiental

LINHA DE AÇÃO	AÇÃO	UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
						de seus empreendimentos.

Diretriz 5 - Aprimorar os procedimentos de gestão territorial da infraestrutura de transportes, assegurando os aspectos socioambientais.

LINHA DE AÇÃO	AÇÃO	UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
Linha de ação 5.1 - Aperfeiçoar procedimentos de desapropriação e deslocamento compulsório.	5.1.1 Uniformizar entendimentos jurídicos das procuradorias no âmbito do MInfra, relevantes para a execução de procedimentos de desapropriação, afetação, desafetação de imóveis e deslocamento compulsório.	EPL	Banco de Normas e Jurisprudência	Consolidação dos normativos, leis, portarias e decisões judiciais, com base temática, aplicadas às diversas nuances da Gestão Territorial.	Contínuo	Disponibilizar banco de instrumentos legais, normativos e jurisprudenciais relacionados à gestão territorial da infraestrutura.
		SUST/MInfra	Diretrizes para Declaração de Utilidade Pública	Publicação de normativo com padronização de entendimentos e procedimentos para a publicação de declarações de utilidade pública pelo MInfra e suas vinculadas.	Concluído	Uniformização de entendimentos divergentes, bem como estabelecer rotina padrão para a publicação desses instrumentos.
	5.1.2 Elaborar e institucionalizar o Programa Nacional de Desapropriação e Reassentamento Decorrentes de Obras de	DNIT	Programa Nacional de Desapropriação e Reassentamento PNDR/DNIT	O PNDR reflete o planejamento, gestão e monitoramento integrados das ações de desapropriação e reassentamento no DNIT, com fluxos e papéis bem definidos, a fim de estruturar a dinâmica	Concluído	Tempestividade no acesso às informações, otimização na alocação dos recursos, minimização de paralisações e atrasos de obras e projetos.

LINHA DE AÇÃO	AÇÃO	UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
	Infraestrutura de Transportes.			da CGDR junto às Superintendências Regionais e aos fluxos orçamentários do DNIT, consolidando uma governança de gestão por resultados. Em fase de validação.		
	5.1.3 Publicar portaria estabelecendo as diretrizes do MInfra para deslocamentos compulsórios decorrentes de obras de infraestrutura de transportes.	DNIT	Instrução de Serviço (IS) Nº 18/2018	Regulamenta a análise socioeconômica de pessoas que ocupam irregularmente as faixas de domínio de vias federais gerenciadas pelo DNIT, instituindo a Pesquisa Básica de Vulnerabilidade Socioeconômica e sua metodologia de aplicação.	Concluído	Padronizar os critérios para avaliar a vulnerabilidade socioeconômica dos ocupantes irregulares das faixas de domínio do DNIT, bem como promover a desocupação das faixas de domínio de forma que atenda à realidade social, salvaguardando os direitos à moradia e ao trabalho.
Linha de ação 5.2 - Aprimorar a gestão da informação territorial da infraestrutura.	5.2.1 Criar base única de informações territoriais da	Valec	Valec Territorial	Ferramenta de inteligência de negócios e mapas interativos em plataforma web com os dados referentes à Gestão Territorial, onde foram	Concluído	Ganho de escala no controle, respostas rápidas e precisas, maior <i>accountability</i> e possibilidade de melhoria

LINHA DE AÇÃO	AÇÃO	UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
	infraestrutura de transportes (RIT).			incluídas informações de desapropriação, processos judiciais e de perícias, compondo a totalidade de serviços no âmbito da SUGAT.		contínua da gestão territorial da infraestrutura de transporte ferroviária.
		Valec	Estruturação dos dados Valec no banco da INDE.	Prover a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE), com dados de empreendimentos ferroviários. A adesão à INDE foi submetida à aprovação da DIREN. Após aprovação, serão iniciadas as tratativas com a INDE para atendimento dos requisitos necessários e capacitação. Uma vez estruturados os dados, a sua atualização será contínua.	Concluído	Integrar as tecnologias, políticas, mecanismos e procedimentos de coordenação e monitoramento, padrões e acordos, necessários para facilitar e ordenar a geração, o armazenamento, o acesso, o compartilhamento, a disseminação e o uso dos dados geoespaciais da Valec

LINHA DE AÇÃO	AÇÃO	UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
		Valec	Inventariança FNS	Quando da Concessão N° 002/2018 referente ao trecho de Porto Nacional/TO à Estrela D'Oeste/SP - FNS foi realizado trabalho de inventariança com dados vetoriais e <i>raster</i> de todo o patrimônio imobiliário a ser concedido. Tal ferramenta serviu de paradigma para o TCU. Além disso foi factível inserir todos os dados referentes ao projeto e execução, com dados relativos aos bens móveis, pontos notáveis e passivos ambientais.	Concluído	Espacialização dos itens inventariados ao longo de toda a ferrovia; melhor visualização e análise dos dados inventariados; maior confiança na informação.
	5.2.2 Desenvolver e difundir o Sistema de Gestão de Processos de Desapropriação e Reassentamento (SGPDR).	DNIT	Sistema de Gestão de Processos de Desapropriação (SGPD)	O SGPD é uma solução informatizada para o planejamento, execução e controle das atividades de desapropriação em âmbito nacional. Etapa de elaboração e RGVs concluída. Está sendo aprimorada para abarcar a	Em execução	Maior controle e melhor gestão dos procedimentos de desapropriação e reassentamento.

LINHA DE AÇÃO	AÇÃO	UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
				etapa de celebração de acordos e registros de desapropriação, as atividades de reassentamento e integração com o VGeo.		
	5.2.3 Elaborar normativo para exigir georreferenciamento nos padrões oficiais em todos os processos que envolvam questões territoriais dos empreendimentos de transportes.	DNIT	Instrução Normativa nº 20/DNIT SEDE, de 03/06/2020	Dispõe sobre os procedimentos para Reconhecimento de Faixa de Domínio no DNIT. A IN menciona que o levantamento topográfico planialtimétrico dos limites e do eixo(s) da(s) via(s), deverá ser realizado de acordo com as normas técnicas aplicadas ao georreferenciamento de imóveis.	Concluído	Viabilizar a execução do Profaixa; cumprir as atribuições de gestão e fiscalização das faixas de domínio com maior efetividade; executar as desapropriações de forma mais segura.
		Valec	Sistemas e produtos cartográficos	Processo de estruturação do seu próprio portal web que contemplará dados dos empreendimentos ferroviários, imagens obtidas pelo sensoriamento remoto, produtos cartográficos e de	Concluído	Suprir de informações atualizadas e especializadas, de fácil acesso a todos os setores da empresa e aos usuários externos.

LINHA DE AÇÃO	AÇÃO	UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
				geoprocessamento já elaborados.		
	5.2.4 Consolidar e integrar base de dados de vulnerabilidade socioeconômica.	DNIT	Aplicativo da Pesquisa Básica de Vulnerabilidade Socioeconômica- PBVS	O desenvolvimento do aplicativo PBVS disponibilizará os dados das famílias afetadas pelas obras de infraestrutura executadas pelo DNIT, reunirá dados do seu perfil de vulnerabilidade, disponibilizará a documentação completa, fará o controle das famílias beneficiadas e das selagens. Além disso, proporcionará agilidade ao trabalho da equipe de campo e o acompanhamento do trabalho em tempo real aos técnicos do DNIT. Em fase de validação.	Concluído	Automatização da PBVS, trazendo maior controle e agilidade no cadastro socioeconômico dos ocupantes irregulares das faixas de domínio.
Linha de ação 5.3 - Promover a regularização de áreas	5.3.1 Estruturar e implementar Programa de Regularização das	ANTT	Soluções para regularização das faixas de domínio rodoviárias	Estudos relacionados à definição de procedimentos voltados ao saneamento de problemas da faixa de domínio.	Concluído	Viabilizar a regularização das faixas de domínio das rodovias concedidas.

LINHA DE AÇÃO	AÇÃO	UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
afetas à infraestrutura.	Áreas de Infraestrutura de Transportes.			Tais estudos almejam a proposição de soluções e alternativas mais flexíveis à regularização da faixa de domínio, incluindo também diretrizes de registro, cadastro e controle do ativo. Encerramento: agosto de 2020. (Face C do objeto 10 do TED).		
		ANTT	Portaria - Termo de anuência	Elaboração de portaria para regulamentação dos procedimentos de retificação de áreas de terceiros.	Em execução	Viabilizar a regularização das faixas de domínio das rodovias concedidas.
		DNIT	Programa Federal de Faixas de Domínio - PROFAIXA	Em atendimento ao Decreto nº 8396/14, o PROFAIXA tem por objetivo identificar e regularizar as faixas de domínio das rodovias sob responsabilidade do DNIT, no prazo de 20 anos (2034).	Em execução	

LINHA DE AÇÃO	AÇÃO	UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
		SUST/MInfra	Diretrizes PROFAIXA	Decorrente do Grupo de Trabalho - PROFAIXA, foi elaborada proposta de portaria estabelecendo as diretrizes para o Programa Federal de Faixas de Domínio, que tem por objeto fomentar a regularização, a exploração e a gestão desses ativos. Resta pendente a publicação do instrumento.	Concluído	Fomentar a regularização, a exploração econômica e o aperfeiçoamento da gestão das faixas de domínio rodoviária e ferroviária.
		Valec	Transferência de Domínio	Registro imobiliário das áreas desapropriadas em nome da Valec. A transferência de domínio consiste na efetivação da etapa de registro imobiliário. É um marco importante, pois é onde há a conclusão dos trabalhos de desapropriação e onde a GEDES/SUGAT repassa os dados à Gerência de Patrimônio para cadastro do	Contínuo	O registro garante de maneira definitiva a propriedade dos imóveis, de forma a evitar possíveis imbróglis relativos a esse tema.

LINHA DE AÇÃO	AÇÃO	UNIDADE	NOME DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	STATUS	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS
				patrimônio imobiliário adquirido.		
		Valec	Manutenção da Posse	Atividades de monitoramento das áreas desapropriadas e debelação de invasões. O trabalho de manutenção da posse, denominado Controle de Invasões, consiste no emprego de ferramentas e execução de atividades a fim de manter livre e desimpedido o patrimônio imobiliário adquirido. O Controle de Invasões tem como resultados banco de dados, relatório, painel BI e mapa georreferenciado, conjunto esse que é incorporado no Valec Territorial.	Contínuo	Permite evitar e dar tratamento a ocupações irregulares dentro das áreas sob domínio da Valec, o que demonstra, dentre outras características, zelo e cuidado pelo bem público. O painel de debelações, presente na Valec Territorial, traz o extrato das reintegrações de posse realizadas nos empreendimentos em razão das invasões ativas.

ANEXO III – DISTRIBUIÇÃO DE INICIATIVAS POR DIRETRIZ DE SUSTENTABILIDADE

Figura 02. Diagrama das iniciativas correspondente à Diretriz 1

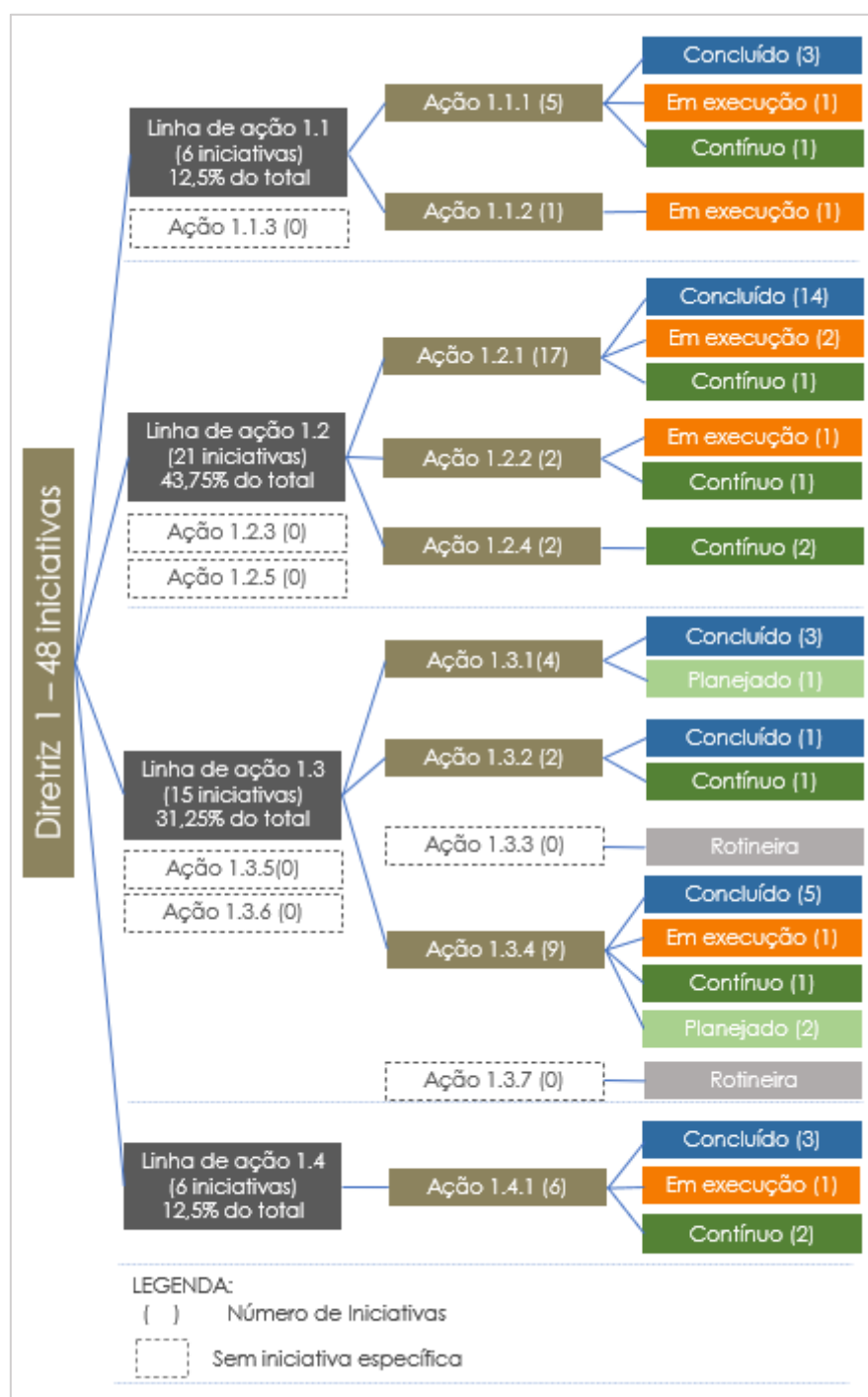


Figura 03. Diagrama das iniciativas correspondente à Diretriz 2

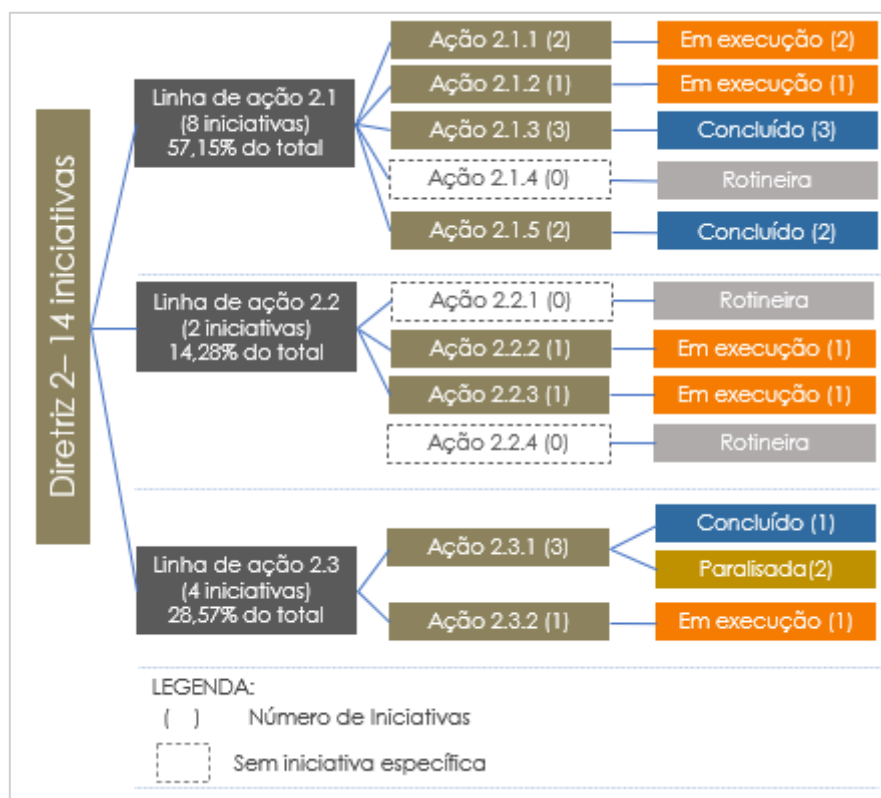


Figura 04. Diagrama das iniciativas correspondente à Diretriz 3

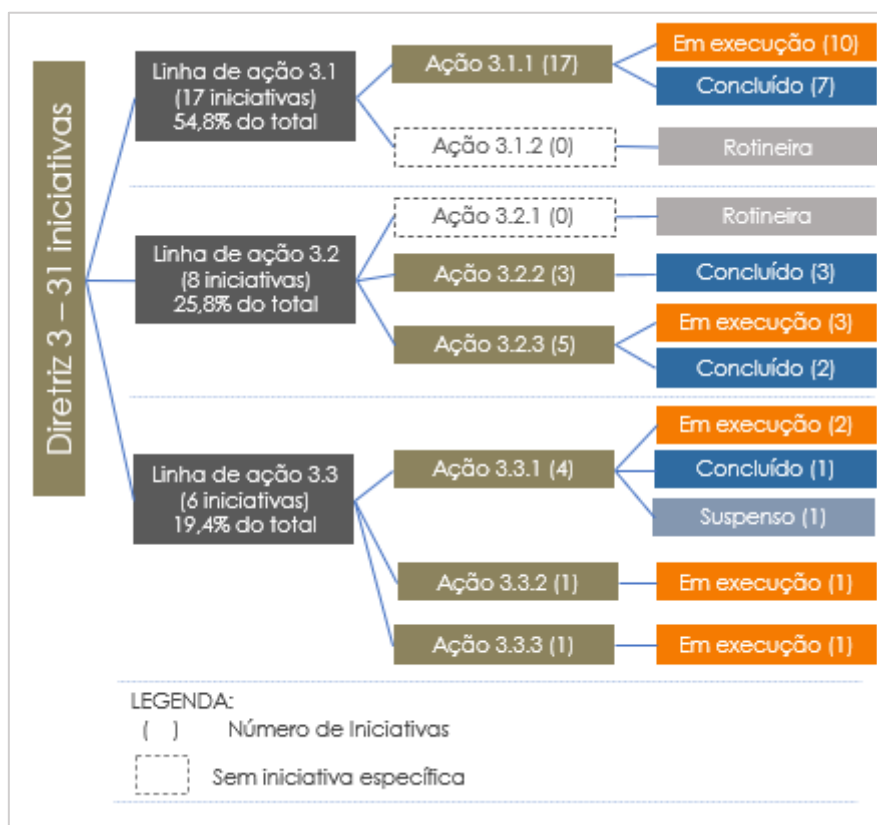


Figura 05. Diagrama das iniciativas correspondente à Diretriz 4

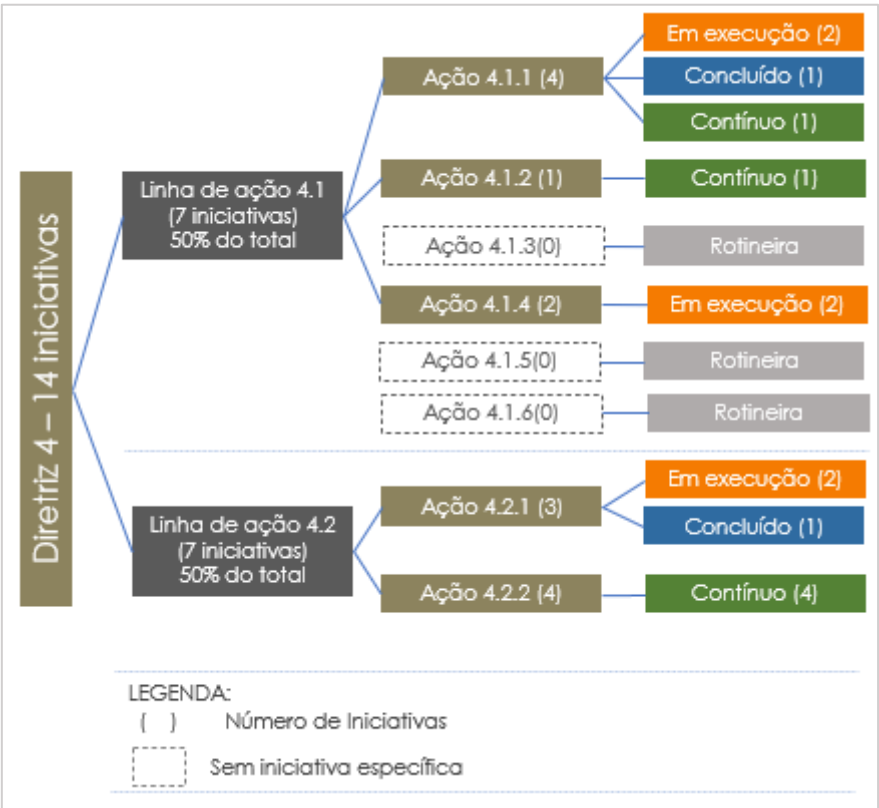
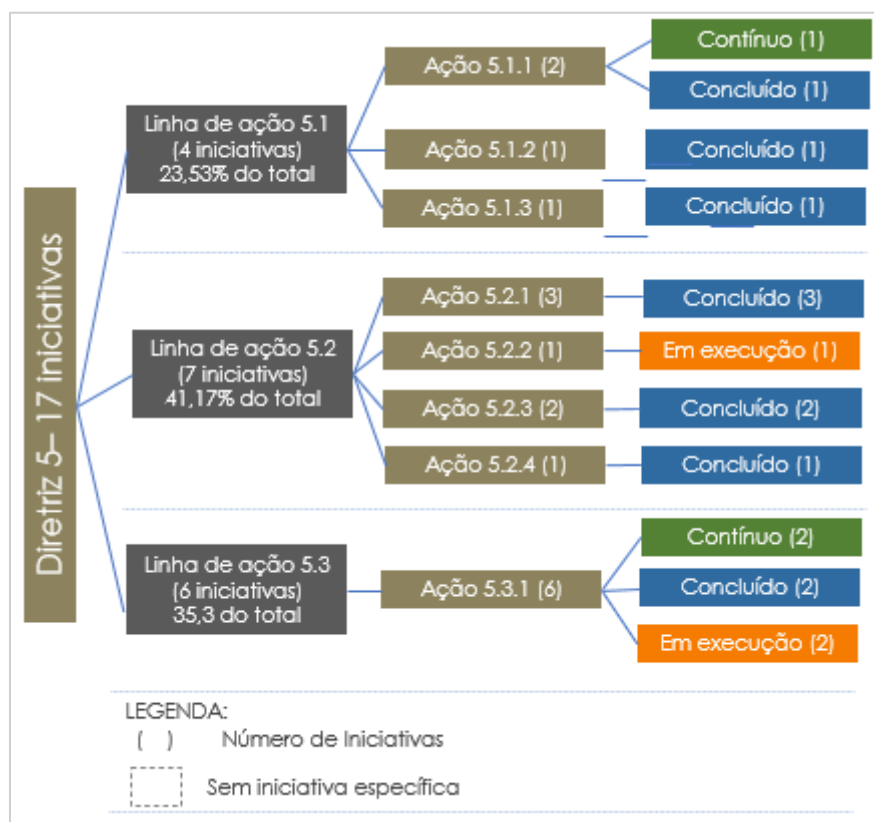


Figura 06. Diagrama das iniciativas correspondente à Diretriz 5



versão 1 | revisado em 23/03/2022

MINISTÉRIO DA
INFRAESTRUTURA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL